Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

IDELI RAIMUNDO DI TIZIO

TIETÊ ONTEM E HOJE: PRESERVAÇÃO OU MUDANÇA TOPONÍMICA E A LEGISLAÇÃO DO ATO DE NOMEAR. UMA PROPOSTA DE LEI

São Paulo 2008

IDELI RAIMUNDO DI TIZIO

TIETÊ ONTEM E HOJE: PRESERVAÇÃO OU MUDANÇA TOPONÍMICA E A LEGISLAÇÃO DO ATO DE NOMEAR. UMA PROPOSTA DE LEI

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Semiótica e Lingüística Geral.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

São Paulo 2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ideli Raimundo Di Tizio

Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear. Uma proposta de lei

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Semiótica e Lingüística Geral.

Aprovada em	

Banca Examinadora

Prof. Dr		
	Assinatura:	
Prof. Dr.		
	Assinatura:	
Prof. Dr.		
	Assinatura:	
Prof. Dr.		
	Assinatura:	
Prof. Dr.		
Instituição:		

Ao meu marido Iberê, companheiro e mentor, que fez com que o sonho se realizasse.

Agradecimentos

Este trabalho deve muito a algumas pessoas e instituições, por diferentes razões, e eu gostaria de agradecer especialmente:

Aos meus pais, pelo amor e carinho de uma vida inteira. O meu muito obrigado ao meu marido Iberê, que, com sua presença constante, é o motivador e o incentivador do meu sucesso. Aos meus filhos Imara e Iberê Jr., pela compreensão e estímulo. À minha nora Elaine, meu amor e minha eterna saudade.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick sem a qual este trabalho seria impossível.

Meus especiais agradecimentos à Prof. Dra. Maria Aparecida Barbosa que me ofereceu, durante o exame de qualificação, muitas sugestões e críticas fundamentais à reelaboração e aprumo do meu tema.

Não posso deixar de mencionar o Prof. Dr. Waldemar Ferreira Netto, cujas críticas, durante o exame de qualificação, foram fundamentais para o direcionamento da formatação da tese.

Ao prof. Dr. Heitor Megale, meu muito obrigado, que, com sua dedicação e amizade, despertou meu interesse pelas questões de filologia.

Devo agradecimentos também ao Prof. Dr. Manuel Mourivaldo Santiago Almeida por ter 'me apresentado' ao autor do livro que se tornou fonte da minha tese.

A Patrícia de Jesus Carvalhinhos, amiga que me levou para a USP e ne apresentou a Toponímia.

A Maria Isabel Bianchini Calzada, pela ajuda na confecção do Abstract.

A vereadora Prof. Heleni de Paiva Lino, que muito colaborou no estudo da viabilização da proposta legal.

Ao deputado estadual Vanderlei Siraque, por ter me presenteado com uma cópia do filme "Caminhos do Tietê", editado pela Assembléia Legislativa de São Paulo.

Um agradecimento muito especial à amiga Alessandra Antunes, cujos conhecimentos e sugestões foram essenciais no desenvolvimento e na revisão deste trabalho.

Agradeço também a todos os funcionários da Biblioteca do Museu Paulista que me auxiliaram durante a pesquisa, colocando à disposição mapas de incalculável valor histórico. A todo pessoal da Biblioteca Central da FFCH-USP, do Museu de Energia Usina-Parque de Salesópolis, que facilitaram a pesquisa em seu acervo, do Museu da Energia de São Paulo, que colocou à disposição farto material sobre o patrimônio histórico e cultural das empresas energéticas de São Paulo, do Museu de Energia da CESP, do Museu do Tietê, cuja principal preocupação é resgatar e preservar a história do principal rio de São Paulo, da Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA, que mantém um programa especial de despoluição do rio Tietê, por me auxiliarem na composição do *corpus* da Tese.

Meu muito obrigado a todos os que de maneira direta ou indireta contribuíram para a confecção desta Tese.

Resumo

DI TIZIO, I. R. **Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear. Uma proposta de lei.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

A nomeação dos lugares é um ato inerente ao ser humano e é tão antigo quanto a civilização. A Toponímia, como ciência, surgiu no século XIX e se ocupa do estudo dos nomes de lugares, seus significados e sua importância para a cultura social dos povos. Na presente tese, que integra os Projetos ATESP e Caminho das Águas, coordenados por Dick (1990; 2001), pretendemos verificar a importância e função do rio Tietê, entre os séculos XVII e XX, em relação aos nomes atribuídos em toda a sua extensão. A tese foi desenvolvida em três fases. Na primeira, fizemos uma análise de hidrotopônimos e dos aglomerados humanos formados ao longo das margens de cursos d'água. Estudamos, inicialmente, os principais rios do mundo e o rio Tietê, especialmente retratado em relatos monçoeiros e em mapas antigos. Como um dos primeiros elementos geográficos a ser nomeado e, por este motivo, registrar potencialmente um saber lingüístico e cultural mais antigo (Dauzat: 1946), os nomes dos rios revelam a ocupação do "sertão desconhecido" e as crenças daqueles que os percorrem. Numa segunda etapa, levantados os nomes das cachoeiras que faziam parte do Tietê de ontem, analisamos os nomes das hidrelétricas que se fixaram ao longo do Tietê de hoje. Verificamos como estes nomes foram dados e se foram alterados no decorrer do tempo. Para isto apontamos a contribuição do rio Tietê para a criação de energia elétrica de grande parte do estado de São Paulo em contrapartida ao impacto e à degradação do meio ambiente com a mudança da paisagem e o desaparecimento de elementos geográficos. Em um terceiro estágio, estudamos a legislação relativa ao ato de nomear espaços no mundo, assim como no Brasil. Coletamos regulamentos de outros países e os comparamos aos nossos; notamos que aqui não há preocupação em fazer uma legislação específica para a denominação de hidrelétricas nem de logradouros públicos. Temos pouquíssimas leis municipais que tratam do assunto. Neste sentido, a nossa colaboração é uma proposta de lei para a normalização destes nomes, a partir dos resultados desta pesquisa.

Palavras-chave: Onomástica; Leis; rio Tietê; hidrelétricas.

Abstract

DI TIZIO, I. R. Tietê ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear. Uma proposta de lei. Thesis (Doctoral) – Faculty of Philosophy, Languages and Human Science, São Paulo 2007.

The place naming is an human being inerent act and it is so old as civilization. The Toponimy, as science, ocurred in XIX century and it studies the names of the places, their significants and their importance for the social culture of the people. In the present theses that integrates the "Projeto ATESP" and "Caminho das Águas", coordenated by Dick (1990; 2001), we verify the importance and the function of Tiete river in the XVII and XX centuries in relation to the attributed names in all its extension. The theses was developed in three phases. In the first phase, an analysis of hydrotoponimies and human aglomerades along the water courses was made. Firstly, we studied the main rivers of the world and the Tiete river, which was specially related in old maps and montion relates. As one of the first geographic elements to be named and, because of that, to register an older linguistic and cultural knowledge (Dauzat: 1946), the name of the rivers reveals the occupation of unknown country lands and the belives of those who ran along it. In a second phase, after having the names of the falls that were part of Tiete of the past, the names of the hydroeletrics installed along Tiete river of the present were analysed. It was verified how these names were given and altered during time. To do so, it was pointed the contribution of Tiete river for the electric energy creation of great part of São Paulo State oposing the impact and the environmental degradation with the changing of the view and the disappearing of geographical elements. In a third stage, the laws related to the act of naming spaces in the world as well as in Brazil were studied. Other country regulations were collected and compared to brazilian ones. It was noticed that in Brazil there is not a concern about making specific legislation for naming either the hydroelectrics or public places. Being so, the collaboration of this theses is a law proposal for normalization of these names according to the research results.

Key Words: Onomastic; Laws; Tiete River; Hydroelectrics.

Sumário

Introdução	
Fundamentação Teórica	7
Metodologia	23
CAPÍTULO I	33
I.1. A ocupação das margens de rios e a formação de hidrônimos	33
I.2. Rios no mundo	35
I.3. Rios no Brasil	39
CAPÍTULO II	44
II.1. As monções e o rio Tietê	44
II.1.1. O indígena frente às expedições tieteanas	48
II.1.2. Os perigos das monções	50
II.2. Os nomes dos acidentes geográficos do rio e os hidrônimos	54
II.2.1. Anhembi e Tietê: o nome de um rio	55
II.2.2. Do descritivismo dos nomes ao surgimento de hidrônimos portugueses	59
II.3. Tietê: as vilas formadas em suas margens	69
CAPÍTULO III	73
III.1. O rio Tietê e o declínio das monções	73
III.2. O rio Tietê do século XX	76
III.3. A eletricidade no Brasil	79
III.4. Novos elementos geográficos, novos nomes	82
III.4.1. O processo de translação toponímica	83
III.4.2. Dois casos de binomeação em usinas hidrelétricas do Tietê	86
CAPÍTULO IV	89
IV.1. A legislação do ato de denominar	89
IV.1.1. Nações Unidas e o uso da toponímia	95
IV.1.2. Exemplos da legislação no mundo	99
IV.1.3. Normalização do ato de denominar no Brasil	. 111
IV.1.4. A denominação das hidrelétricas no Brasil	. 125
IV.2. Proposta de Lei	. 129
Conclusão	. 137
Bibliografia	. 145
Anexos	157

Introdução

A água é um recurso essencial para o homem. Água é fonte da vida. É um recurso natural essencial, seja como meio de vida de várias espécies vegetais e animais, como componente bioquímico de seres vivos. Todos nós somos compostos basicamente de água, a qual representa cerca de 60% do peso de nosso organismo. Esse líquido precioso está nas células, nos vasos sangüíneos e nos tecidos de sustentação, possui a função reguladora da temperatura, atua como lubrificante nas junções ósseas e é responsável por praticamente todos os processos decorridos no corpo humano, tal como a digestão, a circulação, a absorção de nutrientes, a eliminação de substâncias, etc.

A água é, provavelmente, o único recurso natural que tem a ver com todos os aspectos da civilização humana, desde o desenvolvimento agrícola e industrial aos valores culturais e religiosos arraigados na sociedade. A maior parte das grandes civilizações formou-se às margens das águas, nas quais encontrou lugar privilegiado para fixar povoações, devido à disponibilidade de água para consumo humano e animal e para uso na agricultura. Segundo a descrição da bíblia cristã, um rio nascia no Jardim Éden, responsável pela sua irrigação, dividindo-se a seguir em quatro braços.

Além disso, a formação de comunidades ao longo de rios e de seus deltas interiores e marítimos atendia ao uso das águas como guia e como fonte de proteção. A facilidade de locomoção pelas águas e à beira de rios é nítida, especialmente onde não há caminhos abertos que permitam acesso a lugares desconhecidos. Os rios são, portanto, elementos aglutinadores das povoações humanas e, em sendo considerados como um dos mais antigos meios de transporte, desempenharam importante papel na penetração, povoamento e ocupação do interior dos continentes, funcionando como verdadeiros caminhos naturais e mantendo a integração de diferentes povoados e vilarejos.

Por serem os cursos d'água o referencial para os aglomerados humanos formados em suas margens, eram os primeiros elementos geográficos físicos a serem nomeados pelos povos mais antigos. Isto demonstra a importância da toponímia a respeito dos nomes dos cursos d'água, pois comprova a influência que os rios exercem no comportamento humano. Esses nomes, normalmente, refletem

circunstâncias típicas, do próprio acidente ou dos locais que percorrem, incorporando ao seu nome os elementos regionais característicos. Neste sentido, os nomes dos rios dificilmente são alterados, servindo de localização, de referência para o homem.

Um povo antigo que deve a sua existência a um rio são os egípcios. A fertilização das terras resultante das inundações anuais do rio Nilo, às margens do qual se fixaram, levou à formação de um ambiente propício para o desenvolvimento desta civilização. Na Europa, importantes civilizações surgiram às margens de rios: a romana está ligada aos rios Tibre, Arno e Pó; Portugal se desenvolveu nas proximidades do rio Tejo, e de lá partiam as caravelas nos séculos XV e XVI, que passavam pela foz do rio e iam para o oceano Atlântico para conquistar as novas terras.

No Brasil, os conquistadores europeus fixaram-se primeiramente no litoral. Quando partiram para o interior, contudo, seguiram os cursos dos rios e se fixavam em suas margens, pois toda civilização humana precisa de dois recursos básicos para se desenvolver: água e terra. Portanto, onde houvesse água em abundância e terra fértil, desenvolveram-se os povoados que deram origem, muitas vezes, a cidades.

Podemos destacar na região norte a cidade de Manaus e o rio Amazonas, que ainda serve de estrada para os povos ribeirinhos. Na região nordeste, temos o rio São Francisco, conhecido como "rio da unidade nacional" por separar o estado da Bahia dos de Pernambuco e Alagoas, e Alagoas de Sergipe. Com 2.624km de extensão e bacia de 631.666km², é o maior rio genuinamente brasileiro, nas suas margens surgiram e se desenvolveram muitas cidades de grande porte e importância relevante no cenário nacional, como a cidade de Petrolina, no estado de Pernambuco; Juazeiro, no estado da Bahia; e Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Na região sul, temos o rio Paraná e, em São Paulo, temos o rio Tietê, o rio dos paulistas, afluente do primeiro. Ao contrário de outros cursos d'água, o Tietê se volta para o interior e não corre para o mar. Por esse motivo, estes rios auxiliaram os colonizadores na ocupação do interior e os aventureiros, que partiam em busca de ouro, escravos e terras, sendo importantes vias de penetração utilizada por bandeirantes no período anterior a Independência. Atualmente, juntos integram a

hidrovia Paraná-Tietê, via de escoamento da produção agrícola dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e parte de Rondônia, Tocantins e Minas Gerais. Esta hidrovia movimentou 2 milhões de toneladas de carga somente no ano de 2001.

Existe uma falsa idéia de que os recursos hídricos são infinitos. O crescimento da população levou à poluição das águas da maioria destes rios, em decorrência do lançamento de lixo em suas águas: o tratamento de esgotos e de fossas não acompanhou o ritmo de crescimento urbano. Realmente há muita água no planeta, mas menos de 3% da água do mundo é doce, da qual mais de 99% apresenta-se congelada nas regiões polares ou em rios e em lagos subterrâneos, o que dificulta sua utilização pelo homem.

Se as águas são indispensáveis para o desenvolvimento social e cultural da humanidade, sua carência causa o declínio e o desaparecimento de culturas. Desde a antigüidade o homem já lançava os seus detritos na água, porém, no início, esse procedimento não causava problemas, pois os rios, oceanos e lagos têm o poder de auto-limpeza. Depois da Revolução Industrial o volume de detritos despejados nas águas aumentou bruscamente, comprometendo a capacidade de purificação dos rios, oceanos e lagos.

A ocupação desordenada e a falta de permeabilidade fazem com que a relação do homem com o rio se deteriore. Um dos grandes problemas enfrentados pela população ribeirinha são as enchentes ocasionadas pelo alto índice pluviométrico da região; o alto grau de impermeabilização do solo pela malha asfáltica e de concreto, crescimento populacional de migrantes; alto grau de pobreza da periferia da cidade, o que impossibilita as pessoas terem recursos para destinar o lixo; falta de consciência e educação ambiental dos administradores e da população em geral; omissão do Poder Público na gestão urbana e falta de saneamento básico adequado. O que antes era razão de orgulho, servindo inclusive para lazer, torna-se motivo de preocupação e de desconfiança.

A relação não é mais harmônica e pacífica, porém é cada vez mais necessária, visto que, com o aumento das populações nas zonas urbanas, a industrialização e a modernidade, o consumo de água e de energia elétrica é cada vez maior. Em São Paulo, como confirma os dados do IBGE, o crescimento da

população paulista, que em 1890 era de 1.384.753 habitantes; dez anos depois ultrapassa os dois milhões. A enorme demanda por água e por energia elétrica leva à construção de represas e de hidrelétricas ao longo do rio Tietê.

Depois de muitos anos de degradação, a constatação desta necessidade faz com que o homem passe a se preocupar com o meio ambiente, procurando recuperar ou, pelo menos, diminuir o ritmo da degradação ambiental. Para isso cria leis federais, estaduais e municipais que visam proteger os recursos hídricos nacionais¹. No artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal, indica-se que "compete privativamente à União legislar sobre: IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão". Porém, apesar de a legislação constitucional conferir à União o ato de legislar sobre a questão hídrica, não se pode retirar dos Estados e dos Municípios o poder de legislar supletivamente².

Nos termos do art.66 do Código Civil, as águas dos mares e dos rios são bens públicos de uso comum do povo e, pelo disposto no art.68 do mesmo código, a utilização pode ser gratuita ou retribuída, ou seja, pode ser cobrada. A Lei federal nº 9.433, de 8/01/97, a Lei das Águas, trouxe novas e importantes contribuições para o aproveitamento deste recurso, adequando a legislação aos conceitos de desenvolvimento sustentado.

Outras iniciativas revelam a conscientização do homem em relação aos danos praticados contra o meio ambiente. A AES Tietê, uma das grandes geradoras de energia elétrica do Brasil, responsável por 10 hidrelétricas, correspondente a cerca de 20% da energia gerada no Estado de São Paulo e de 2% da produção nacional, apresentou, em 2001, um projeto de reflorestamento de mata ciliar nativa, nas Áreas de Preservação Permanentes (APPs), às margens das represas das usinas hidrelétricas nos municípios de Boracéia, Barra Bonita, Ibitinga, Promissão e Ouroeste, no estado de São Paulo.

² Ver art.25, § 1º e art.30, I e II, ambos da Constituição Federal, respectivamente.

-

¹ Podemos destacar a seguinte legislação: Constituição da República Federativa do Brasil, art. 22, inciso IV. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas, revogados muitos de seus dispositivos); Código Civil brasileiro, art.66, I; Lei federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, (Lei das Águas), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de recursos Hídricos. No caso do Estado de São Paulo, a Constituição do Estado de São Paulo, art.205 e incisos, e a Lei nº. 663, de 30.12.91 instituem a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A recuperação da floresta nativa visa trazer grande parte da fauna local de volta ao espaço, além de proteger os rios, evitando assoreamentos, e de melhorar a qualidade de vida das populações vizinhas aos reservatórios. Desta forma, as ações em prol do meio ambiente devem-se a tentativas de melhorar a qualidade de vida da sociedade, asseguradas pela criação de leis que as incentivem ou intervenham favoravelmente em sua execução.

O Brasil tem se preocupado em conservar o meio ambiente criando leis modernas de preservação ambiental, entre elas podemos destacar: a Lei Federal nº 6.938/81 que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente seus fins, mecanismos de formulação e aplicação; a Lei Federal nº 9.605/98 que Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente; a Lei Orgânica do Município de São Paulo, que nos seus artigos 180 a 190 do Capítulo V — Do Meio Ambiente — especifica que o Município em cooperação com o Estado e a União, promoverá a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente. Além destas leis existem decretos que criam delegacias especiais de proteção do meio ambiente e de controle da poluição.

Com base na fundamentação teórica e metodologia dos Projetos Caminho das Águas, Povos dos Rios: uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira e Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, ambos coordenados por Dick (2001; 1990), e na Legislação específica, buscaremos compreender a relação espaço e homem e os problemas sociais decorrentes da ocupação do rio Tietê e terras adjacentes a partir da denominação dos lugares. Nosso *corpus* é amplo, contendo mapas dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, relatos de viajantes e de moradores locais, tratados históricos e a legislação que trata do ato de nomear lugares.

A Tese é composta de quarto capítulos, divididos a partir da documentação analisada. No primeiro capítulo, trataremos da importância dos rios para a consolidação de cidades em diversas partes do mundo e dos processos de atribuição e da permanência dos nomes dos cursos d'água.

No segundo capítulo, a partir da história do rio Tietê, os perigos representados pelas cachoeiras e as vilas formadas nas suas margens, analisaremos os nomes atribuídos ao rio e aos elementos geográficos diretamente relacionados a ele.

No terceiro capítulo, explanaremos o declínio das monções, o rio Tietê no século XX, seu uso para fins energéticos, a eletricidade no Brasil e os nomes dos novos elementos geográficos estabelecidos ao longo de seu curso. Trataremos especialmente das seguintes hidrelétricas: Barra Bonita, Álvaro de Souza Lima/Bariri, Ibitinga, Mario Lopes Leão/ Promissão, Nova Avanhandava, Três Irmãos, Salesópolis e Rasgão.

No quarto capítulo, destacaremos a legislação do ato de nomear, desde a maneira como o nome é tratado pelas Nações Unidas à exemplificação da oficialização do uso de topônimos no mundo, especialmente a política de atribuição e alteração de topônimos em Portugal e o método de inventário toponímico de Quebec, Canadá. Focaremos a normalização do ato de denominar e a aplicação de leis que atribuem ou alteram topônimos no Brasil, concluindo pela análise da denominação de hidrelétricas no Brasil e a propositura de duas leis: uma que trate do ato de nomear e alterar topônimos em geral e outra, para a normalização de topônimos concernentes a hidrelétricas.

Fundamentação Teórica

A ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios é denominada Onomástica e se divide em dois campos de investigação: Antroponímia e Toponímia. A Antroponímia – do grego ánthopos (homem) e o sufixo onoma (nome) – constituise o ramo da Onomástica que se ocupa do estudo dos nomes próprios de pessoas (Houaiss: 2001). A Toponímia, vocábulo de origem grega formado pelo radical tópos (lugar) e o sufixo onoma (nome), dos nomes próprios de lugar (Ferreira: 2004).

Dar nomes a pessoas e lugares propicia a identificação e, também, a individualização das pessoas, evidenciando, assim, uma maior interação entre os homens e o meio em que vivem. A toponímia, em especial, é tão antiga quanto as civilizações, pois começou a se delinear juntamente quando os primeiros grupamentos humanos começaram a identificar e a nomear as regiões que iam ocupando ou por onde passavam. Tanto que "obras antigas da história e da civilização mundiais colocam essa prática como costumeira" (Dick: 1990, 5).

Enquanto os antropônimos, num tempo recuado, designam um indivíduo determinado a partir de palavras comuns, o topônimo, na maioria das vezes, é um nome comum que mudou de categoria e passou a ser um nome próprio. Estes fenômenos são visíveis em muitos versículos do Antigo Testamento da Bíblia cristã, que traz uma variedade dos mais antigos topônimos e antropônimos conhecidos pelo homem.

Logo no início do Gêneses podemos perceber os nomes dos primeiros elementos geográficos criados. Um rio tinha suas nascentes no jardim conhecido como Éden, o qual se dividia em quatro braços. O nome do primeiro é Pison, rio que rodeia toda a região de Havilá. O nome do segundo rio é Ghion, que rodeia toda a terra de Cuche. O nome do terceiro é o Tigre, e corre ao oriente da Assíria. O quarto rio é o Eufrates.

Destes topônimos, Éden e os nomes dos rios são o próprio elemento geográfico toponimizado: Éden, em hebraico (*Gan Eden*, גון), quer dizer "jardim" ou "estepe", chamado Jardim das Delícias ou Paraíso Terrestre, por evocar a idéia de "delícias"; Pison, em babilônio, significa "corrente", "fluxo"; Ghion, "rio", "córrego";

Tigre, em sumério, quer dizer "água corrente", "água rápida"; e Eufrates, "água doce"³.

Ainda na Bíblia cristã, verificamos a tendência dos homens para emprestar o seu nome à terra possuída e cultivada. E, quando não era o próprio possessor a fazê-lo, lá estava o vizinho a tomar a iniciativa, pois era esta a forma mais expedita para identificar, perante outrem, a propriedade nomeada (Fernandes: 1997, 11-7). Entre os nomes apontados do Gênesis, conforme Dick (1992, 5), "as terras de Havilá e de Cuxe, que corporificam lexemas antroponímicos e não toponímicos, como pode sugerir o entendimento contemporâneo".

Na antiga Roma, até finais da República, usava-se o gentilício para indicar o parentesco com uma certa *gens*. Este antigo adjetivo – terminado em *-ius*, *-ia*, *-ium* (masculino, feminino e neutro) ou, mais raramente, em *-enus* –, parte do antropônimo romano, que incluía o prenome ou nome individual, o referido gentilício e o cognome, podendo ainda ter um ou mais sobrenomes, os chamados "agnomes", servia também para identificar bens, obras ou atos do respectivo proprietário ou agente.

Na Hispânia, talvez entre os séculos V-VI, no período suevo-visigótico, começa a generalizar-se o uso do genitivo simples para denominar uma edificação segundo o nome do seu proprietário, uma particularidade peninsular que desprezou a muleta do sufixo com valor topográfico (Fernandes: 1997, 11-7).

A reflexão acerca da função e do uso dos nomes é encontrada em estudos antigos. Os filósofos gregos, por exemplo, discutiam o ato de denominar no que concerne à relação semântica que liga a palavra às coisas. Existiam duas correntes que o explicavam de diferentes modos: os naturalistas, que consideravam os termos imutáveis, fora do próprio homem; e os convencionistas, que o entendiam como um acordo tácito, um contrato social entre os homens.

A Toponímia, enquanto estudo dos nomes de lugares, pode abordar diferentes vieses dos topônimos, seja no que concerne à identificação de elementos geográficos enquanto estudo lingüístico, geográfico ou histórico. Como parte dos estudos da linguagem, ainda, pode se ocupar da origem dos nomes de lugares, de

³ Para etimologia de nomes bíblicos, consultar site da Christian Answers [Disponível em http://www.christiananswers.net/>. Acesso em 28 abril 2006].

suas relações com a língua do país, com as línguas de outros países ou com as línguas desaparecidas. A potencialidade dos topônimos é um dos aspectos evidenciados por Dick (1990, 21):

Exercendo na Toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros "testemunhos históricos" de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal.

Em muitos casos, topônimos são apresentados em diferentes estudos apenas para exemplificar observações, descuidando-se da metodologia e análise dos nomes e gerando conclusões precipitadas e, mesmo, errôneas acerca dos nomes. De fato, apenas em 1867, Quicherat surge como um dos primeiros estudiosos empenhados na análise de topônimos, com a publicação de sua obra *De la formation française des anciens noms de lieu*, em Paris, a qual se torna uma das primeiras bases para a toponímia (Cardoso: 1961a, 309-10).

Como disciplina, a Toponímia nasceu na França em 1878, quando o filólogo August Longnon a introduziu, em caráter regular, na École Pratique des Hautes-Études e no Colégio de França. Baseado no curso ministrado, seus alunos publicaram, postumamente, a obra denominada Les noms de lieux de la France, considerada como clássica. Desta forma, a França se tornou o primeiro país a estudar sistematicamente a Toponímia com Longon, como disciplina e com a publicação, também em 1878, da Geographie de la Gaule au VI^e siécle (ibidem).

A partir dessa obra, muitas perspectivas teóricas têm surgido para orientar pesquisas toponímicas. Dentre elas, destacamos os estudos de Albert Dauzat (1937) que, retomando estudos onomásticos de Longnon, realizou uma pesquisa pormenorizada acerca da formação dos nomes de lugares da França, dividindo-os em categorias de nomes de acordo com causas históricas. Os resultados desses estudos estão registrados no livro *Les Noms de Lieux. Origine et Evolution*, obra que nos legou uma forma mais sistematizada de pesquisa na área por traçar normas a serem seguidas por aqueles que se propusessem a esse tipo de investigação (Dick: 1992, 02).

Dauzat, na obra em questão, demonstra preocupação com o estudo da etimologia e da reconstituição histórica de cada topônimo investigado. Tratou, também, do esvaziamento semântico inerente a um grande número de palavras, dada a própria dicotomia que assegura a evolução da linguagem, conservadorismo/mudança, binômio que expressa os fatores estáticos e dinâmicos da linguagem.

Esse fenômeno foi denominado fossilização do topônimo: a partir do momento em que a língua oral muda e também o meio ambiente se transforma, o referencial físico que elucidaria o significado não mais existe, o que inviabiliza ou, pelo menos, dificulta a reconstrução etimológica. O topônimo guarda, então, sob um invólucro aparentemente sem sentido (uma cadência de sons reconhecidos como sendo da língua, mas eventualmente desconhecidos no momento da decodificação), os semas ou unidades mínimas de significação que permitem a reconstrução etimológica.

Neste sentido, o toponimista francês Charles Rostaing (1969, 13), em sua obra *Les noms de lieux*, faz referência ao fato de que nem sempre é possível ao pesquisador inferir a motivação do denominador:

Tout nom de lieu a une signification mais cette signification a pu, pour diverses raisons, n'être plus perceptible pour les habitants. Parfois le mot s'est cristallisé et on ne l'a plus compris. Parfois par une partie de ses elements il se rapprochait d'un mot don't le sens était connu et consciemment (si l'on avait le sentiment d'une mauvaise pronunciation ou d'une "faute") ou inconsciemment, on a corrigé le mot et on l'a inséré dans une série où il n'avait que faire: l'étymologie populaire ou attraction paronymique a alors agi.

Além da França, podemos citar outros países em que pesquisadores contribuíram para os estudos toponímicos. Estas primeiras pesquisas conquistaram o interesse e a dedicação de pesquisadores em vários países e em várias áreas do conhecimento humano, como a Geografia, História, Lexicologia, Lexicografia, Antropologia, Cartografia etc. Estes estudiosos se predispuseram a seguir os caminhos abertos pelos primeiros mestres e expandiram e aprofundaram estes conhecimentos de acordo com as características próprias das regiões e dos países estudados.

Na Inglaterra, inicialmente Zachirison, Mawer e Joyce realizaram um estudo publicado sob o título *The Origin of irish names places*. Na Bélgica, surgiram os estudiosos da toponímia do escopo, como Carnoy, Haust, Van de Wijer e August

Vicent, este último autor do trabalho *Les noms de lieux de la Belgique*. Na Itália, a toponímia surge com *Di alcune forme de nomini della Itália superiore*, de Flechi, publicado em Turim, em 1871. Foram criadas também na Dinamarca e na Holanda Comissões de Toponímia, e na Alemanha e na Suécia, além das Comissões, cadeiras de estudos especializados sobre a toponímia, nas Universidades de Munich e de Upsala.

Em Portugal, destacou-se o trabalho do filólogo José Leite de Vasconcelos, particularmente o seu livro *Opúsculos – Vol.III: Onomatologia,* publicado em 1931, obra pioneira que apresenta considerável pesquisa sobre a onomástica portuguesa. Nessa obra, o autor concebe a Toponímia como "estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, (...) rios, montes, vales, etc." e estuda os topônimos com base nas diretrizes francesas: "estudo da origem do nome classificado por línguas"; "estudo das transformações fonéticas e da formação gramatical do topônimo" e "divisão de categorias dos nomes segundo as causas que deram origem ao nome" (Vasconcelos: 1931, 03).

A normatização dos topônimos, por outro lado, torna-se necessária, a fim de garantir a indicação precisa dos lugares. Assim, diversos países do mundo têm seus centros organizadores de normas para a toponímia. Na França a relação de nomes é coletada no campo e passa por uma comissão que examina cada topônimo, ortográfica e etimologicamente. Somente após estes procedimentos, esses nomes são liberados à produção cartográfica.

Destacamos, ainda, dois países na América: Estados Unidos e Canadá, nos quais as pesquisas atuais são desenvolvidas por estudiosos da área toponomástica e de outras áreas (historiadores, geógrafos) e por órgãos especializados. Nos Estados Unidos, a comissão encarregada é a Board on Geographic Names, do Governo americano, fundada em 1890. Esta junta tem por finalidade a uniformização da nomenclatura geográfica, e as normas da comissão orientam os nomes, não apenas para os mapas, mas para os textos em geral.

Os resultados destes trabalhos são divulgados pela revista *Names*, publicação oficial da *American Name Society* que, dentre outros, tem como objetivo "o estudo da etimologia, origem, significado e aplicação de todas as categorias de nomes: geográfico, pessoal, científico, comercial e popular". A *American Name*

Society foi fundada por George Stewart (1945) que, no seu clássico trabalho *Names* on the Land, a study on the etymology of American place-names, apresenta uma classificação para a toponímia, distribuindo os nomes em nove categorias, baseadas nos mecanismos da própria nomeação: "descriptive names, possessive names, incident names, commemmorative names, euphemistic names, manufactured names, shift names, folk etymologies e mistake names." (Dick: 1992, 25).

Dick observa que a aplicabilidade da teoria de Stewart pode não atender a todos os sistemas onomásticos conhecidos, o que conseqüentemente acabaria restringindo o emprego das taxes. Todavia, isto não invalida o mérito deste pesquisador: o de ser o primeiro estudioso a considerar uma das particularidades dos nomes geográficos, a motivação toponímica, aspecto ainda não abordado por trabalhos anteriores.

O Canadá conta, desde 1966, com um grupo de *Estudos de Coronímia e de Terminologia Geográfica*, associada ao Departamento de Geografia da Universidade Laval, Quebéc, fundado por Henri Dorion e Louis-Edmond Hamelin. Dorion, em especial, trabalha pela renovação da toponímia ameríndia, tanto que, em 1976, foi nomeado membro de um comitê da UNESCO encarregado da elaboração de um código de ética para as pesquisas sobre povos autóctones.

Dorion considera a toponímia uma ciência de cruzamentos "carrefour", isto é, que interliga várias ciências. A partir desta visão, foi responsável pela instituição do caráter multidisciplinar da Commission de toponymie du Québec, órgão oficial que reúne lingüistas, geógrafos, historiadores, arquitetos e a população para a elaboração de inventário, estudo e indicação de topônimos em Quebec⁴.

De acordo com J. Romão da Silva (1965) a toponímia não é um elemento subsidiário da História, mas um apoio de inegável valor para a ciência geográfica. Para Camille Vallaux, que elegeu os nomes de lugares como uma das partes mais atraentes da Geografia Descritiva, a nomenclatura deveria ter precedência sobre qualquer outro procedimento, já que a "toponímia pode se constituir em um fio condutor de grande utilidade". Da mesma forma que datas e fatos são importantes

-

⁴ Em 2004, Henri Dorion ganhou o prêmio Léon-Gérin, na categoria Ciências Humanas. Para consultar histórico das atividades de Dorion, ver site do comitê do Prix du Québec [Disponível em http://www.prixduquebec.gouv.qc.ca/recherche/desclaureat.asp?noLaureat=312. Acesso em 25 fev. 2007].

para o conhecimento histórico, uma base nomenclatural é indispensável para o conhecimento geográfico.

Como apontamos inicialmente, a toponímia propicia diferentes perspectivas de análise. O viés pelo qual os nomes de lugares são observados varia, muitas vezes, de características dos nomes de lugares em si. No Brasil, a Toponímia surgiu voltada para os estudos históricos e para a etimologia indígena, o que se deve, diretamente, ao processo de colonização.

A primeira descrição da costa brasileira, por exemplo, encontra-se na carta de Caminha — o mais minucioso e importante documento relacionado à viagem da esquadra de Cabral ao Brasil —, publicada, pela primeira vez, em 1817. Essa carta contém informações e pormenores sobre a viagem de 1500, os episódios ocorridos durante a estada da expedição no Brasil, a fauna e a flora brasileira e os índios Tupiniquim.

A carta é uma narrativa na qual são registradas as impressões do observador a respeito de suas vivências, inseridas no esforço conjunto dos europeus de construir alteridades, à medida que os navegantes entravam em contato com diversas terras e povos, alguns, como os índios e o futuro Brasil, totalmente desconhecidos deles, com os quais seria preciso conviver dali em diante e, para conseguir dominar, sobretudo conhecer. Conhecer significava, essencialmente, fazer o inventário das diferenças entre cada um dos povos encontrados pelo mundo – seus costumes, idiomas, crenças, alimentos, economias, organizações sociais, etc. – e compará-los a povos conhecidos da Europa (Amado; Figueiredo: 2001, 118-22).

Outro texto que contribuiu para a toponímia nacional foi o *Diário da Navegação*, escrito pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte, no qual se tem um minucioso roteiro fluvial, descrição da forma de navegar e as aventuras e desventuras da monção que partiu de Araritaguaba, hoje Porto Feliz, às margens do rio Tietê, no dia 13 de abril de 1769, com destino à praça de Iguatemi, situada à margem esquerda do rio do mesmo nome, nas proximidades da atual cidade de Iguatemi no Mato Grosso do Sul.

A elaboração do *Diário* e dos *Borrões*, como ficaram conhecidos os mapas dos caminhos percorridos pela expedição, era a incumbência de Juzarte (2000,13)

ordenada por Dom Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, o morgado de Mateus, que o escolhera para comandar a monção à Iguatemi, com a recomendação para que fizesse "um diário com a planta de todos os rios, todos os paises e todas as cousas mais notáveis que se tiverem descobrido". Conhecer, neste caso, era importante para a exploração e controle da região, frente à reivindicação espanhola daquelas terras.

Diante de investidas como a de Cabral e de Juzarte, e os mais de dois séculos de intervalo entre elas, a maior parte da toponímia brasileira sob a dominação da Coroa Portuguesa se forma pela mescla de nomes oriundos de línguas indígenas, especialmente o tupi, e de palavras portuguesas. No primeiro caso, a população autóctone é objeto de curiosidade, e apenas a descrição da terra pelos portugueses é realizada; na fase monçoeira, a fixação da toponímia indígena é visível já que o indígena, conhecedor das terras, apesar de subjugado pelo europeu, é guia das entradas.

Assim, a obra de Teodoro Sampaio (1928) torna-se clássica para a Toponímia brasileira. Nela consagrou-se como pioneiro nos estudos toponímicos com a investigação da presença do tupi na nomeação dos topônimos brasileiros, cujos resultados foram publicados na obra *O Tupi na geografia nacional*, em 1901. Para esse estudioso do tupi, a análise de topônimos ampara-se em estudos etimológicos e históricos, os quais devemos elucidar o significado, muitas vezes, em características do ambiente em que está inserido.

O trabalho de Levy Cardoso (1961a), por sua vez, trata de influências das línguas karib e arawak na toponímia da Amazônia, o qual resultou no livro *Toponímia Brasílica*. Nesta obra, o pesquisador salienta que, por meio do estudo da toponímia de uma região, podem-se elucidar questões étnicas e lingüísticas como migrações indígenas e procedência das diversas famílias de línguas que habitaram determinado lugar.

Outra obra importante para os estudos toponímicos no Brasil é a *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasílica*, que sintetiza estudo desenvolvido por Carlos Drumond (1965) sobre a contribuição do povo indígena Bororo da região Centro-Oeste à toponímia brasileira. Esse pesquisador evidencia, também, a falta de sistematização metodológica para a pesquisa toponímica, acrescentando que

trabalhos realizados sobre toponímia no Brasil, até então, tinham sido feitos mais a título de curiosidade ou para atestar a ocorrência de nomes de origem Tupi na denominação geográfica brasileira (Dick: 1990, 4).

Na década de 1960, a partir do objetivo de mapear o Brasil, a normatização dos topônimos torna-se pauta de debates. Assim, foi criada a Junta de Nomes Geográficos, em 1961, na terceira Reunião Brasileira de Consulta sobre Cartografia. Na década seguinte, foi feito um levantamento de todos os nomes de lugares existentes no Brasil. Estes nomes se acham representados nas 46 folhas da Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo (C.I.M.), elaboradas e publicadas pelo IBGE. Atualmente encontramos uma nova edição da Carta com milhares de novos topônimos incorporados.

Desde a década de 90, estão sendo mais freqüentes, como linhas de pesquisa em Toponímia, a Lexicologia, a Lexicografia e a Semiótica, entre outras, pois possibilitam uma análise lógica da nomenclatura, e no caso da Semiótica, por facilitar a compreensão das diversas ideologias do povo estudado.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (idem) está como uma das pesquisadoras mais representativas no Brasil. Contribui para modificar a feição dos estudos toponímicos ao entender que "a toponímia [brasileira] é, antes de tudo, um imenso complexo linguístico-cultural", não a restringindo a nomes indígenas as análises realizadas.

Assim, indiferente da perspectiva teórica que se assuma, o pesquisador deve ter em mente que os topônimos guardam riquezas culturais, ao mesmo tempo em que seguem tendências denominativas:

A tessitura toponímica, com efeito, longe está de ser monótona no significado que recobre ou destituída de interesse prático ou científico. Através das camadas onomásticas, revelam-se numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto sócio-culturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que pode, mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre o "nome" dos acidentes e o "ambiente" em que ele se acha inscrito. (Dick: 1992, 35)

Assim, muitas vezes, o topônimo é um nome comum que mudou de categoria e passou a ser um nome próprio. Este fenômeno ocorre também com os antropônimos, que passam a designar um objeto determinado, e não mais vários objetos de uma mesma categoria. A toponímia, igualmente, é sujeita a grandes

mudanças. Aos períodos revolucionários, por exemplo, segue comumente a troca de nomes em grande escala.

Dick identifica o topônimo como o nome próprio do lugar que possui capacidade de designar, sendo o sintagma toponímico a união de um acidente geográfico a um nome. No modelo classificatório proposto, figura, portanto, em primeiro plano, o termo ou elemento genérico, relativo ao acidente geográfico e, em segundo plano, o termo ou elemento específico, ou topônimo propriamente dito, no qual podemos identificar a intenção do denominador no ato da nomeação (Dick: 1990, 10).

A partir desta divisão, Dick classificou as estruturas dos topônimos, segundo sua formação:

- . topônimo ou elemento específico simples "é aquele que se faz definir por um só formante seja substantivo ou adjetivo, de preferência), podendo, contudo, se apresentar também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências lingüísticas)";
- . topônimo composto ou elemento específico composto "é aquele que se apresenta com mais de um formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso, às vezes, formações inusitadas que, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente";
- . topônimo híbrido ou elemento específico híbrido "como o entendemos é aquele designativo que recebe em sua configuração elementos lingüísticos de diferentes procedências: a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa" (idem, 13-14).

Em sua tese de doutorado intitulada *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*, Dick (idem, 367) apresenta princípios teóricos de investigação toponímica e discute dois planos de investigação, o diacrônico e o sincrônico, considerando que a investigação, na segunda perspectiva, permite "o exame das séries motivadoras, que conduziram à elaboração das taxes toponímicas, vinculadas, de modo genérico, aos campos físico e antropo-cultural". Também nesse trabalho, a autora, além de formular uma terminologia técnica para a matéria, põe em destaque os principais motivos que comandam a organização da nomenclatura geográfica.

A Toponímia é uma disciplina que se preocupa em buscar a origem e a significação dos nomes de lugares, para isso a necessidade de se buscar modelos taxionômicos nos ordenamentos sistemáticos das ciências humanas afins à toponímia, o que aproxima definitivamente a Toponímia brasileira de outras ciências lingüísticas.

Dick criou um modelo de classificação em 1975, que continha 19 (dezenove) taxes. Esse modelo foi reformulado posteriormente, pela própria autora, e publicado em 1990, contando com 27 (vinte e sete) taxes, das quais 11 (onze) se relacionavam ao ambiente físico e são denominadas "Taxionomias de Natureza Física", e 16 (dezesseis) estão ligadas às relações que envolvem o homem inserido em um grupo com seus aspectos sociais, culturais, denominadas "Taxionomias de Natureza Antropo-cultural".

- A- Taxionomias de Natureza Física
- 1- *Astrotopônimos*: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex: Estrela (AH BA); rio da Estrela (ES); Saturno (AH ES).
- 2- Cardinotopônimos: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex: praia do Leste (PR); serra do Norte (MT); Entre-Rios (AH AM); ribeirão ao Norte (MG); lagoa do Sul (SC).
- 3- *Cromotopônimos*: topônimos relativos à escala cromática. Ex: rio Branco (AM); rio Negro (AM); rio Pardo (SP); serra Azul (SP).
- 4- Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex: ilha Comprida (AM); serra Curta (BA); Larga (AH GO); riacho Grosso (CE); morro Alto (GO); córrego Fundo (MT); igarapé Profundo (RO).
- 5- Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (arroio Pinheiro, RS), em conjuntos da mesma espécie (Pinheiral, AH RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata, MT); Caatinga (AH BA); serra da Caatinga (RN), além de formações não espontâneas individuais (ribeirão Café, ES) e em conjunto (Cafezal, AH PA).
- 6- Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas: elevações (montanha: Montanhas, AH RN; monte: Monte Alto, AH SP; morro: Morro Azul, AH RS; colina: Colinas, AH GO; coxilha: Coxilha, AH RS) e depressões do terreno (vale: Vale Fundo, AH HG; baixada: Baixadão, AH MT) e as formações litorâneas (costa: Costa Rica, AH MT; cabo: Cabo Frio, AH RJ; angra: Angra dos Reis, AH RJ; ilha: Ilhabela, AH SP; porto: Porto Velho, AH RO).
- 7- Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos, em geral. Ex: água: serra das Águas (GO), Água Boa (AH MG); rio: Riozinho (AH PI); Rio Preto (AH SP); córrego: Córrego Novo (AH MO); ribeirão: Ribeirão Preto (AH SP); braço: Braço do Norte (AH BA); foz: foz do Riozinho (AH AM).
- 8- Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos também à constituição do solo, representados por indivíduos (barro: lagoa do Barro (BA); barreiro: córrego do Barreiro (AM); tijuco: Tijuco Preto (AH SP); ouro: arroio do Ouro (RS), conjunto da mesma espécie (córrego Tijucal (SP)), ou de espécies diferentes (Minas Gerais AH MG); Cristália (AH MG), Pedreiras (AH MG)).

- 9- Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex: vento: serra do Vento (PB); Ventania (AH SP); Botucatu (AH SP); neve: riacho das Neves (BA); chuva: cachoeira da Chuva (RO); cachoeira do Chuvisco (MT); Chuva (AH MG); trovão:Trovão (AH AM); cachoeira Trovoada (PA).
- 10- *Morfotopônimos*: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex: Curva Grande (AH AM); Ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA); Triângulo (AH MT).
- 11- Zootopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (boi: rio do Boi (MG)) e não domésticos (onça: lagoa da Onça (RJ)) e da mesma espécie em grupos (boiada: ribeirão da Boiada (SP); Vacaria (AH RS); Tapiratiba (AH SP)).
- B- Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural
- 1- Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex: vitória: Vitória (AH CE); triunfo: Triunfo (AH AC); saudade: cachoeira da Saudade (MT); belo: Belo Campo (AH BA); feio: rio Feio (SP).
- 2- Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex: prenome: Abel (AH MG); Benedito (igarapé, MT); Fátima (AH MT); hipocorístico: Bentinho (AH MG); Chiquita (ilha MT); Nico (Igarapé, AC); prenome + alcunha: Fernão Velho (AH AL); Joaquim Preto (igarapé do, PA); Jorge Pequeno (ribeirão MG); Maria Magra (serra da, MG); Pedro Ligeiro (AH GO); apelidos de família: Abreu (AH RS); Barbosa (arroio RS); Silva (AH PA); Tavares (rio SP); prenome + apelido de família: Antonio Amaral (AH MG); Francisco Dantas (AH RN); Manuel Alves (rio GO).
- 3- Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex Presidente Prudente (AH SP); Doutor Pedrinho (AH SC); Duque de Caxias(AH RJ).
- 4- Corotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex: Brasil (AH AM); Europa (AH AC), Amazonas (AH BA); Uruguai (AH MG).
- 5- *Cronotopônimos*: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados, em Toponímia, pelos adjetivos *novo/nova*, *velho/velha*. Velha Boipeba (AH BA); rio Novo Mundo (GO); Nova Viçosa (AH BA); Velha e Nova Emas (AH SP).
- 6- *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex: Casa da Telha (AH BA); Ocauçu (AH SP); Sobrado (AH BA).
- 7- Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: flecha: córrego da Flecha (MT); jangada: Jangada (AH MT); relógio: Relógio (AH PR). Entre os ergotopônimos, será possível também a inclusão dos manufaturados como farinha (rio das Farinhas, ES); pinga (riacho da Pinga, PI); vinho (córrego do Vinho, MG); óleo (óleo, AH SP); azeite (morro do Azeite, MT).
- 8- Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex: Guarani (AH PE); Ilha do Francês (RJ); rio Xavante (MT); Chavantes (AH SP); Árabe (arroio, RS).
- 9- Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados lingüísticos. Ex: Há Mais Tempo (AH MA); Valha-me Deus (AH MA); Vai Quem Quer (Igarapé, AM); Deus me Livre (AH BA).
- 10- Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, etc. Ex: Cristo Rei (AH PR); Jesus (rio GO); Alá (lago AM); Nossa Senhora da Glória (AH AM); às efemérides religiosas: Natividade (AH GO); Natal (AH AC); às associações religiosas: Cruz de Malta (AH SC); aos locais de culto: igreja: serra da Igreja (PR); capela: Capela (AH AL); Capelazinha (AH MG).
- Os hierotopônimos podem apresentar, ainda, duas subdivisões: ahagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiológio romano: São Paulo (AH SP); Santa Tereza (AH GO); Santana da Boa Vista

- (AH RS); b- *mitotopônimos*: topônimos relativos às entidades mitológicas. Ex: *saci*: ribeirão do Saci (ES); *curupira*: lago Curupira (AM); *jurupari*: Jurupari (AH AM); *anhangá*: Anhangá (AH BA).
- 11- Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes. Ex: Independência (AH AC); rio 7 de Setembro (MT); Inconfidência (AH RJ); Inconfidentes (AH MG); rua Vinte e Um de Abril (SP).
- 12- Hodotopônimos (ou Odotopônimos): topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Estradas (AH AM); Avenida (AH BA); córrego do Atalho (GO); Travessa (AH BA); Rua de Palha (AH BA); Ladeira (AH MA).
- 13- *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex: Duas Barras (AH BA); Duas Pontes (AH RO); Três Coroas (AH RS).
- 14- *Poliotopônimos*: topônimos constituídos pelos vocábulos *vila*, *aldeia*, *cidade*, *povoação*, *arraial*. Ex: rio da Cidade (RJ); serra da Aldeia (PB); Arraial (AH BA); Vila dos Anjos (AH MG); Povoação (AH PI); Tabapuã (AH SP).
- 15- Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, páteo, praça). Ex: Sapateiro (serra do, SP); Pescador (AH MG); Tropeiros (serra dos, MG); Engenho Novo (córrego, MG); Oficina (AH MG); Pracinha (AH SP).
- 16- Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Ex: Cotovel (AH MG); Pé de Boi (AH SE); Pé de Galinha (AH BA); Mão Esquerda (rio da, AL); Mão Quebrada (lagoa da, PI); Dedo (Igarapé do, RR); Dedo Cortado (córrego do, GO); Dedo grosso (AH SC). (DICK, 1992: 32-34).

Outras propostas de classificação foram realizadas. Como visto anteriormente, Dauzat (1946) estudou os nomes de lugares de acordo com causas históricas, separando-os em duas categorias de nomes. Esta postura deve-se aos seus objetivos primordiais: o estudo da etimologia e a reconstituição histórica dos topônimos investigados.

Podemos dizer que sob o ponto de vista de reconstituir e descobrir o significado dos nomes próprios, o trabalho de Vasconcelos (1931, 3) e o de Dauzat assemelham-se, visto que o primeiro estuda os topônimos com base nas diretrizes francesas, cuja classificação intitulou "divisão de categorias dos nomes segundo as causas que deram origem ao nome".

Os "mecanismos de nomeação" de George Stewart, por sua vez, levaram à sistematização dos nomes de lugares em nove categorias distributivas. A perspectiva de investigação toponímica de Stewart sugere um retorno à intenção de denominador no ato do batismo de um elemento geográfico. Assim, o enquadramento do nome em um dos mecanismos propostos será com base na história desse lugar (Dick: 1990, 25).

Na América, o trabalho realizado por Adolfo Salazar-Quijada (Gonsalves: 2003, 19), *La toponímia en Venezuela*, no qual é apresentado um panorama histórico da Venezuela, destaca a importância do signo lingüístico em função da toponímica, como "acervo científico e patrimonial de um país" e, a partir deste levantamento, propõe um modelo taxionômico de classificação dos topônimos.

No modelo classificatório proposto por Dick, figura em primeiro lugar o conteúdo lingüístico que se pode perceber a motivação dos topônimos e, em segundo lugar, a intenção do denominador no ato da nomeação visando, por meio de uma investigação sem muito recuo ao passado histórico, a busca das causas motivadoras, os pressupostos semânticos que dão vida aos designativos geográficos, sem descartar a possibilidade, dependendo da dificuldade de reconhecimento do nome, de uma pesquisa mais pormenorizada para apreensão do significado (Dick: 1990, 58-59).

Desta forma, para Dick a investigação do nome geográfico tem como ponto de partida o próprio nome que, pode ser motivado, isto é, no ato da denominação pode o nome ter sofrido influência de aspectos extralingüísticos de ordem física ou antropocultural:

Toponímia é a disciplina que caminha ao lado da história, servindo-se de seus dados para dar legitimidade a topônimos de um determinado contexto regional, inteirando-se de sua origem para estabelecer as causas motivadoras, num espaço e tempo preciso, procurando relacionar um nome ao outro, de modo que, da distribuição conjunta, se infira um modelo onomástico dominante, ou vários modelos simultâneos. Procura apreender essa tendência também em função dos acidentes geográficos que servem de base física ao nome empregado, a fim de que se verifique a sua projeção no denominativo e em que termos isso ocorre. Procura, ainda, estabelecer pontos de intersecção entre os designativos e as línguas faladas no local, de maneira a determinar as tendências lingüísticas manifestadas nos topônimos, ou em que medida estas expressam formas antigas de linguagem, com as modificações experimentadas. (Dick: 1996a.12)

As pesquisas de Dick desenvolvem tanto projetos em nível sincrônico como nos projetos: ATB - Atlas Toponímico do Estado de São Paulo, esse último se caracteriza como uma variante regional do primeiro. O inventário toponímico do ATESP tem por base os 573 municípios que constituíam o Estado na época do levantamento, e a coleta dos dados se faz por meio das cartas municipais elaboradas pelo Instituto Geológico do Estado ou pela própria Prefeitura, de acordo com a necessidade e a disponibilidade da pesquisa e

disponibilidade destas fontes, utilizam-se cartas mais detalhadas (escala 1:50.000 e 1:100.000).

Como documentação complementar, a fim de elucidar a ambigüidade semântica de determinados registros, recorre-se a documentos históricos do local. Nesse trabalho os topônimos são sistematizados segundo dois pontos de vista básicos: o aspecto taxionômico já focalizado e o aspecto lingüístico que absorve o campo etno-dialetológico e visa investigar estratos lingüísticos da linguagem, como as das camadas portuguesas, indígenas, africanas; já nos campo histórico-cultural a recorrência às fontes históricas serve como subsídio para o desenvolvimento da pesquisa (Dick: 1996a, 28-37).

Como projetos diacrônicos, podemos mencionar o *Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguistica da toponímia brasileira*, que versa sobre hidrônimos brasileiros, e o *Atlas das Cidades*, que trata da toponímia urbana (Dick: 2001; 1996b).

Atualmente, devido à globalização, as facilidades de comunicação fazem com que os diversos países se conectem com maior freqüência e facilidade, e, por esta razão, ficam mais evidente as suas diferenças lingüísticas e culturais, o que pode gerar problemas de comunicação. A ONU objetiva sanar esta dificuldade, incentivando a criação de organismos locais engajados na normalização dos nomes, a fim de garantir as comunicações nacionais e internacionais.

A normalização de nomes em cartas geográficas e em documentos jurídicos é uma preocupação corrente, pois estes devem ser claros, precisos, atualizados e sem ambigüidade. Cria, para tanto, programas que visam encorajar a criação, em cada país, de instituições responsáveis pela normalização dos nomes nacionais, dando particular atenção aos países com regiões multilíngües e a nomes utilizados por povos autóctones.

Cada país deve assumir uma postura totalmente particular para normalizar seus topônimos, seguindo sua legislação interna, visto que a lei é, em primeiro lugar, uma regra de conduta social, cujo objetivo imediato é o de disciplinar o comportamento dos indivíduos ou as atividades dos grupos e entidades sociais em geral.

A aplicação de normas, a fim de assegurar uma convivência jurídica ordenada, pode ser dividida em normas imperativas (*jus cogens*), isto é, obrigatórias, e em normas facultativas (*jus dispositivum*), que permitem ao agente utilizá-las quando de seu interesse.

Com relação aos nomes, podemos aferir que a lei brasileira permite a normalização dos topônimos. O ato de nomear e a escolha e a alteração de nomes são faculdades municipais, vedando apenas o uso de antropônimos em homenagem a pessoas vivas.

Desta maneira, ressaltamos a importância de uma análise que leve em consideração, além da importância dos estudos lingüísticos e culturais, o aspecto jurídico do ato de nomear.

Metodologia

A idéia do nosso trabalho surgiu com a leitura do *Diário da Navegação*, de Teotônio José Juzarte (2001), o qual descreve minuciosamente uma expedição realizada desde o porto de Araritaguaba, atual Porto Feliz, interior do Estado de São Paulo, até a Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, no atual Estado do Mato Grosso do Sul.

A viagem durou, ao todo, dois anos e dois meses, entre os anos de 1769 e 1771. O percurso e os acontecimentos foram detalhados pelo sargento-mor Juzarte, que se comprometeu, a pedido de Dom Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão, morgado de Mateus, a narrar diariamente os acontecimentos da expedição e a mapear o traçado dos rios Tietê, Paraná e Iguatemi, anotando os elementos geográficos, os perigos das cachoeiras, os pousos, a vegetação, os indígenas e as propriedades ribeirinhas já estabelecidas.

As aventuras e as desventuras foram vivenciadas por um grupo composto por mais de setecentas pessoas que, em trinta e seis barcos toscos, enfrentou as mais duras e perigosas corredeiras e cachoeiras em vários rios. A grande extensão percorrida pela expedição e, conseqüentemente, o grande número de topônimos que a nomeia inviabilizariam um estudo aprofundado. Optamos, então, pela análise apenas dos topônimos do trecho correspondente ao rio Tietê, tão importante para nós paulistas.

A descrição de outras monções permitiu-nos identificar diferentes visões sobre este rio entre os séculos XVII e XIX e os nomes atribuídos aos elementos geográficos relacionados diretamente ao Tietê neste período. O primeiro volume da Coleção Paulística traz, na íntegra, quatro dos relatos que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, sob o título *Os roteiros e notícias de São Paulo colonial (1751-1804)*, cuja introdução e notas foram realizadas por Ernani Silva Bruno (Cleto: 1977):

. Recopilação de notícias da Capitania de São Paulo em abono dos honrados e beneméritos naturais e povoadores da mesma e não vulgar relação da jornada que da sua capital fez no ano de 1751 o Exmo. Conde Azambuja, passando a governar a capitania de Mato Grosso, o que tudo igualmente se demonstra em duas plantas

geográficas, tão raras como curiosas, as quais se podem ver no fim desta, de Luiz dos Santos Vilhena (1751);

- . Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la, de Marcelino Pereira Cleto (1782);
- . Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso, de Manoel Cardoso de Abreu (1783);
- . Jornais das viagens pela Capitania de São Paulo, de Martim Francisco Ribeiro de Andrade (1803-1804).

Em *Relatos Monçoeiros*, Afonso de E. Taunay (1981) reuniu relatos esparsos que existiam de monções que desceram o rio Tietê, desde São Paulo até Mato Grosso do Sul, levando pessoas, animais, carga e alimentos. Essas expedições serviam para levar mineiros para as minas em Cuiabá, como também para levar pessoas para ocupar e povoar o sertão desconhecido.

Taunay incluiu o mapa traçado por Dom Luiz de Céspedes Xeria, em sua Relacion de viaje, que data de 1628, o mais antigo conhecido, e transcreveu as anotações realizadas por Xeria. Encontramos, ainda, 12 relatos conhecidos como "Notícias Práticas" a descrição que cada viajante apresentava dos obstáculos encontrados durante a descida dos rios, principalmente o detalhamento que faziam dos perigos das cachoeiras, corredeiras e saltos encontrados no rio Tietê:

- . Relações verdadeiras de derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas de Cuiabá, o Exmo Sr. Rodrigo César de Menezes, Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo e suas minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas (1726);
- . Das Minas do Cuiabá e Goiases, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Ver. Padre Diogo Juares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas de Cuiabá no ano de 1727;
- . Roteiro verdadeiro das minas de Cuiabá e de todas suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros e descarregadouros de canoas que se navegam para as ditas

minas, com os dias de navegação e travessia, de Manuel de Barros (anterior a 1748);

- . Diário da viagem que fez o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à Praça de nossa Senhora doa Prazeres do rio Iguatemi (1774-1775) que acompanha mapa reduzido e impresso sob a direção do Barão Homem de Melo;
- . Carta de um passageiro de monção, por Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (1785);
- . Diário de viagem que por ordem do Ilmo. Sr. Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, Governador e Capitão-general das Capitanias de Matto-Grosso e Cuiabá fiz, de Vila Bela até a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos Rios no ano de 1788:
- . Diário de viagem do dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, nas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato-Grosso, Cuiabá e são Paulo, nos anos de 1760 a 1790;
- . Plano para uma expedição a Iguatemi pelo Marechal Cândido Xavier de Almeida e Souza (sem data);
- . Notícias da Capitania de São Paulo da América Meridional, escritas no ano de 1792, de Lanhas Peixoto.

Os relatos do Conde de Azambuja, Manuel Cardoso de Abreu e Juzarte também integram esta obra. Taunay indica ainda as mais antigas documentações que se conhece sobre as monções, como uma possível monção que teria passado pelo rio Tietê em meados do século XVI, conforme narração de Ruy Díaz de Guzmán (1945).

Para complementar o *corpus* referente ao Tietê antigo e identificar a localização dos topônimos, utilizamos elementos cartográficos dos séculos XVII ao XIX. Analisamos, além do "Mappa de D. Luis de Cespedes Xeria", os seguintes mapas que compõem a *Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga*, de 1612 a 1837, organizados e comentados, igualmente, por Taunay (1922):

. Mappa corographico da Capitania de S. Paulo, de Antonio Roiz Montezinho (1791-1792);

- . Carta corographica da Capitania de S. Paulo, de João da Costa Ferreira ou de algum de seus ajudantes (1793);
- . Mappa corographico da Província de S. Paulo, de Daniel Pedro Müller (1837).

Integram, ainda, o nosso *corpus* 10 mapas pertencentes ao acervo do Museu Paulista, da Universidade de São Paulo:

- . Carta Chorographica da Capitania de São Paulo, em que se mostra a verdadeira situação dos lugares por onde fizerão as sete principais divizoes do seu Governo com o de Minas Geraes (1766);
- . Viagem do Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria da Cidade de S. Paulo á Praça de N. S. dos Prazeres do Rio Igatimy (1774-1775);
- . Mappa dos Leitos dos Rios Taquary, Cuxiim, Gamapoam, Varador de Gamapoam, Pardo, Paraná, Tietê e Caminho de Terra desde a Freguezia de N. Snra. Mai dos Homens d'Araraytaguaba até á Cidade de S. Paulo, de Francisco Jozé de Lacerda (1788-1789);
- . Planta levantada conforme as informações prestadas por João Gonsalves Peixoto (1860);
- . Parte da Província de São Paulo. Estrada da Capital à Franca, extraída da Carta do Gal. Muller, J. C. M. O. (1864);
- . Karta da Província de São Paulo augmentada de dados estatísticos e outras correcções resultantes de estudos e melhoramentos recentes por Robert Hirnschrot (1875);
- . Carta da Provincia de São Paulo, de C. D. Rath (1877);
- . Carta da Província de S. Paulo organizada e gravada por Cláudio Lomellino de Carvalho (1887);
- . Mappa Parcial dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes com indicação de todas as Estradas de Ferro em trafego e em construção. Cidades, Villas, Povoados, Estações e Serras, com as altitudes em referencia ao mar. Organizado por Arthur H. O'Leary (s/ data);

. Demonstração Geographica do curso do rio Tietê desde a cidade de São Paulo, até a confluencia que forma com o rio Ygatemy, e a direção deste até as suas origens (s/ data).

Além dos estudos realizados por Taunay sobre o rio Tietê, utilizamos para o embasamento de nossa pesquisa vários autores, entre os quais destacamos a "História do rio Tietê" de Mello Nóbrega, livro escrito em 1948. Nesta obra, o autor reuniu inúmeros artigos de jornais e revistas, ensaios, poesias e materiais avulsos sobre o Tietê, pesquisou na enorme série dos volumes dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* e na literatura da época e colheu narrativas contemporâneas. Mello Nóbrega trata o rio ora como cenário, ora como "comparsa", narrando a influência do Tietê desde a criação de São Paulo e em sua expansão, a navegação e suas riquezas.

A passagem do Tietê antigo para o Tietê atual é marcada pelo mapa produzido pela Commissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, em 1905, intitulada "Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná)". Fruto de um estudo encomendado pelo Governo do Estado de São Paulo, a Comissão, chefiada pelo engenheiro Jorge B. Scorrar, tinha por missão o

levantamento da extensão do rio Tietê, da largura margem a margem, do seu leito e volume das águas, das ilhas, corredeiras e cachoeiras, assim como dos pousos existente ao longo do seu curso da barra do rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná.

Não visava, portanto, como os relatos anteriores, indicar o trajeto em si do rio, mas verificar o seu potencial. O desenvolvimento urbano de São Paulo nas últimas décadas do século XIX leva à necessidade sempre crescente de energia destinada à produção e para suportar o crescimento das metrópoles e das indústrias. O estudo da Comissão Geográfica e Geológica é elaborado concomitantemente ao planejamento para construção de hidrelétricas ao longo do Tietê no século XX a fim de atender a demanda energética.

As hidrelétricas, que aproveitam parte das antigas cachoeiras, contudo, alteram a paisagem do Tietê. O crescimento urbano ao longo de seu curso torna o rio poluído e consome a flora e a fauna. Para compor o *corpus* do Tietê atual, baseamo-nos, especialmente, em Rocha (1991) e em Melo (2001), na documentação das agências responsáveis pelas hidrelétricas e nas cartas

elaboradas pelo IBGE (1972; 1973; 1984), pelo Gegrau (1975), pela Emplasa (1982) e pelo Estado de São Paulo (1982) das cidades ao longo do Tietê.

Para uma visão atualizada da importância do rio, entramos em contato com a Fundação SOS Mata Atlântica, que criou o Núcleo União Pró-Tietê. Esta é uma entidade não governamental, sem finalidade lucrativa, que visa oferecer conhecimentos sobre a importância do rio Tietê, particularmente para São Paulo, relatando as muitas referências feitas a ele por historiadores, geógrafos, técnicos, cientistas e poetas e prosadores e depoimentos de moradores ribeirinhos.

É um projeto que se preocupa com a recuperação e a despoluição do Tietê por intermédio da educação ambiental. O objetivo é de fazer com que as pessoas voltem a olhar permanentemente para o rio, a fim de resgatar parte da nossa cultura esvaecida com a poluição.

No caso de implantação de empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente existem inúmeras normas que devem ser observadas e cumpridas, a começar pela Constituição Federal de 1988, assim como o Código Florestal e sua Medida Provisória a lei que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente, a lei que criou a Agência Nacional de Águas, a lei da Ação Civil Pública, A lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei da Fauna e leis específicas como a da Mata Atlântica, leis estaduais, resoluções do CONAMA e instruções normativas e portarias dos vários órgãos ambientais⁵.

Assim, a fim de complementar a parte referente ao Tietê atual, fizemos um levantamento junto à legislação brasileira e de alguns países para compreender o processo de atribuição de topônimos a hidrelétricas e a outros novos elementos geográficos construídos ao longo dos cursos d'água.

A aplicação correta dos nomes em cartas geográficas e em documentos jurídicos é importante em diversos campos, tais como gestão, meio ambiente, operações de manutenção da paz e ajuda econômica. Assim, nas Nações Unidas, analisamos as propostas de normalização de topônimos do GENUNG (Grupo de

_

⁵ Para maiores informações, consultar, especialmente, a Constituição; Lei 4.771 - O Código Florestal; Medida Provisória 2.166-67; Política Nacional de Meio Ambiente – Lei 6.938 e sua alteração; Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei 11.428 – da Mata Atlântica; Lei 7.347 – da Ação Civil Pública; Lei 9.984 – da ANA; Lei da Fauna; Instrução Normativa 65/05 do IBAMA; Resoluções CONAMA; Portaria 09/06 do MMA.

especialistas das Nações Unidas para nomes geográficos). Esse grupo é composto por geógrafos, lingüistas e historiadores que visam contribuir para a eficiência das comunicações nacionais e internacionais.

Para compor o *corpus* moderno, utilizamo-nos da legislação específica para a toponímia de dois países: Canadá, mais especificamente a do Québec, e Portugal. No primeiro, encontramos um sistema de normalização da toponímia muito bem elaborado e criterioso, que leva em consideração princípios fundamentais que transcendem questões políticas assim como critérios de escolha, regras de escrita e modos de tratamento. Possuem, para tanto, uma Comissão toponímica que se preocupa em identificar a melhor escolha de topônimos e a melhor maneira de escrevê-los, e, antes de substituir ou atribuir oficialmente o nome de um lugar, a Comissão publica um aviso de intenção que visa permitir que cidadãos exponham suas opiniões a fim de favorecer a estabilização da toponímia oficial e evitar problemas após a substituição de nomes oficiais.

Em Portugal também existem regras muito claras quanto o uso da toponímia para a denominação de lugares. O disposto no nº. 8 do art.º 112.º e art.º 241.º da Constituição da República Portuguesa permite que as Câmaras Municipais estabeleçam a denominação das ruas e praças das povoações, bem como a numeração dos edifícios. O cuidado na escolha dos topônimos tem como pretensão a valorização de valores culturais e sociais das populações, refletindo e perpetuando a importância histórica, entre outros, de fatos, pessoas, eventos e lugares. Percebemos, igualmente, a preocupação com a terminologia geográfica.

Em Portugal, diferente de Quebec, cada Município estabelece uma Comissão de Toponímia, órgão consultivo da Câmara para as questões de toponímia. Quanto a homenagens a pessoas, o princípio adotado pelas Nações Unidas de utilizar o nome de uma pessoa somente após determinado tempo de seu falecimento é seguido tanto em Quebec quanto em Portugal.

Consultamos a legislação de outros países, como a região da Galícia, na Espanha, na qual a Comissão de Toponímia, subordinada a Junta da Galícia, é responsável pela elaboração de princípios legais para a região, porém optamos por Quebec, no Canadá, e Portugal por terem normas claras e bem definidas e servirem de modelo comparativo ao nosso estudo da legislação toponímica do Brasil.

No Brasil, por sua vez, verificamos que não há uma legislação oficial preocupada com a denominação de lugares ou de bens públicos. Fizemos uma pesquisa em todas as leis ordinárias federais, desde a Programação da República até os dias atuais e somente encontramos a lei nº 6.454/1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos e dá outras providências, e leis municipais e projetos de leis municipais que tratam da toponímia.

Coletamos, também, leis que dispõem sobre a denominação de hidrelétricas de diferentes regiões do Brasil, além de leis estaduais que pontualmente denominam ou alteram a denominação existente, porém sem seguirem regras próprias estabelecidas para tal finalidade. Neste caso, notamos a existência de leis estaduais que normalizam a binomeação de hidrelétricas.

Para tratamento e análise dos topônimos levantados, utilizamos a metodologia de tratamento de dados do Projeto ATESP, coordenado por Dick (1999; 2004b), combinada com a perspectiva teórica de Dick (2001; 1992; 1990), apresentada anteriormente. Procedemos ao tratamento dos dados coletados pela elaboração de fichas lexicográfico-toponímica. Utilizamos para tanto o modelo de ficha adotado do Projeto ATESP (Dick: 2004b, 130):

Legalização Município	
Localização – Municipio:	
Topônimo: A.G	.:Taxionomia:
Etimologia:	
•	
Entrada Lexical:	
Estrutura Morfológica:	
Histórico:	
` <u> </u>	
Informações Enciclopédicas:	
Contexto:	
Fonte:	
Pesquisador:	Revisor:
Data de Coleta:	

A partir das necessidades próprias ao material coletado, chegamos ao seguinte modelo de ficha lexicográfico-toponímica:

topônimo	elemento geográfico		05
Avanhandava	cachoeira		
localização			
município de José Bonifácio (SP)			
taxionomia	origem lingüística		
etnotopônimo	Indígena- tupi		
estrutura do topônimo	estrutura morfossintática		
simples	substantivo		
etimologia			
Avanhandava - abá-nhandaba, "a corric	la da gente" (Sampaio: 1928)		
entrada lexical			

ocorrências

- Cachoeira Avanhandava. Juzarte, 1769. "fomos procurar o grande, o perigoso salto de Avanhandava, que quer dizer em português onde correm os homens" (Juzarte: 2000, 40 e 52)
- . Salto do Avanhandava. Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria, 1774. (Coleção Museu Paulista)
- . [cachoeira] Avanhandavuçu. Manoel Cardoso de Abreu, 1783. (Cleto: 1977, 68)
- . Salto d'Avanhandava. Francisco Jozé de Lacerda, 1788 e 1789. (Coleção Museu Paulista)
- . Anhandava. Daniel Pedro Müller, 1837 (Taunay: 1922)
- . Salto do Avanhandava. João Gonsalvos Peixoto, 1860. (Coleção Museu Paulista)
- . Salto d'Avanhandava. C. D. Rath, 1877. (Coleção Museu Paulista)
- . Salto de Avanhandava. Cláudio Lomellino de Carvalho, 1887. (Coleção Museu Paulista)
- . Salto Avanhandava. Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo (1930), 1905.
- Salto do Avanhandava. Arthur H. O'Leary [s/data]. (Coleção Museu Paulista)

histórico

Uma das mais conhecidas cachoeiras do rio Tietê, o salto Avanhandava era transposto apenas por varação de canoas. Em 1751, segundo o relato do Conde de Azambuja, existia nas proximidades deste salto o "Sítio Avanhandava". Lendas explicam que as quedas deste ponto do rio devem-se a uma sucuri gingante que habitava esta localidade e foi morta por um índio.

causa motivadora

[Desconhecida]

confrontar

06. Avanhandava, hidroelétrica; 54. Nova Avanhandava, hidroelétrica

topônimo	elemento geográfico 54	
Nova Avanhandava	hidroelétrica	
localização		
município de Buritama (SP)		
taxionomia	origem lingüística	
cronotopônimo	Híbrida- portuguesa + indígena (tupi)	
estrutura do topônimo	estrutura morfossintática	
composta	adjetivo + substantivo	
etimologia		
Avanhandava - abá-nhandaba, a corrida da gente (Sampaio)		
entrada lexical		
ocorrências		
. usina Nova Avanhandava – AES-Tietê		

<www.aestiete.com.br/artigo234>. Acesso em 15 dez. 2007).

histórico

A segunda usina hidrelétrica de Avanhandava, concluída em 1947, não atendia à crescente demanda por energia elétrica na região. A construção de um novo reservatório e usina fez com que aquela hidrelétrica fosse desativada e o salto de Avanhandava, submerso.

causa motivadora

Construção de uma nova usina hidrelétrica (Nova) e aproveitamento do reservatório da antiga hidrelétrica de Avanhandava (Avanhandava).

05. Avanhandava, cachoeira; 06. Avanhandava, hidroelétrica

Elaboramos 63 fichas a partir da leitura do material e da coleta dos topônimos dos diferentes momentos analisados, as quais permitem verificar como a alteração dos espaços interfere na nomeação. Em um primeiro momento, verificamos a nomeação feita pelos habitantes da terra, com a equivalência feita pelos portugueses.

Notamos que o Tietê atual é muito diferente do antigo. Desde o início do século XIX, com o declínio das monções, a abertura de novas estradas terrestres, cujas rotas eram mais curtas e de menores riscos, possibilitava o transporte de cargas em lombo de mulas e proporcionava um comércio mais lucrativo, encerrando a utilização do rio Tietê como estrada do sertão. Além disso, o advento da navegação a vapor contempla apenas a subida dos rios Paraná e Paraguai.

A maioria dos antigos nomes não mais existe, assim como os saltos e cachoeiras, encobertos por represas e por hidrelétricas. O levantamento de dados sobre as hidrelétricas situadas ao longo do Tietê e de qual cachoeira se encontra sobre cada uma delas permitiu constatar que não há um único critério de denominação dos novos elementos geográficos.

Essa pesquisa nos levou a formular, com base na experiência de outros países e do Brasil e no material analisado, uma proposta de legislação para a denominação de hidrelétricas e de lugares públicos.

Observamos que alguns mantêm nomes que já se encontravam fixados na região; outros correspondem a homenagens, perdendo o referencial anterior. A divisão de nossa tese em duas épocas distintas — Tietê antigo e atual — decorre desta mudança no uso e nomeação do rio Tietê. A construção do texto toponímico e a organização do material que compõe esta Tese seguem estas linhas gerais.

CAPÍTULO I

O rio é uma pessoa. Tem nome. Este nome é muito velho, porque o rio, ainda que sempre moço, é muito antigo. Existia antes dos homens e antes das aves. Desde que os homens nasceram, amaram os rios, e tão logo souberam falar, lhes deram nomes.

Rémy Gourmont

I.1. A ocupação das margens de rios e a formação de hidrônimos

Dar um nome a algum lugar é revelar à comunidade a existência daquele lugar. Dick (1992, 5-6), com base no Gêneses, verifica que o fazer-se conhecer dos animais da terra é a marca da tomada de posse destes pelo primeiro homem bíblico. Assim, "através da manifestação simbólica da linguagem", o homem reconhece e domina aquilo que integra a sua realidade particular.

Em períodos de conquistas, a tomada de terras era marcada pela nomeação do local a partir do nome do conquistador. Segundo Dauzat (1946, 185-191), essa modalidade designativa se conservou por toda a Antigüidade e "até muito mais tarde entre as nações germânicas", quando as nações e territórios se formavam por derivação do nome dos habitantes, assim: Hispânia. "terra dos hispânicos", Gália, "terra dos gauleses", Itália, "terra dos ítalos", Germânia, "terra dos germânicos" etc.

Por outro lado, a época feudal é marcada pela tomada do nome do lugar pelos homens, de acordo com "a concepção feudal do homem atado à terra". A atribuição ou a tomada de topônimos pelos homens, desta forma, é conseqüência da relação estabelecida entre a comunidade e a paisagem.

As grandes civilizações do passado se desenvolveram às margens de grandes rios e dependiam dele para sobreviver, especialmente em razão da agricultura. As expansões territoriais, ocorridas de modo pacífico ou por meio de processos belicosos, sempre estiveram relacionadas aos aspectos potamográficos, tais como a piscosidade, como fator de importância na alimentação, e a navegabilidade, como facilitadora dos deslocamentos (Rocha: 1991, 15).

Neste sentido, verificamos a tendência de se nomear os primeiros aglomerados humanos, formados às margens de rios, pelo próprio hidrônimo, demonstrando a importância do curso d'água para a comunidade em formação. Além disso, quando desconhecido ou inexistente, comumente os rios são uns dos primeiros elementos geográficos (ou o primeiro) a ser nomeado e, por este motivo, registram potencialmente um saber lingüístico e cultural mais antigo.

Dauzat (1937: 195-6), ao estudar nomes de lugar da França, constatou que, proporcionalmente, os nomes mais antigos encontravam-se estabelecidos em cursos d'água:

les noms de cours d'eau présent un intérêt très particulier: ils referment, parmi toutes les catégories de toponymes, la plus forte proportion des noms les plus anciens la rivière (...) étant particulèrement rebelle aux substitutions. Ce sont ces noms qui nous permettent de plonger le plus loin dans le passé linguistique de l'Europe occidentale.

Os hidrônimos, desta forma, representariam uma categoria de nomes mais antigos e, portanto, de grande interesse para estudos filológicos, culturais e históricos. Dick (1996b, 36) afirma que a manutenção de hidrônimos deve-se, além do poder referencial dos cursos d'água, ao fato de os nomes dos rios,

costumeiramente, refletem circunstâncias típicas, ou do próprio acidente, em sua natureza intrínseca, ou dos locais que percorrem, incorporando ao seu nome os elementos regionais característicos.

Assim, os hidrônimos são definitivos como potencialmente nomes espontâneos. Esta característica justifica o fato de um mesmo rio receber nomes variados, de acordo com as regiões que atravessa, por ter, suas margens, sido habitadas por diferentes comunidades. É o que afirma Carlos Drumond e Arlinda Nogueira (1982: 59-60), os quais entendem que a importância da toponímia a respeito dos nomes dos cursos d'água é comprovada pela influência que os rios exercem nas comunidades ribeirinhas.

Neste sentido, Padre Tastevin (1921, 59), sobre os nomes genéricos dos cursos d'água na América tropical, esclarece que

a denominação oficial pode vir de um povo que desapareceu há muito sem deixar traços de seu idioma. Esse mesmo nome, tornado misterioso e inexplicável, nos terá sido conservado, mais ou menos alterado, por um povo conquistador que o absorveu ou expulsou a tribo primitivamente estabelecida às suas margens. Estes nomes podem ser os únicos testemunhos da passagem de um dado povo, em uma terra onde não

mais existe hoje. Eles podem, assim, auxiliar a restabelecer uma cadeia da pré-história e, a este título, mereceriam um estudo atento.

Entender o significado dos hidrônimos, desta forma, permite identificar a visão que aqueles que assim o denominaram possuíam do espaço. Observemos os nomes de alguns dos principais rios do mundo e do Brasil em relação à ocupação das terras que os margeiam.

I.2. Rios no mundo

Desde o começo da civilização, o ser humano, como um ente social e gregário, procurou seguir os cursos d'água. Em suas margens, encontrou lugar privilegiado para a fixação das sociedades antigas, devido à disponibilidade de água para consumo humano e animal e para uso na agricultura. Além disto, percebeu a facilidade de locomoção pelas águas e à beira de rios, dado o potencial dos vales como guia em regiões pouco conhecidas.

Neste sentido, os rios são elementos aglutinadores das povoações humanas e, por serem considerados como um dos mais antigos meios de transporte, desempenharam importante papel na penetração, povoamento e ocupação do interior dos continentes, funcionando como verdadeiros caminhos naturais e mantendo a integração de diferentes povoados e vilarejos.

Tanto nas civilizações antigas como nas recentes, busca-se no rio desde um simples alimento até um meio de transporte para integração com outros povoados ou vilarejos. Silva (2004) aponta que

a paisagem em muitos locais é indelevelmente marcada pela presença de um rio que confere uma fisionomia típica (...). As civilizações que floresceram na Europa, Ásia, América e em outros continentes o fizeram acompanhando grandes rios como o Tamisa, o Reno, o Danúbio, o Pó, o Nilo, etc.

A palavra Mesopotâmia, por exemplo, de origem grega, significa "terra entre rios"⁶. Tratam-se dos rios Tigre e Eufrates, no Médio Oriente, onde atualmente se situa o Iraque, que dão nome a esta região. Esta civilização é considerada uma das

⁶ A palavra Mesopotâmia, de origem grega, vai ao encontro desta afirmação. gr. *mesopotamía,as* ou *mesopotámios,a,on* 'situado entre dois rios; país entre rios; a Mesopotâmia'; cp. lat. *Mesopotamìa,ae* 'Mesopotâmia, país situado entre o Eufrates e o Tigre' (Houaiss: 2001): mesos = meio + potamos = rio e significa região situada entre rios, isto é, no caso, região compreendida entre os rios Tigre e Eufrates.

mais antigas da história, já que foi na Baixa Mesopotâmia aonde surgiram os primeiros Estados por volta do quarto milênio a.C. Nos textos bíblicos, é apontada a Mesopotâmia como a civilização inicial, o Berço da Civilização.

Vários povos habitaram essa região, entre os mais antigos temos os sumérios, assírios, babilônicos e caldeus. A civilização Suméria (*Shumeria* ou *Shinar*, *Sinar*, na bíblia; *Sangar*, em egípcio) surgiu aproximadamente 3.100 a.C. e é considerada a civilização mais antiga da humanidade. A origem deste nome é desconhecida. Cogita-se que se trate de um exônimo aplicado e, provavelmente, cunhado pelos acádios e signifique "Terra do Senhor do junco", isto é, "Terra do deus Enki" (Houaiss: 2001). Fato é que os sumérios autodenominam-se *sag-gi-ga* (= "o povo de cabeças negras") e chamaram sua terra *Ki-en-gi* (= "o lugar dos senhores civilizados").

Localizava-se na parte sul da Mesopotâmia, sendo que os rios Tigre e Eufrates, através de seu regime de cheias e vazantes anuais, provinham as terras adjacentes com matéria orgânica fertilizante. Além disto, o sistema de irrigação, composto por canais, barragens, diques e reservatórios, tornaram a agricultura suméria promissora, com abundantes colheitas permitiam o armazenamento de excedentes. Os sumérios dispunham de algumas vantagens na época: a liberação de alguns indivíduos da lavoura para o trabalho com a arquitetura e a escrita (Kramer: 1977).

Outra civilização que, igualmente, foi favorecida pelas dádivas de um rio é a egípcia. Desde o começo desta antiga civilização, datada por volta de 3.200 a.C., o rio Nilo tem sido o principal elemento mobilizador da atividade humana da região, exercendo papel fundamental na economia por oferecer água e terra cultivável em pleno deserto. Como disse o historiador grego Heródoto (484 – 425 a. C.): "O Egito é um dom do Nilo".

O regime de cheias do Nilo está vinculado ao degelo de primavera nas altas montanhas do centro-leste africano. O seu curso perene apresenta uma peculiaridade: a força das águas revolve o fundo do leito do rio nas cheias, e as águas lamacentas deixam depositadas nas margens um lodo quase negro, rico em matéria orgânica, que aduba a terra naturalmente, tornando as terras adjacentes em um oásis em meio a dois grandes desertos. As populações nômades, que

sobreviviam da coleta, da caça de pequenos animais e com pequenos rebanhos, acharam um lugar com plenas condições de realizar o provimento da sua sedentarização. Logo se organizaram em aldeias, que se transformaram em vilas, que se transformaram em cidades, e formaram um dos mais poderosos impérios do mundo antigo (Vercoutter: 1980).

A palavra Nilo provavelmente está relacionada com a palavra semítica "nahal", "que significa corrente de água, rio" (Houaiss: 2001). Em árabe e hebraico, duas línguas semíticas, "rio" diz-se *nahrun* e *nehar/neharot*, respectivamente. Duas outras línguas semíticas, contudo, o amárico e o Ge'ez, usam palavras pouco semelhantes a "nahal" para se referirem a um rio – *felege* e *wonz*, respectivamente. Os antigos egípcios chamavam ao Nilo *Aur* ou *Ar*, que significa "negro"; e os gregos, igualmente, o denominaram "negro" – *Kem* o *Kemi*. Nestes casos, o nome é decorrente de alusão à terra negra trazida pelo rio nas cheias (Atwi; Arrojo Agudo: 2000, 5-6).

As mais antigas civilizações da Europa também devem sua existência aos rios que banham suas principais cidades e capitais. Dentre elas temos a civilização romana que surgiu na planície do Lácio, às margens do rio Tibre, a partir da fusão de dois povos: os latinos e os sabinos. A pequena e pobre aldeia, numa data difícil de precisar, foi conquistada pelos seus vizinhos do norte, os etruscos, que dela fizeram uma verdadeira cidade. Toda essa região, extremamente fértil, permitiu à população local, principalmente das planícies, produzirem seu próprio alimento. Esta era uma condição indispensável para a sobrevivência dos povos que habitavam o território, pois as montanhas de um lado e o mar de outro provocavam um relativo isolamento de toda a Itália.

O hidrônimo Tibre indica o percurso que este rio segue, da Toscana ao mar Tirreno, ou seja, do interior rumo ao interior; do latim – *Tiber* – que quer dizer "próxima ao litoral". O traçado do Tibre, das regiões elevadas das cordilheiras dos Apeninos à baixa planície do Lácio, atraiu as populações primitivas para as redondezas do local onde se situava Roma, tornando-o, naturalmente, um grande mercado (Nadai; Neves: 1996).

Outro país que deve o seu desenvolvimento a um curso d'água é a Inglaterra, formado às margens do rio Tamisa. O local onde Londres se localiza hoje foi um

remoto povoado celta que foi conquistado pelos romanos no ano de 43 a.C. Nesta época, a região recebe a denominação *Londinium*, seguido pela construção de uma ponte sobre o rio Tamisa, usado como porto de embarque para o transporte de produtos agrícolas e minerais. A cidade tornou-se a capital da Inglaterra em 1066.

O Tamisa já foi tão poluído que chegou a ser dado como 'morto', sendo, em 1861, chamado de "Grande Fedor". A insalubridade causava várias doenças, entre elas, a febre tifóide. Depois de anos de luta, investimentos e muita boa vontade, o Tamisa voltou a ser um dos cartões postais de Londres. A despoluição de um rio, contudo, não termina nunca; é um ato contínuo de conscientização e responsabilidade de todos.

O nome do rio permanece apesar da conquista romana; do bretão, *Tamesis* significa "rio escuro". Já o nome do aglomerado humano – *Londinium* – é, provavelmente, a latinização das palavras celtas *Ilyn* e *din*, que significam "cidade ou fortificação no lago" (Gerber: 1941).

Em Portugal, os estuários dos rios Tejo e Douro constituem importantes ancoradouros, tendo garantido à nação portuguesa uma importante plataforma natural para uma existência vocacionada para o comércio atlântico e ultramarino. O rio Tejo, em especial, foi fundamental para o desenvolvimento e as conquistas portuguesas, sendo o mais importante da Península Ibérica e também o maior em extensão. No que se refere ao aproveitamento hidrelétrico, o Tejo tem mais de duas dezenas de centrais elétricas em Espanha e Portugal. O Douro, por sua vez, fazia mover diversas azenhas colocadas ao longo de seu curso e proporcionava abundantes peixes. Atualmente, é igualmente utilizada na produção de energia elétrica (Medeiros: 2000)⁷.

Ambos os rios nascem na Espanha. Tejo, do latim *Tăgus*, é o nome de um guerreiro e significa "que escorre palhetas de ouro". Já *Douro – Duero* em castelhano – refere à forma latina *Durĭus*, de *durateus* significa "de madeira" (Hassid; Jeanneau: s/d).

-

⁷ Para ver relatório da REN – Rede Eléctrica Nacional S.A. – sobre aproveitamento do rio Douro para fins energeticos, ver "Uma visão sobre o Douro" [Disponível em http://www.ren.pt/content/6C1BBC7C2A9B11D6A19F00508BB01EC3.pdf. Acesso em 13 nov. 2005].

Percebemos então, pelos inúmeros exemplos citados que o rio foi elemento de importância vital para o desenvolvimento de muitas sociedades ao longo do tempo. Muitas destas antigas civilizações e povoados transformaram-se em grandes cidades. A proximidade às águas alia sobrevivência à conveniência, pois delas tiram seu sustento, energia, transporte fluvial e ainda descartam seus dejetos. A ocupação territorial e o crescimento de São Paulo, por exemplo, vem ao encontro destas afirmações. Verifiquemos, antes, as características da rede hidrográfica brasileira.

I.3. Rios no Brasil

No Brasil, muitas de suas cidades têm suas vidas ligadas aos cursos de rios. Temos a identificação entre Manaus e o rio Amazonas, Juazeiro e o rio São Francisco, Foz do Iguaçu e o rio Paraná, São Paulo e o rio Tietê, apenas algumas amostras de uma relação de dependência entre cidades e rios.

Quanto ao rio Amazonas, localiza-se na região norte. Em 1850, o governo imperial cria a província do Amazonas e começa o crescimento da importância da borracha para a economia local. O rio Amazonas, estrada perene de povos ribeirinhos, tem importância vital para a sobrevivência da população da região e na criação de pólo industrial, já que, pelas suas vias navegáveis, abertas à navegação internacional, ocorre o escoamento dos produtos e bens de consumo. Em 1866, o rio Amazonas foi aberto à navegação internacional. Empresas estrangeiras, principalmente inglesas, investiam capital na região acelerando o progresso da região (Monteiro: 1955).

Amazonas, "Máximo Rio Amazonas", segundo o Padre João Daniel (2004) recebeu este nome de Francisco Orellana, quando atacado por índios em 1542. Orellana confundira-os com guerreiras por "serem em tudo semelhantes às antigas amazonas de que fala Virgílio", os quais ousaram disputar a navegação da tropa de Pizarro "pelas alturas do rio Trombetas (...) jogando com destreza os seus arcos, e flechas, e pelejando com ânimo varonil".

Francisco de Orellana é considerado na literatura internacional o descobridor do rio Amazonas, e, por esta razão, o rio foi primeiramente chamado "rio de

Orellana" (Sioli: 1994); cristalizou-se, porém, a designação rio das Amazonas em referência a este incidente. Outro nome atribuído ao rio foi Maranhão:

Pizarro contou que, na busca do lago Dourado, tudo "eram maranhas, e mais maranhas" o que queria dizer que o caminho era cheio de mato, lagos, pântanos, voltas, rodeios e muitos nomes, e multiplicados títulos, que tinham, por isso, andado embaralhados. Daí o rio ter sido também chamado de Maranhão (um grande conjunto de maranhas) (Daniel: 2004).

Rodolfo Garcia (apud Hartt: 1937, 311) afirma que *Paraná-pitina* é o nome nativo do rio Amazonas, mas era normalmente chamado apenas por *Parana* ou *Paranan* (= "o mar"). Já as formas portuguesa *maranhão* e espanhola *marañon* seriam modificações da palavra do tupi *paraná*.

O rio Amazonas, o mais extenso e de maior volume de água do planeta, contudo, recebe diferentes nomes ao longo de seu curso. No Peru, onde se localiza sua nascente, tem o nome de *Vilcanota*, em referência ao vale de Vilcanota, dentro da província de Qanchis. Depois, recebe as denominações de *Ucaiali* – proveniente da combinação do quéchua com um dialeto pano: uca (= "sujo, escuro") e yali (= "torrente que corre, rio"), portanto, "rio sujo" – e *Urubamba* – do tupi, uru-bãba – variedade de palmeira (Ferreira: 2004).

Ao entrar no Brasil, no município de Tabatinga, passa a se chamar *Solimões*, em referência a um grupo indígena, hoje extinto, que habitava nas proximidades do rio Juruá até o fim do século XVII (Houaiss: 2001). O topônimo *rio Amazonas* é atribuído apenas após o encontro com as águas do rio Negro. Ainda quanto ao topônimo *rio Negro*, especificamente *Barra do Rio Negro*, era o nome da cidade existente às margens do rio Amazonas até 1856 (IBGE: 1957). Neste ano, o nome foi alterado pelo Governo Imperial para *Manaus*, em homenagem a um extinto grupo indígena que habitava o médio rio Negro e seus afluentes (Houaiss: 2001).

Na região nordeste do Brasil, foi descoberto em 4 de outubro de 1501, por Américo Vespúcio e André Gonçalves, um rio que, segundo os viajantes, os índios habitantes da região chamavam, simplesmente, de Opara. Teodoro Sampaio (1928: 291) afirma que alguns cronistas antigos pensaram ser Opara uma designação que

_

⁸ Para maiores informações sobre os topônimos do Peru, consultar site do Instituto Nacional de Defensa Civil [Disponível em http://www.indeci.gob.pe/planes_proy_prg/p_estrategicos/nivel_reg/prpad_ucayali. Acesso em 13 nov. 2005].

os indígenas atribuíam ao rio. A verdade é que e os cronistas apenas quiseram dizer "o Pará", o que significa "o rio".

Este curso d'água recebeu o nome de São Francisco, em homenagem a São Francisco de Assis, nascido na Itália 319 anos antes do seu descobrimento. É conhecido, ainda hoje, também como rio dos Currais, por ter servido de trilha para transporte e criação de gado na época colonial, ligando a região Nordeste às regiões Centro-Oeste e Sudeste. É chamado, carinhosamente, de "o Velho Chico", como o Velho Nilo, seu irmão africano, e denominado "rio da unidade nacional".

É o terceiro maior rio do Brasil; nasce na serra da Canastra, no município de Piumi (MG), e desemboca na Praia do Peba (AL). É fonte de vida e de riqueza, as suas águas possibilitam o múltiplo uso do seu potencial hídrico, para abastecimento humano, agricultura irrigada, geração de energia, navegação, piscicultura, lazer e turismo. Apesar de sua importância, vários problemas de natureza social e econômica vêm afetando o percurso natural do rio, como o assoreamento, o desmatamento de suas várzeas, a poluição, a pesca predatória, as queimadas, o garimpo e a irrigação (Bergamini: 1976).

Na região sul, temos o rio Paraná. Nasce da confluência de dois importantes rios brasileiros, os rios Grande e Paranaíba, e é limítrofe entre Paraguai, Argentina e Brasil. O Paraná foi especialmente importante no período anterior a Independência, tornando-se importante via de penetração bandeirística no século XVIII. O trajeto fluvial Cuiabá-São Paulo, tendo como base a atividade mineradora, conferiu aos rios da região um relevo ainda maior em função das "monções". Após a Independência, são dois os momentos de importância da bacia do Paraná: no século XIX, para a manutenção da hegemonia brasileira na região, aspecto relevante da política externa do Império, pois aquela era a única via de comunicação razoável entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso; e, nos séculos XX e XXI, os rios do Sudeste transformaram-se em hidrovias de integração com os países do MERCOSUL e, acima de tudo, em geradores de energia elétrica (Linhares: 1985).

Segundo Sampaio (1928), Paraná provém de "pará-nã, o que é semelhante ao mar", denominação dada aos grandes rios.

Na região Sudeste, precisamente em São Paulo, a ocupação territorial ocorreu ao longo dos principais rios, visando ao seu aproveitamento, entre os quais destacamos o rio Tietê. Considerado como "o mais velho dos paulistas" (Nóbrega: 1981), exerceu atração sobre os moradores do planalto. Ao contrário de outros cursos d'água, o Tietê se volta para o interior e não corre para o mar, e estas características fazem com que suas águas só desemboquem no mar depois de percorrerem 3.500 quilômetros, ao longo dos quais se encontram com o rio Paraná, do qual é afluente, na divisa do Mato Grosso do Sul, e chegam até o rio da Prata.

O Tietê corta o estado de São Paulo de leste a oeste. A sua nascente, na qual o rio é apenas um pequeno olho d'água, localiza-se na Serra do Mar, numa altitude de 1.030 metros em relação ao nível do mar, a 12 quilômetros para sudeste de Salesópolis e a 22 quilômetros do oceano Atlântico. Ao longo de seu curso, possui diversas represas que abastecem regiões, geram energia e incentivam a navegação fluvial. É o maior rio do planalto paulista, com 1.136 quilômetros de extensão, muito sinuoso, com uma longa série de corredeiras e cachoeiras e um grande número de afluentes.

Em Salesópolis, o rio Tietê é limpo e atração turística da cidade. Em seguida, perto de Mogi das Cruzes, o rio passa a receber diversos resíduos industriais e domésticos, atingindo seu pior grau de poluição ao longo da cidade de São Paulo. Ao sair da capital, com a ajuda de processos naturais como a ação de bactérias que "limpam" a sujeira e acidentes geográficos como quedas d'água, o rio começa a se reabilitar, e a partir da cidade de Barra Bonita, está novamente limpo⁹.

O nascimento da cidade de São Paulo e a expansão territorial do Brasil colônia estão diretamente vinculados ao rio Tietê. Pelas suas águas, por seguirem para o interior, os conquistadores sonharam com riquezas e aventuras, levando à interiorização da colonização e ampliando os limites da América portuguesa para o oeste.

Em 1718, devido à descoberta de ouro em Mato Grosso e Goiás, as monções partiam da freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba (atual

-

⁹ A Organização não governamental Rede das Águas é de responsabilidade do Núcleo União Pró-Tietê, do Departamento de Recursos Hídricos da Fundação SOS Mata Atlântica [Disponível em http://www.rededasaguas.org.br/nucleo/na historia.htm>. Acesso em 10 dez. 2005].

Porto Feliz) e, pelo rio Tietê, seguiam para o rio Paraná e, por outros afluentes, chegavam, alguns meses depois, às longínquas minas.

Analisemos, no Capítulo II, as características das monções que desciam o Tietê em busca das minas de ouro e a formação da toponímia da região, a partir dos relatos daqueles que desafiaram os perigos da navegação fluvial.

CAPÍTULO II

Águas e rios, religião e fé, desde o início da ocupação da terra, consubstanciaram os mitos dos homens.

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick

II.1. As monções e o rio Tietê

O Tietê, cuja importância já é revelada nos primeiros registros da colonização portuguesa, foi unanimemente apontado como um fator primordial da interiorização do Brasil. Cassiano Ricardo enfatizou que o Tietê "era uma seta apontada para o sertão, a indicar-lhe o caminho"; Capistrano de Abreu ressaltou a função dos rios São Francisco e Tietê para a integração nacional; Mello Nóbrega (1981) proclamou que "as águas amarelas e quietas do Tietê despertam sonhos de aventuras e riquezas"; e João Vampré (1934) assinalou que "a história do Tietê é a narrativa áspera e dramática dos esforços feitos para dominar e vencer obstáculos gigantescos que ele levanta diante dos passos do conquistador audaz".

Afonso de E. Taunay (1946) considera o Tietê como o "instrumento máximo de penetração do Brasil sul ocidental" e insiste que seu nome está "indescritivelmente ligado à história da constituição territorial do Brasil". De acordo com Basílio de Magalhães (1944), "de suas margens partiu o movimento conquistador do todo o Sul, do Centro e do Oeste, ondulando-se, propagando-se seus efeitos por todo o sertão do Norte e do extremo Norte, em ajuda propícia e indispensável à irradiação dos criadores".

O rio Tietê foi utilizado primeiramente pelos povos indígenas que habitavam suas margens e, desde a chegada dos portugueses até meados de século XVIII, teve suas águas usadas para transportes de mercadorias, de escravos e para integração dos territórios dos sertões. Conforme Adorno (1999, 46),

antes mesmo da fundação de São Paulo, o Tietê já era sua alma. E tornou-se também o ponto de partida para a conquista de um território muito maior, graças a uma de suas características mais marcantes observadas, por exemplo, pelo administrador colonial português Martim Afonso de Sousa. Ele viu no Anhembi dos índios de então "um grande rio que nascendo junto ao mar, a ele dava as costas e caminhava pelo continente".

Acrescenta Adorno (ibidem) que a visão de Martim Afonso diante do rio e a escolha do planalto para a formação da vila jesuítica integram o projeto colonial de exploração da colônia. Foram encontrados nos depoimentos dos primeiros cronistas, assim como nas referências contidas nas cartas jesuítas quinhentistas, referências a um interesse muito particular pela exploração do interior, não se contentando somente com o litoral (Petrone: 1995, 35-6). São Paulo tornou-se, então, o ponto de partida de Entradas e Bandeiras, especialmente a partir da década de 1560, já que as expedições desciam o Tietê ou percorriam as suas margens.

A freqüência com que é percorrido justifica a formação de um povoado no Vale do Médio Tietê. Trata-se do porto natural de Araritaguaba (atual Porto Feliz), primeiro trecho navegável do rio depois de Salto, que serviu de ponto de partida, especialmente a partir do século XVII, de inúmeros bandeirantes. Os viajantes partiam de Porto Feliz, desciam normalmente o Tietê até a foz, seguiam o curso do atual Paraná, entravam por um de seus afluentes, em geral o Pardo, e depois subiam o Anhanduí-Guaçu até chegar ao rio Paraguai. De lá alcançavam o São Lourenço e, finalmente, o Cuiabá.

Desde fins do século XV, o Tietê é percorrido por europeus. Jesuítas o utilizavam em suas incursões à procura de índios para doutrinar. Quanto aos bandeirantes, seguiam o rio em busca de mão-de-obra escrava, ouro e pedras preciosas e, por serem desbravadores do sertão, realizavam conquistas territoriais, fundando diversos povoados às margens do rio. Era, ainda, acesso ao interior de espanhóis, enviados a fim de ocuparem as possessões da Coroa de Espanha.

Relatos e notícias das aventuras e dos perigos que enfrentaram nestas viagens foram registrados. A primeira expedição pelo Tietê que se tem notícia é descrita por Ruy Diaz de Guzman, em documentação datada do século XVII. Relata Guzman que, em 1526, um certo capitão Jorge Sedeño percorreu o rio até o salto Guairá (Taunay: 1981, 22).

Nas Atas de São Paulo (Prefeitura: 1915, 114), encontramos o relato de uma viagem pelo Tietê em 1602:

nicolau bareto capitão que roque bareto capitão que foi desta capta mãdou ao sertão mudarão de viagem e se forão pelo rio Anhembi abaixo aonde lhes pode soseder mto mal como os matare o proprio gentio.

Em 1628, Dom Luiz de Céspedes Xeria, nomeado capitão-general do Paraguai, fez viagem do Rio de Janeiro até Araritaguaba e, das barrancas de Araritaguaba, desceu o Tietê até a Ciudad Real de Guairá. Desta expedição resultou a *Relacion de viaje*¹⁰, um documento cartográfico anexado à carta enviada a Felipe IV, rei da Espanha.

Neste mapa, Xeria delineou os caminhos percorridos, dia-a-dia, até atingir o destino, os locais onde aguardou a construção das canoas e pernoitou ao longo da viagem e o ponto de partida da viagem e o percurso. Mencionou, também, os preparativos para a empreitada e os componentes da comitiva que o acompanhou. Do traçado do rio Tietê, destacamos a indicação de alguns hidrônimos, provavelmente daqueles que considerou os principais afluentes, e a elaboração de uma lista com aquilo que Xeria chamou de "interpretação" destes nomes.

De fato, as possessões de novas terras eram preocupações dos reis de Espanha e de Portugal. O Tratado de Alcáçovas-Toledo, assinado em 1479-80, foi o primeiro tratado do gênero que regulamentava a posse de terras ainda não descobertas. Pelo acordo pertenceriam à Espanha todas as terras encontradas ao norte das Ilhas Canárias, e a Portugal a posse de todas as terras a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, limites que incluiriam o litoral do Brasil.

Já o Tratado de Tordesilhas (1493 - 1640) visava à demarcação de terras da América. Cabiam à Coroa de Portugal as terras descobertas, apenas, até a atual cidade de Itu. Apesar dos esforços da Espanha em manter suas posses, o que é comprovado pelo envio de governantes ao Novo Mundo, como o capitão-general Xeria, são os bandeirantes os responsáveis pela ampliação do território brasileiro, penetrando o interior à procura de índios para aprisionar e de jazidas de ouro e diamantes.

O rio serviu como via de penetração ao centro do país muito antes do século XVII, mas sua navegação só se aperfeiçoou quando se tornou necessário estabelecer um sistema regular de comunicações com o interior. A descoberta das

_

Segundo Nóbrega (1981:66), a *Relacion de viaje* é a mais antiga imagem do traçado do Tietê. Taunay (1922), quando fez imprimir pela primeira vez, nos Anais do Museu Paulista o mapa de Xeria, comenta que "este mapa, mero roteiro ou topographia, como no tempo se chamava, é talvez a mais antiga carta conhecida de penetração do Brasil e, certamente, o primeiro documento existente da nomenclatura geographica do planalto".

minas de Mato Grosso (1719) e de Goiás (1725) atraiu aventureiros rumo ao desconhecido oeste, e tornou o Tietê caminho de constantes viagens.

Expedições fluviais, as chamadas monções, partem do estratégico porto natural de Araritaguaba e seguem para as minas de ouro. A movimentação do vilarejo e o seu conseqüente progresso foram inevitáveis, já que, em pouco tempo, partem, além das expedições em busca de ouro compostas por aventureiros e organizadas pelo Capitão General da Capitania de São Paulo, outras monções de caráter comercial e científico.

Nóbrega (1981, 87) nos oferece uma visão de quão intensa era a navegação no Tietê no início do século XVIII:

Logo que soube-se em São Paulo das descobertas que Pascoal e seus companheiros tinham feito nas circunjacências de Cuiabá", escreveu o brigadeiro Machado de Oliveira, "moços e velhos dispuseram-se a partir para ali, em procura de riquezas que sua cobiça elevara a um ponto desmesurado; e dentro de poucos dias puseram-se a caminho, divididos em grupos que seguiam uns após outros, embarcando no Tietê, e navegando este e outros rios que vão ter ao Cuiabá.

As posses portuguesas, desta forma, foram, cada vez mais, se alargando. Além disso, antes do período monçoeiro, a Unificação Ibérica (1580-1640) já tinham representado a anulação, natural e automática, do Tratado de Tordesilhas. Não havia motivo para seguir vigorando um acordo que fora assinado por duas nações se essas duas haviam se transformado, então, numa só e passaram a partilhar todo o seu patrimônio, mutuamente.

No início as monções transportavam paulistas para as minas cuiabanas, mas logo se tornaram expedições de abastecimento, isto é, bandeiras de comércio, levando mercadorias para as zonas mineradoras. Canoas com armas, sal, escravos, vinho, azeite, aguardente e artigos manufaturados abasteciam os moradores de Cuiabá.

No final do século XVIII as minas já se apresentavam esgotadas. Expedições passam, então, a assegurar os limites territoriais através dos povoamentos e construção de fortalezas. Não havia barreiras, a partir daí, para o avanço dos paulistas, na direção do interior.

D. Luiz Antonio de Sousa Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus (1765 - 1775), empenhou-se em consolidar o alargamento das fronteiras da Coroa

portuguesa e estendê-las ainda mais em terras pertencentes à Espanha. Para tanto, concedeu sesmarias e fundou núcleos de povoação às margens do rio Tietê. Construiu, também, o presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, em 1770, destruído sete anos depois pelos espanhóis.

II.1.1. O indígena frente às expedições tieteanas

Sabemos que as áreas vizinhas ao rio Tietê já eram habitadas por muitos grupos indígenas quando os europeus chegaram ao Novo Mundo. Os índios, de fundamental importância para a colonização e para o desbravamento do sertão, eram muito disputados.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) atribui o sucesso do desbravamento do desconhecido sertão à fusão entre o elemento gentio e o elemento português, a partir do qual nasce um produto : "a raça especial", o paulista.

Sabemos como era manifesta nesses conquistadores a marca do selvagem da raça conquistada. Em seu caso ela não representa uma herança desprezível e que deve ser dissipada ou oculta, não é um tração negativo e que cumpre superar (idem, 21).

Nesta obra, o Autor esboça a evolução das bandeiras para as monções e levanta a questão sobre a importância da mesma para a civilização brasileira. Faz também menção ao desinteresse dos colonos e sertanejos, que, por exemplo, não se comprometeram em desenvolver novas técnicas para o plantio, preferindo recorrer aos recursos dos naturais. O aculturamento, portanto, surge em decorrência do descaso dos paulistas em aprimorar as técnicas adventícias, adaptando-as ao solo brasileiro e ao sentimento de conservantismo do indígena (idem, 176).

São Paulo era uma capitania pobre, e, tendo dificuldades em adquirir o caro escravo negro que era trazido pelos portugueses, o índio era prestador de serviços de portugueses e fonte de lucros. Os colonos os tinham como necessários nas plantações dos povoados que iam se formando, e os bandeirantes, que percorriam o sertão, buscavam, na preação do indígena para escravizá-lo ou para vendê-lo, auferir meios para sua subsistência.

Jesuítas os viam como objeto de catequisação, mas, não se pode esquecer, necessitam de indígenas para realizarem expedições e construírem as bases de

reduções. Petrone (1995, 41) ressalta a importância dos religiosos no direcionamento e no estabelecimento de povoados e aldeamentos no interior, visto que era no sertão que se encontrava o maior contingente de indígenas. Os aldeamento e as missões serviam para reunir os índios e para adequá-los ideologicamente, culturalmente e religiosamente.

Disputas por indígenas, conseqüentemente, eram freqüentes. As Coroas espanhola e portuguesa encontraram diferentes soluções para este problema. No primeiro caso, os indígenas eram divididos em catequizados e infiéis. Assim, uma vez que os índios recusassem à conversão, não contavam com a proteção legal das reduções e, oficialmente, podiam ser escravizados. Neste caso, os índios tinham de prestar serviços aos colonos ou ficar à sua disposição em verdadeiras reservas de mão-de-obra.

Este regime, chamado *encomienda*, era uma espécie de contrato bem vantajoso para o colono, obrigado a alimentar, vestir e a catequizar o indígena e, em troca, de sua força de trabalho. Caso os métodos dos jesuítas não funcionassem, segundo o entendimento e interesse da Coroa de Espanha, eles podiam ser submetidos a métodos duros do regime de *encomienda* (idem, 97-100).

Sob o interesse da Coroa Portuguesa, no século XVII, a política da redução dos índios visava garantir o abastecimento de soldados, trabalhadores e liberar territórios para os colonos, para o estabelecimento de povoados. Havia brigas entre colonos e jesuítas pela posse do indígena, e a legislação sobre o cativeiro, devido à grande necessidade de mão de obra, era lacunosa.

Toda a documentação oficial relativa aos aldeamentos, inclusive os regimentos, destaca o fato de que os indígenas deveriam ser úteis ao serviço de Sua Majestade. Nesse sentido, e já se teve ocasião de observar o fato, deve-se compreender a própria utilização dos indígenas pelos moradores (...). Se no início foi empregado o trabalho dos indígenas amigos, mas livres, e se posteriormente empregaram-se catecúmenos de liberdade relativa, mais tarde a mão-de-obra necessária saiu das densas fileiras de escravos e administrados, terminando por ser obtida especialmente nos aldeamentos. (idem, 208)

No caso da utilização de índios nas expedições pelo rio Tietê, o braço indígena mostra-se fundamental não apenas diante da falta de contingente, mas também como conhecedor daquilo que a terra podia oferecer. Indistintamente, jesuítas, bandeirantes e monçoeiros utilizaram-no como carregador de expedições e

guia, além de artesão para a construção de canoas e outros objetos necessários à viagem ao sertão.

As embarcações eram construídas à maneira indígena, cavadas em um só tronco de árvore e muito rasas. Segundo Juzarte (2000, 23), este processo de elaboração era demorado, e as canoas mediam de cinqüenta até sessenta palmos de comprimento e até sete de largura. Não possuíam quilha, nem leme, nem navegação a vela. Eram pilotadas por um piloto no bico da proa em pé continuamente, mais cinco ou seis remeiros também em pé. As canoas também possuíam uma cumeeira coberta de lona, onde se levava a pólvora, bala, machados, foices, enxadas e armas de fogo; o resto da canoa permanecia descoberto. Existem também, além dos remos, as varas, em número de quatro, para a subida de rios. Índios integravam grande parte da comitiva da expedição. Na monção chefiada por Juzarte (idem, 28), é relata a existência de uma família Bororo.

Para assegurar os povoamentos já existentes e para a criação e expansão de outros, muitas fortalezas foram criadas, e para esse serviço o trabalho do indígena foi utilizado. Como nos explica Petrone (1995, 211),

a construção de fortalezas, assim como a sua reparação, foi outro importante setor de aplicação do trabalho indígena. No alvorecer do século XVIII, em conseqüência da Guerra de Sucessão da Espanha, implicando Portugal, o perigo de o literal brasileiro ver-se sujeito a ataques fez com que os indígenas dos aldeamentos, inclusive os que na ocasião se encontravam dispersos nas áreas de mineração, fossem deslocados para seus aldeamentos ou para o litoral, de modo a participarem das atividades de defesa.

II.1.2. Os perigos das monções

Vimos que, desde o século XVI, o Tietê era navegado. Jesuítas o utilizavam em busca de indígenas para a catequização para a formação de aldeamentos e de missões. Bandeirantes navegavam à procura de índios para a utilização como mão-de-obra escrava e de ouro e de pedras preciosas. As notícias e os relatos destas viagens, contudo, mostram que estas expedições não eram tranqüilas: navegar pelo Tietê era tarefa ingrata.

Primeiramente, as dificuldades começavam com os preparativos para a viagem. A construção de canoas demandava tempo e artesãos experientes. Xeria

esperou a escavação de três canoas, confeccionadas com troncos seculares, por um mês (Nóbrega: 1981, 86). Além disso, uma vez nos rios, as canoas, que eram muito rasas, podiam virar facilmente, e, quando carregadas, ficava fora da água pouco mais de um palmo da borda da canoa (Juzarte: 2000, 23).

Outro preparativo que atrasava as viagens era a reunião de provisões. Encontramos no relato da viagem que fez o Exmo. Conde Azambuja, saindo da cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751, a descrição da necessidade de mandar vir do Rio de Janeiro objetos e aguardar a colheita de alimentos para a expedição que realizaria:

Demorei-me dez dias em São Paulo os quais foram para coisas pertencentes às viagens dos rios. Parti de Araritaguaba por onde se embarca para viajar pelo Tietê, onde cheguei em dois dias e meio e aí tinha o juiz de fora Theodoro da Silva Gusmão adiantado muito o apresto das canoas, como, porém, dali nunca se havia feito uma semelhante expedição foi a experiência mostrando a necessidade de muitas coisas que, por não as haver ali, se mandaram vir do Rio de Janeiro, sendo necessário esperar por elas e dar tão bem lugar à colheita do milho e do feijão, faturas de farinhas e toucinhos, o que tudo me demorou até agosto. (Cleto: 1977, 116)

Em meados do século XVIII, a organização de indivíduos para a povoação de fronteiras trazia à tona o recrutamento forçado. No caso da viagem realizada por Juzarte (2000, 14), o capitão-general João Martins de Barros ordenou que pais, mães e parentes próximos dos alistados ficassem enclausurados até que a expedição chegasse à barra do Potunduba. Este procedimento era realizado para se evitar protestos e deserções. O percurso pelo rio Tietê em 1628, realizada por Xeria, durou 19 dias (Nóbrega: 1981, 86).

A expedição chefiada por Juzarte começou efetivamente no porto de Araritaguaba em 10 de março de 1769 e chegou à praça d'Armas de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi apenas dois meses e dois dias depois. A navegação era comumente realizada das oito horas da manhã até as cinco da tarde, em razão da neblina e dos perigos encontrados nesse rio.

Insetos, cobras e animais selvagens, febres e ataques de indígenas eram problemas comuns às monções. Ao cair da tarde, as canoas eram embicadas nos barrancos do rio, onde os viajantes cozinhavam o que iriam comer no outro dia. Pouco depois, as redes eram armavam e cobertas por mosquiteiros, pois mosquitos, conhecidos como pólvora, borrachudos e pernilongos surgiam em tamanha

quantidade que chegavam a formar nuvens. Carrapatos de várias qualidades e moscas grandes com ferrão do comprimento de uma polegada, de picada muito dolorosa, também são descridos nos relatos.

Manoel Cardoso de Abreu, que descreve as navegações até as minas de Cuiabá e Mato Grosso em 1783, informa que

Há uns pássaros pretos, pouco maiores do que estes [socós-guaçus] que são presságio dos mosquitos, os quais se chamam carão, e é de admirar que nos pontos em que cantam estas aves ninguém dorme com os mosquitos. (Cleto: 1977, 65)

Além dos insetos, cobras de diversas qualidades, como jararacas, cascavéis e corais, onças, tigres e manadas de porcos-do-mato atacavam e, como as grandes e monstruosas sucuris, aterrorizam os viajantes. Outra preocupação constante era de ataques de índios.

Ao longo do rio Tietê, não eram encontrados comumente indígenas que atacassem as expedições, mas, assim que entravam no rio Paraná, muitos são os relatos de índios, especialmente caiapó, que dizimavam frotas inteiras. Os indígenas que pertenciam à expedição, além de artesãos, carregadores e guias, eram usados para a proteção dos viajantes. Os relatos revelam o quanto se temia a fuga destes índios nas paradas que se fazia ao longo do caminho, pautados em acontecimentos, como o do

Padre José Pompeu de Almeida [que], no último quartel do século XVII, ansioso por furtar-se à autoridade do bispo Dom José de Barros Alarcão, não perdeu tempo em escolher rumo: botou-se Tietê abaixo, numa frota de canoas, com destino às terras de Espanha, para ir morrer, abandonado de seus escravos e índios administrados, num ilhéu do Paraná. (Nóbrega: 1981, 87)

Porém, apesar de todas essas dificuldades, o maior desafio das viagens estava na própria geografia do rio. Diversas cachoeiras, ilhas e corredeiras eram transpostas apenas pela perícia de guias. Encontramos narrativas de Xeria e de Juzarte contando as peripécias e os perigos por que passaram.

Voltas por terra eram necessárias diante de grandes cachoeiras e corredeiras. A vegetação densa nas margens dificultava a passagem e picadas eram feitas antes do "varador por terra", maneira pela qual Juzarte designou a passagem das canoas por terra em seus Borrões. O Conde Azambuja relata a demora que causava à

viagem os lugares onde "se tiram as carras às canoas e uma ou outra coisa se passa por terra" (Cleto: 1977, 120).

Na cachoeira de Pirapora, por exemplo, descarregaram as embarcações e passaram as canoas por itaipavas em meia carga. Através de picadas abertas no mato, a outra parte da carga era transportada por terra, nas costas dos homens. Os povoadores também seguiram por terras, sendo atacadas pelos insetos e se ferindo em espinhos. Vencida a cachoeira, tornavam a carregar as embarcações para seguir viagem.

Verificamos, portanto, que as dificuldades de navegação destes rios não impediram a utilização como caminho de penetração para o sertão. Mas, depois de todas essas narrativas de percalços e desventuras, podemos perguntar por que se utilizava o Tietê?

A navegação fluvial pelo Tietê, especialmente no início do século XVIII, quando se intensificou com a descoberta das minas de Cuiabá e Mato Grosso, devese à falta de outros meios de locomoção, como estradas de muares, segundo Nóbrega (1981, 48). As dezenas de desníveis, que obstruíam o curso do rio, impuseram estafantes manobras, o que tornaria o Tietê a melhor opção, apesar de não poucos riscos.

Certamente se pensava na abertura de estradas, e algumas de fato existiam. O controle do Tietê, contudo, abriria caminho para uma vasta região, dos sertões do Brasil até os pampas platinos. A escolha dos campos de Piratininga pelos padres da Companhia de Jesus, por exemplo, deve-se ao sonho de consolidação de um grande domínio jesuítico a partir deste ponto, sendo o Tietê margeado ou navegado a porta deste caminho (Campos: 2006, 12-4).

Apesar dos perigos da navegação, encontramos relatos otimistas da utilização do Tietê. Na "Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la", de 1782, Marcelino Pereira Cleto (1977, 26 e 37) compara a "muito áspera" serra entre a vila de Santos e a Borda do Campo e os "pântanos, e alagadiços grandes; por que é necessário passar" das proximidades dos rios Grande e Pequeno, no pé da serra, ao percurso realizado no rio Tietê "unicamente com o embaraço de algum, ou alguns saltos, ou cachoeiras".

No início do século XIX, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, em sua viagem para estudo dos minerais entre São Paulo e Sorocaba, segue margeando o Tietê e anota impressões do rio:

Desci o Tietê, em cujas margens fica esta vila [Pirapora], com já disse, e aí vi a pequena ilha de Itapeva, que divide o rio em dois braços; desde este lugar principiam cachoeiras transitáveis, rochas imensas, que se estendem até perto do Barueri, e dificultam a navegação; se estes obstáculos forem amiudados de Itu para cá, como me asseguram, não haverá outro remédio senão transportar o ferro de Sorocaba por terra até a mencionada aldeia, e daí embarcá-lo no Tietê, rio dos Pinheiros, Rio-grande, Rio-pequeno, etc. (idem, 151)

Percebemos, portanto, que a navegação pelo Tietê não é excluída; ao contrário, planos são feitos no século XIX e início do XX a fim de melhorar as condições de navegabilidade. Estes planos serão comprometidos com a construção de hidrelétricas ao longo do seu curso, que encerram definitivamente seu uso enquanto caminho.

II.2. Os nomes dos acidentes geográficos do rio e os hidrônimos

Nos relatos de monçoeiros, verificamos que a maior preocupação era em relação à indicação de perigos e sua localização. A expedição comandada por Juzarte era composta de 36 embarcações e mais de 700 homens, mulheres, jovens e crianças e animais para o povoamento de Iguatemi.

O elevado número de integrantes deve-se ao fato de muitos morrerem antes de chegar ao destino, em decorrência de enfermidades, ataques de índios ou de espanhóis. Nenhum destes problemas, contudo, detém tanto a atenção de Juzarte quanto os acidentes geográficos dos rios. Só no Tietê, Juzarte faz um relato minucioso de quarenta e seis cachoeiras que encontrou durante a viagem.

Nos relatos de monçoeiros, notamos, igualmente, a indicação dos diferentes acidentes geográficos dos rios. Precisar o acidente, assim como a sua localização, era fundamental para a sua segura transposição. No relato feito pelo Conde Azambuja, em 1751, há uma descrição do Tietê, os tipos de acidentes mais comuns neste rio e como eram conhecidos:

É este primeiro rio a que chamam Tietê o mais cheio de cachoeiras e das piores, é o fundo deste rio quase todo de pedra, sentada por igual, mas com pouco fundo; em algumas partes roçam neles as canoas lhe dão o

nome de itaupaba; quando, porém, o fundo é desigual e com pedras espalhadas e em alturas debaixo d'água e as canoas correm risco de virar-se topando nelas lhe chamam sirga, por ser necessário lançarem-se pilotos e remeiros na agua e levarem nas mãos as canoas, para irem desviando devagar sem as deixarem tomar força com a correnteza que ali é sempre maior.

Se em alguma parte deixam as pedras canal fundo aberto é a que chamam cachoeira que ordinariamente as há onde sirgas, das quais se servem muitas vezes quando nos canais acham grandes dificuldades a vencer (Cleto: 1977, 118).

Informa ainda o viajante que o Tietê passou por dois saltos e por 71 cachoeiras e sirgas ao longo do Tietê (idem, 120). Não há identificação de quantas "itaupabas" teriam sido encontradas no caminho.

Os termos sirga e itaupaba apresentados pelo Conde de Azambuja são indicados para os locais nos quais as pedras do leito do rio são encontradas próximas a superfície dos rios, o que geraria perigo de virar às canoas. O significado comum a estes termos é pouco diferente: sirga, possivelmente proveniente do espanhol antigo (sirga = "seda"), diz respeito ao cabo utilizado no reboque de navios; itaupaba, do tupi (i'ta 'pedra' + -ï 'pequeno' + 'paba 'leito, repouso'), corresponde propriamente ao leito do rio pedregoso (Houaiss: 2001).

Notamos, portanto, que, apesar de utilizados em diferentes regiões brasileiras, os termos foram adaptados à realidade dos rios das monções. Este entendimento nos remete a Sapir (1969, 5), quando nos mostra a relação do ambiente físico e social dos falantes:

O ambiente só atua diretamente sobre o indivíduo, e nos casos em que verificamos ser a influência puramente ambiental a responsável por um traço coletivo, é preciso interpretar esse traço coletivo como a soma de processos distintos de influências ambientais sobre os indivíduos.

Observemos a seguir os nomes que são atribuídos a estes acidentes geográficos na documentação consultada.

II.2.1. Anhembi e Tietê: o nome de um rio

Podemos, equivocadamente, imaginar que os elementos geográficos mantêm apenas um nome. O caso do Tietê revela o contrário: aproximadamente de 1730 até 1840, Tietê designava o rio desde a nascente até a cidade de Salto de Itu, e

Anhembi, à jusante desta cachoeira até a desembocadura no rio Paraná (Taunay: 1981).

Drumond e Nogueira (1982, 59-60) explicam que um mesmo rio recebe nomes variados, de acordo com as regiões que atravessa, por ter suas margens habitadas por diferentes comunidades em diferentes trechos. Assim, um mesmo curso d'água é diferentemente nomeado — Tietê e Anhembi — por diferentes comunidades, mas que falam uma mesma língua.

A antiguidade destes nomes, contudo, é inquestionável. Neste sentido, levantadas as primitivas formas a partir do cotejamento de diferentes documentos, é possível chegar a uma etimologia correta dos nomes, como pondera Sampaio (1928:148-9) quando trata da importância da restauração de grafias para a identificação histórica de vocábulos.

Os primitivos nomes do rio obviamente só começam a surgir gravados nos antigos relatos e mapas da época, dado que os indígenas brasileiros eram ágrafos. Muitas são, contudo, as variações destes designativos. No caso de Anhembi, temos *Anhembi, Agembi, Aiembi, Anem by, Aniembi, Anhambi, Niembi*, entre outras tantas grafias comuns nos antigos documentos. Taunay (1981) informa que Plínio Ayrosa, em sua pesquisa, identificou quinze interpretações gráficas do primitivo nome do Tietê. Melo Nóbrega confirma a existência de doze variantes gráficas de Anhembi.

Porém esta não é a única discussão acerca da denominação do rio. Diferentes são os significados atribuídos a estes topônimos. Quanto ao primeiro hidrônimo, indicam-se um tipo de veado — anhang-i (= "rio dos veados") — e uma erva rasteira de flores amarelas — nhambi — utilizada como condimento pelos nativos ou mesmo na rudimentar odontologia de então. Frei Francisco dos Prazeres Maranhão o interpretou como rio dos enambus (Nóbrega: 1981). Afonso de Freitas (1924: 174-5) sugere que proviesse de anhangi (sendo anhan — correr — e anga — alma, espírito, gênio), recaindo a simbologia dos tupi-guarani sobre o veado, dada a sua fama de o animal mais ágil e veloz da fauna brasileira e em alusão a abundância de cervídeos na região.

De forma mais corrente, atribui-se a referência às aves chamadas anhumas (nhambu)

que desde o início do povoamento eram procuradas pelos caboclos, que buscavam nelas o remédio ou preservativo para toda sorte de males, especialmente do unicórnio, mas também dos esporões e até dos ossos, em particular dos ossos da perna esquerda, faziam-se amuletos e mezinhas contra ramos de ar, estupor, mau-olhado, envenenamento e mordedura de animais. (Holanda: 1990, 96)

Teodoro Sampaio (1928: 249), da mesma forma, considerou como corruptela de *Inhambuí*, seguido da etimologia "rio das perdizes", mencionando a existência desta ave em grande quantidade nos campos de Piratininga. Xeria, por sua vez, explicou que *Anhemby* quer dizer "rio de unas aves añumas". O Padre Anchieta, assim como Manoel Cardoso de Abreu em 1783 (Cleto: 1977, 65), descreve estas aves remetendo a espanto que causavam pelo unicórnio frontal, esporões das asas, pés desproporcionalmente grandes e o grito que fazia pensar num burro zurrando¹¹.

Segundo Leonardo Arroyo (1965, 47),

Afora Anhembi, o Tietê foi batizado também por "rio de Povoado, rio que leva para o povoado, rio que tinha o povoado", esta era a visão do morador de Cuiabá.

Nóbrega (1981) informa que, em 1668, o povoador Mateus Nunes de Siqueira requeria uma sesmaria "na testada destas terras (do Tatuapé) para o rio grande em uma volta que o rio faz". Em 1748, o nome Tietê foi pela primeira vez registrado cartograficamente no mapa D'Anville (1784), com referência apenas ao trecho situado entre a nascente do rio e o salto de Itu. Predominou, desde esta época, para a região, a denominação de "Tietê", "grande rio", com relação aos demais rios da localidade.

Cita, ainda, que Augusto César de Barros Cruz (2005, 14), em seu romance *O Paulista*, procurou explicar a origem do dimorfismo "Tietê-Tieté, que por confusão etimológica: "Tietê quer dizer – rio grande". De acordo com entrevistas feitas por Nóbrega, os índios da região "pronunciam "etê" e só dizem "eté" para significar – "ruim, de mau gosto". Por isto, segundo estes índios, "tietê significa – rio grande, e "tieté" significa – rio de água salobra. Já para o Padre Anchieta, o vocábulo Tietê era tido como referência à "madre ou mãe do rio" (idem, 63).

Teodoro Sampaio (apud Drumond; Nogueira: 1982, 73) levantou duas hipóteses: Tietê viria de *tiê*, a voz onomatopaica de uma família de aves das quais

¹¹ A *anhuma* é conhecida como a ave símbolo do Tietê e é encontrada no escudo municipal de Guarulhos e no brasão do município de Tietê.

fazem parte o "tié-piranga" e o "tié-juba"; ou viria da junção de ty - águas, líquido, vapor - e $et\hat{e}$ - verdadeiro -, significando rio bastante fundo, rio verdadeiro. O segundo significado se justificaria pelo fato de o Tietê ser o primeiro curso d'água considerável que o forasteiro encontrava ao penetrar no sertão.

José Gonçalves Fonseca, ainda no século XVI, associou o nome Tietê às aves conhecidas por tetés, semelhantes aos pintassilgos, que eram muito comuns nas margens. Cardoso (1961a, 21-2), diferentemente de todos os outros autores que consideram Tietê de etimologia tupi, fez a seguinte anotação:

Lembro-me, porém, tôda vez que ouço o topônimo $Tiet\hat{e}$, da etimologia tupi para ele apresentada — ti, rio e $\hat{e}t\hat{e}$, verdadeiro, isto é, o curso dágua verdadeiro.

Entretanto, em nossas peregrinações através da interlândia amazônica, encontrei, entre os Maraxó, da Guiana Brasileira, tribo de origem caribe, o vocábulo *tietê*, com o significado de *forma ziguezagueada*, aplicado a determinadas pontas de flexa.

Plínio Ayrosa (1930: 267), em um parecer para o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, contestou a origem indígena do vocábulo, afirmando que o nome Tietê não fora atribuído por índios, mas por portugueses, mesmo porque, nem pelo seu volume, nem pela comparação com outros cursos d'água, os índios seriam levados a atribuir-lhe o significado de rio grande. Ayrosa defendia esta posição devido ao fato que o Tupi foi língua falada no século XVI e XVII por todos os habitantes, indígenas, brancos e mamelucos.

De fato, o significado do nome não é questionado, mas quem teria atribuído este topônimo. Para este discussão, concluímos com a posição de Dick (1996b: 35) que, diferente de Ayrosa, entende que este topônimo seria anterior a posse da região pelo europeu:

Os primeiros habitantes da terra, tupis ou guaianases, estes de uma ainda controvertida filiação lingüística, já haviam por assim dizer, identificado, por uma necessidade primária de localização, os seus acidentes hidrográficos maiores Tietê, Tamanduateí, Anhangabaú, foram nomes que os portugueses encontraram, em voz corrente; o uso tornou-se hábito e tradição, mantido por todo o período seguinte, da chamada "língua geral" principalmente em relação aos dois ribeiros locais, persistindo até hoje, sem outras alterações.

Em resumo, as etimologias de Anhembi e Tietê podem ser agrupadas basicamente em dois três campos semânticos: zootopônimo, fitotopônimo e hidrotopônimos, segundo os diversos autores consultados. De qualquer maneira,

todos se referem à descrição do próprio elemento geográfico ou da flora ou da fauna abundante de suas margens.

II.2.2. Do descritivismo dos nomes ao surgimento de hidrônimos portugueses

No mapa de Xeria, de 1628, o primeiro a delinear o Tietê, não são apresentados os nomes de cachoeiras, apenas indicadas por *perigosa correnteza*, *perigoso salto*, *correnteza*, *salto* e *salto periogoso*, assim como o nome de dois afluentes, apontados como *Rivera* e *Rivera Grande*.

Além destes afluentes representados no mapa, Xeria desenhou outros, para os quais anotou nomes. Os principais cursos d'água são designados *Mboy*, *Capibary* e *Sarapiy*, e outros menores, conforme traçado¹², apresentam nomes repetidos ou idênticos, com alguma variação: *Yacarey* e *Yacarepepi*, por exemplo.

Encontramos na documentação consultada do século XX, cursos d'água assim denominados. Isto não implica, contudo, que os topônimos se mantenham nos locais onde foram indicados por Xeria. Não podemos negar, por outro lado, que, pela localização dos nomes dos afluentes maiores, estes hidrônimos estão nas proximidades de designativos que se fixaram. Taunay (1922, 4) vai ao encontro desta afirmação e apresenta a seguinte reflexão:

Queremos crer que o Sarapoy seja muito provavelmente o nosso Sorocaba, pelo facto de lembrar que por elle se navegava e ter este como affluente superior o actual Sarapuhy. O Capivary, provavelmente, é o mesmo assim chamado hoje.

Ainda quanto à localização destes afluentes, Taunay (ibidem) considera que, possivelmente, a *Rivera grande* seja o rio Piracicaba, dada a proximidade com o salto do Avanhandava. Neste caso, a toponimização do próprio elemento geográfico em *rivera* diz respeito ao termo geográfico em espanhol, o que revela a indicação de impressões próprias de Xeria. Já *Yacare* e *Yacarepepi*, uma variedade do primeiro,

-

O mapa de Xeria é uma mera indicação do Tietê e Paraná, e apenas os elementos geográficos que chamaram a atenção do Capitão-General são indicados: "Não há idéa de escala, proporções, coordenadas geographicas, nem accidentes orographicos ou quaesquer outros. O Tietê é representado tão largo, e ás vezes mais, quanto o Paraná, "que és el Rio de La Plata" (Taunay: 1922, 2). Apesar dos erros apresentados, não se pode deixar de mencionar o valor deste mapa como uma das primeiras documentações das navegações tieteanas.

são animais comumente vistos às margens do Tietê e descritos por diversos viajantes.

Afluentes do Tietê com o nome de Jacaré, que Xeria traduz por "lagartos", são indicados em diferentes documentos. No final do século XVII, este referencial já se encontra fixado possivelmente na mesma localidade indicada por Xeria. Em 1791-1792, Montezinho anotou *r. Jacaré Pipira mini* e *r. Jacaré Pipira guaçu*, após os *Montes de Araraquara*. Em 1877, Rath apresenta os topônimos *r. Jacaré pipira mirim* e *Jacarépepira guassú*, e, dez anos depois, Lomellino anota *rio Jacaré pipira mirim* e *rio Jacaré pipira guassú*.

Em 1905, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo apresenta apenas a denominação *Rio Jacaré Grande*. O mapeamento dos estados de São Paulo e Minas Gerais realizado por O'Leary, a serviço da mesma Comissão, por outro lado, indica a manutenção deste referencial em dois cursos d'água da região, com alguma variação: *rio Jacaré Pipira* e *rio do Jacaré*.

O descritivismo dos topônimos é inegável. A 14ª. cachoeira do Tietê identificada por Sá e Faria, em 1774, sob a denominação *das Congonhas*, por exemplo, é ora indicada no plural – como também o fez Juzarte, em 1769, (*Congonhaz*) e Müller, em 1864 (*Congonhas*) – ora no singular – como indicado por Lacerda, em 1788-9, e Hirnschrot, em 1875 (*Congonha*). A existência de congonha, uma variedade de erva-mate (Sampaio: 1928), nas proximidades desta cachoeira, certamente foi responsável pela nomeação deste elemento geográfico; a variação, por sua vez, revela o olhar daquele que assim a identificava.

A formação de topônimos que descrevessem elementos presentes no ambiente, fauna, flora ou o próprio acidente geográfico, nos permite compreender como o denominador entendia ou valorizava no local. No relato de Manoel Cardoso de Abreu, de 1783, temos a seguinte referência às aves encontradas ao longo de sua viagem:

Os pássaros são inumeráveis e de diversas qualidades. As araras, umas são vermelhas, com penas azuis nas asas e rabo, e se chamam araraspirangas, e outras, de cor amarela, com asas e rabo semelhantes àquelas, se chamam canindés. — os papagaios são juruguás, maitacas, araguaís, maracanãs, nhendaias, juirivas e sabiaci, os quais se matam e se apanham facilmente nos barreiros quando estão a comer barro. (Cleto: 1977, 64)

Quanto ao barreiro que as araras tinham por preferência, fixou-se na toponímia tieteana *Araritaguaba* para a povoação da qual partiam as monções. O Conde Azambuja, impressionado com a quantidade de aves que se juntava entorno destes barreiros, informou:

Em algumas partes há uma casta de barro que os pássaros comem mas nem todos gostam do mesmo e por isto lhes chamam barreiros: daquela espécie de pássaros que ali vão, topando-se com eles, sem que o caçador se tire do lugar, mata quantos quer porque eles não se afastam. (idem, 121)

Outros nomes, especialmente no caso de cachoeiras, saltos e corredeiras, indicam os perigos que se encontrava nos rios. O imaginário leva à apresentação do nome *Pirataraca* nos trechos mais profundos do rio Tietê, nos quais, possivelmente o escurecimento das águas, acreditava-se que um monstro se escondia. Com referência a um poço, comenta Juzarte (2000, 43)

é um estreito que faz o rio morto, muito fundo e com águas denegridas, com seus paredões de pedra de um e outro lado muito fúnebre e triste, cujo lugar se chama na língua da terra o poço da Pirataraca.

A referência à Pirataraca mantém-se para estes acidentes geográficos: na Demonstração Geographica do curso do rio Tietê, encontramos dois registros de poso Pirararaca. No mapa de Peixoto, de 1860, há a indicação de um topônimo poção de Pirataraca, e, no mapa de Rath, de 1877, Poço da Parataraca. Custódio de Sá Faria, em 1774, registra em seu mapa um poço muito fundo, mas não faz referência a Pirataraca.

Este nome é apresentado para diferentes elementos geográficos no *corpus* analisado: como afluente do Tietê, por Müller (1837), *rio Pirataraca*; no mapa de Peixoto (1860), são anotados em três cursos d'água como *Piratacusú*, *Piratamirim*, *Pirataraca*; e no mapa de Rath (1877), como *r. Parataraca*. São também registrados um povoado, em 1860, no mapa de João Gonsalvos Peixoto, uma cachoeira, em 1788-9, por Lacerda, e uma ilha, em 1905, pela Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo.

Uma corredeira, pela qual era necessário realizar a varação de canoas, é denominada por Juzarte *Canal do Inferno*, o qual é indicado também como *cachoeira do Inferno* por Peixoto (1860), por Rath (1877) e pela Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (1905).

Como estes nomes, grande parte de procedência indígena, outros topônimos foram se fixando em relação ao lendário do Tietê. Octavio lanni (1996) nos relata outras das mais remotas manifestações do folclore paulista na área do antigo povoamento do Tietê, como a sucuri que, morta por um índio, tornou-se o Salto de Avanhandava, e de almas penadas de sertanistas sumidos em redemoinhos ou mortos por doença, flechados por índios, estraçalhados por onças ou picados por urubus, que, nas noites de bruma, subiam e desciam o rio em embarcações misteriosas.

Ainda em meados do século XVIII, quando os topônimos indígenas começam a tornar-se opacos até mesmo para os guias das expedições, os quais geralmente indicavam os significados dos nomes para os viajantes, mantém-se a variação quanto à localização destes nomes e ao elemento geográfico denominado.

O hidrônimo Acanguera¹³, indicado para a região entre o porto de Araritaguaba e a cachoeira de Abaremanduaba, é apresentado como cor[rego]. Acanguera, no mapa de Custódio de Sá Faria (1774); Caxura. Ararâcanguava, no Borrão de Juzarte (1769); C[achoeira]. Aracanguá na carta de Hirnschrot (1875); [cachoeira] Canguera, no mapa de Lacerda (1788); e Cax. Acanguera, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (s/data).

Igualmente duas cachoeiras recebem o nome de *Escaramuça*, antes e depois do *salto Avanhandava*. Este impasse é resolvido por processo de incorporação do determinante *do Gato* ao designativo da segunda cachoeira, nas últimas décadas do século XVIII. Ainda assim, Juzarte (1769) indica antes do *grande Salto de avanhandava* as cachoeiras escaramusa do gâto e segunda escaramusa do gato.

O fitotopônimo *Guacuritu/Bacury* também é registrado como designativo em diferentes partes do rio Tietê. No relato de Abreu (1783), são indicadas as cachoeiras *Guacurituvuçu* e *Guacuritu-mirim* antes da cachoeira *Araracanguavuçu*; depois desta, é registrada a cachoeira *Guacuritumirim*.

O salto Jurumirim, por sua vez, é indicado antes do salto Abaremanduaba, no relato de Camello (1727) e no mapa de Lacerda (1788-9), e depois, no relato de Abreu (1783). Trata-se, possivelmente, da mesma denominada *Cax. Páo Santo*,

_

¹³ Segundo Sampaio (1928), acanguera é corruptela de acang-oéra e significa "o crânio, a caveira".

antes da *Cax Avaremandoava*, no mapa de Sá e Faria (1774), e depois, *Cax. Pao Santo*, na Demonstração Geographica do rio Tietê (s/data). Neste caso, a variação é tanto em relação à localização do elemento geográfico a ser denominado, quanto a diferentes nomes, um de procedência indígena e outro, portuguesa.

Certamente a variação em relação à forma de topônimos de procedência indígena é ainda mais intensa quando o seu significado torna-se opaco. Em alguns casos, o topônimo torna-se irreconhecível:

- . [cachoeira] *Putunduba*, no relato de Juzarte (1769), segundo o qual significa "onde a vista se faz escura"; *Cax. do Potundaba*, no mapa de Sá Faria (1774); [cachoeira] *Potribú*, no mapa de Hirnschrot (1875); [cachoeira] *Putunduba*, no mapa de Lacerda (1788-9); *rib. Potunda*, no mapa de Montesinho (1791-2); [esteirão de rio direito] *Potunduba* (7ª. Notícia Prática); *Cax. Petenduba*, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).
- . [cachoeira] Sapêtuba, no relato de Juzarte (1769), "tetal pequeno"; Cax. de Setubaú, no mapa de Sá Faria (1774); [córrego] Sape, no mapa de Hirnschrot (1875); [povoado] Sapé, no mapa de Rath (1877); [povoado] Sapé, no mapa de Lomellino de Carvalho (1887); Cax. Sepetuba, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).
- . [cachoeira] *Cambagevoca*, no relato de Juzarte (1769), "cana rachada"; *Cax. Cambayuoca*, no mapa de Sá Faria (1774); [cachoeira] *Cambayuvoca*, no mapa de Lacerda (1788-9); *Cax. Cambá giboca*, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).
- . [cachoeira] *Guaemicanga guassu*, no relato de Juzarte (1769), "ossos de velha"; *Cax. Guaimicanga*, no mapa de Sá Faria (1774); [cachoeira] *Itamicanga*, no mapa de Lacerda (1788-9); [córrego] *Vomicanga*, no mapa de Hirnschrot (1875); *Cax^a Vamicanga*, no mapa de Rath (1877); *Cax. Vamicanga*, no mapa de Lomellino de Carvalho (1887); [corredeira] *Vamicanga*, na relação da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (1905); *Cax. Guaimicanga*, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).

- . [cachoeira] *Guacurituba guassu*, no relato de Juzarte (1769); *C*[órrego] *Guacurimba*, no mapa de Müller (1837); *Cax. Guacurituba*, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).
- . [cachoeira] *Vacuritŷ*, no relato de Juzarte (1769), que afirma que "Vacurituba quer dizer onde existe palmitos"; *Cax. Guaícurytiba* e *Cax. Vaicurytuba mirim*, no mapa de Sá Faria (1774); [cachoeiras] *Vaicurituba* e *Vaicurituba mi*nim, no mapa de Lacerda (1788-9); [córrego] *Vaicuritiba mirim*, no mapa de Hirnschrot (1875); *L*[agoa]. e *Cax^a Vacory*, no mapa de Rath (1877); [corredeira e ilha] *Bacury*, na relação da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (1905); *Cax. Vacurity mini*, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).
- . [cachoeira] *Itupirû*, no relato de Juzarte (1769), uma "cachoeira baixa e seca"; *Cax. Itapira*, no mapa de Sá Faria (1774); [cachoeira] *Itupiru*, no mapa de Lacerda (1788-9); [cachoeira] *Itapirú*, no mapa de Peixoto (1860); *Cax^a Itaperú*, no mapa de Rath (1877); *Cax. Ytupirû*, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).
- . [cachoeira] *Tambapimirim*, no relato de Juzarte (1769), sendo que "Tambapiririca quer dizer vaso de merda que ferve"; *Cax. Tambau-guaçú*, no mapa de Sá Faria (1774); [cachoeiras] *Tambatiririca*, *Tambaú guassu* e *Tambaú mirim*, no mapa de Lacerda (1788-9); [cachoeira] *Tamburirica*, no mapa de Hirnschrot (1875); *Cax. Tambaú-guassu*, no mapa de Lomellino (1887); [corredeira] *Tambahú*, na relação da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo (1905); *Cax. Tambá pererud*, no mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê (sem data).

Na segunda metade do século XVIII, o desconhecimento dos significados dos topônimos indígenas, que ocasiona um período de instabilidade quanto à grafia, faz com que os nomes se fixem em certa localidade ou fossem substituídos, especialmente aqueles pouco eufônicos, por topônimos portugueses. Ao mesmo tempo, os referenciais internos, no caso de dois elementos geográficos idênticos próximos, diferenciados pelos sufixos -guaçu/-mirim ou composição com -grande/-pequeno, desaparecem paulatinamente.

A fixação dos topônimos *rio Jacaré Pipira* e *rio do Jacaré*, antes registrados como *Jacarépiririca mirim* e *Jacarépepira guassú*, revela a tendência ao apagamento

de mirim/guaçu e pequeno/grande. Não nos parece ser o mesmo indicado em 1905 pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo sob a denominação *Rio Jacaré Grande*. O mapeamento dos estados de São Paulo e Minas Gerais realizado por O'Leary, a serviço da mesma Comissão, por outro lado, indica os topônimos.

Além de Guacurituvuçu/Guacuritumirim, tínhamos, em 1769, nos Borrões de Juzarte, os seguintes pares de topônimos: Caxura. de Itâgavabusû / Caxura. de Itaguasavamirim, Caxur. Ibauruguassu / Caxur. Baurumirim, Caxur. de Baruerimirim / Caxur. do Barueriguassu, Caxur. daz ondaz grandez / caxur. daz ondaz piquenaz e Caxuera. Finilgrande / Caxur. funil piqueno.

Nos relatos de Abreu, de 1783, cinco são os pares de topônimos: Acanguerauçú / Acanguera-mirim, Baririmirim / Baririguaçu, Avanhandavamirim / Avanhandavuçu, Araracanguavamirim / Araracanguavuçu e Itapuramirim / Itapura. Em 1877, no mapa de Rath, apenas dois pares foram registrados: Caxa. Itapemaguassú e mirim e Cax. Itapura-mirim / Cax. Itapura.

Um dos termos destes pares de designativos, em geral, é apresentado com um outro designativo em outros mapas. Quando ocorreu a fixação dos nomes, desaparecem os termos sufixados "guaçu" e "grande" e são mantidos apenas "mirim" e "pequeno", em alguns poucos casos.

Assim como se percebia em Xeria, os principais afluentes e maiores cachoeiras e correntezas têm nomes cristalizados ainda na primeira metade do século XVIII. Especialmente a partir da segunda metade do século XVIII, nomes de origem indígena passam a ser substituídos por nomes portugueses. Não se trata de substituição sistematizada, como ocorreu na região Norte neste período, mas de uma tendência natural, decorrente da proibição do uso de língua indígena e da chegada cada vez maior de portugueses à região, em busca das zonas mineiras.

Isto se torna visível especialmente no relato de Juzarte, de 1769, o qual oferece uma equiparação em português para os nomes indígenas. A cachoeira Abaremanduaba resulta de abaré (= "o padre") + "manduaba" (= "a lembrança"). O nome deste acidente geográfico do Tietê é encoberto por uma lenda, segundo a qual

o padre Anchieta teria sido resgatado seco e rezando sentado sobre uma pedra do fundo do rio, depois de a canoa em que viajava ter virado.

Em 1727, Camello apresenta a seguinte explicação para este topônimo:

sei que tem várias cachoeiras, e algumas perigosas, e entre elas um salto Abaremanduaba, por cair nele o venerável Padre José de Anchieta, e ser achado dos índios debaixo d'água rezando no Breviário.

Em 1751, o Conde Azambuja apresenta o significado correto deste topônimo:

na língua da terra quer dizer – lembrança do padre Anchieta – escapando ele milagrosamente, como relata sua vida e é tradição constante naquelas partes.

Juzarte, em 1769, por sua vez, informa que Abaramanduaba

que quer dizer em português, onde caiu um padre. Em outro tempo navegou por esta cachoeira uma religioso da cia de Jesus de virtude chamado o Padre José de Anchieta, o qual andava catequizando os índios, e pregando-lhe missão, os quais vindo com ele em uma canoinha a embarcaram no meio desta cachoeira, largando o padre no fundo da mesma, passando muito tempo, vendo que o padre não surgia acima, cuidando já morto, mergulhou um dos índios ao fundo e o achou vivo sentado em uma pedra rezando no seu breviário, e por isso ficou o nome a esta cachoeira de Abaramanduaba.

Na sua relação de nomes das cachoeiras, este Autor informa que este topônimo significa "Onde foi a pique hú jesuíta". Notamos, neste caso, que, efetivamente, o nome de procedência indígena torna-se opaco na segunda metade do século XVIII, que é explicado a partir da lenda.

O desconhecimento do significado do topônimo é também visível em outros nomes, como na descrição da *Cachoeira Bracaié*, designada no borrão como *cor. Escaramuça*:

passamos por uma cachoeira de muito perigo e com muitas voltas, e pedras escondidas abaixo da água, e em razão dos muitos rodeios, se chama Bracaié, que quer dizer em português escaramuça do gato, que pelo nome se conhece seu perigo.

Neste caso, é evidente que o Juzarte desconhece que "Bracaié" corresponde ao gato montês, comum na região, e não a "escaramuça". Interpretá-los, erroneamente, como traduções de termos indígenas, é indicativo de que a língua indígena não era mais reconhecida pela população. Vale lembrar que os guias desta expedição, informantes dos significados dos nomes, eram indígenas ou mamelucos, homens experientes nesta travessia.

Levy Cardoso, em Toponímia Brasílica, ao buscar a etimologia de topônimos de origem portuguesa da Amazônia e de Mato Grosso, esclare que

não são poucos aqueles topônimos, já conhecidos com denominações portuguesas, que nada mais são do que meras traduções literais de nomenclaturas caribes e aruacas, tal como acontece com o tupi. (...) Fato idêntico está acontecendo, modernamente, na potamonímia matogrossense, com o rio que os mapas atuais denominam rio Machado. Este rio, entretanto, tornado célebre pelos heróicos legionários da Comissão Rondon, nada mais é, em realidade, do que o velho Gi-paranã, que no tupi significa, exatamente o mesmo – de gi, machado e paranã, rio.

Outros topônimos passam por este processo de tradução, possivelmente antes da segunda metade do século XVIII, e são apresentados por Juzarte. Entre eles, destacamos "Itâbucava", identificado como "pedras de espingarda" por Juzarte, cuja cachoeira é apresentada com o nome de *Pederneira* nos Borrões. Os mapas de Sá Faria (1774), Lacerda (1788-9) e Müller (1837) indicam que o topônimo *cachoeira* da *Pederneira* se fixou antes do início do século XIX.

No final do século XVIII, os nomes indígenas encontram-se fixos aos elementos geográficos e, a partir do mapa de Montezinho, de 1791, nenhum novo designativo indígena é indicado. No século XIX, à medida que novas povoações são fundadas ao longo do rio Tietê, são registradas apenas alterações de designativos para novos nomes de procedência portuguesa e, raras ocorrências, africana. Tanto que Azevedo Marques, em 1875, utiliza o mapa de Lacerda, de 1788-9, como base para a elaboração de uma lista das cachoeiras do Tietê.

Elaboramos uma tabela comparativa com os nomes das cachoeiras indicadas no relato de Abreu, em 1783, na dita relação de Azevedo Marques, de 1875, e no mapa da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, de 1905, a fim de indicar este processo de fixação dos topônimos do Tietê.

1783	1875	1905
Manoel Cardoso de Abreu	Azevedo Marques (II, 1952, 285-	Comissão Geographica
(Cleto: 1977, 68)	6)	e Geologica do Estado de São Paulo
Acanguerauçú	Canquaira	
Acangueramirim	Cangueira	
Jucumirim	Jurumirim	
Abarémanduaba	Avaremuandava	[O monographo do Tietâ
	Itanhaém	[O mapeamento do Tietê é iniciado na barra do
Xiririca	Tirica	Jacaré Grande]
Sabaúna		Jacare Grandej
	Machado	
Itaguaçara	Itaquaçaba-Açu	
	Itaquaçaba-Mirim	

Direnera	Diranara Mirim	
Principus	Pirapora-Mirim	
Boiuiguara Pilões	Beju Pilões	
Garcia	Garcia	
Matias Peres	Matias Peres	
Malias Peres	Itupanema-Mirim	
Itapema	•	
Pederneiras	Itupanema-Açu Pederneiras	
	Pedemeiras	[O managemente de Tietê
Pau-Cavalo	Jataí	[O mapeamento do Tietê é iniciado na barra do
Banharão		
Bannarao	Banharão	Jacaré Grande]
Determine	Estirão	
Potunduva	Potunduba	
1	Itapeva	
Bauru	Bauru	
Baririmirim	Bareri-Mirim	
Baririguaçu	Bareri-Açu	
Saputuva	Sapé	
Congonhas	Congonha	
Guaimicanga	Guamicanga	Vamicanga
Uambaí		Tambahú
		Jatahyseiro
Escaramuça		Escaramuça
	Tabaritiririca	
Tambapiririca	Tambaú-Açu	
	Tambaú-Mirim	
		Esteio Lavrado
		Arranca-rabo
		Lage
Cambaiuvoca	Cambaia-voca	
	Cachoeira do campo	
Avanhavamirim	Avanhandava-Mirim	Avanhandava-Mirim
Avanhandavuçu	Avanhadava (salto)	Avanhandava (salto)
Escaramuça do Gato	Escaramuça	Escaramuça
Utupanema	Itupanema	
		Macuco
		Barreiro
	Cachoeira da ilha	
Mato Seco	Mato Seco	Matto Seco
Ondas Grandes	Ondas pequenas	Ondas Grandes
Ondas Pequenas	Ondas grandes	Ondinhas
		Guariba
Funil Grande	Funil pequeno	Funil
Funil Pequeno	Funil grande	
		Meia Légua
Guacurituvuçu	Guaicurituba	
Utupeva	Araçatuba	Araçatuba
Araracanguavamirim	Aracangua-Míriam	
Araracanguavuçu	Aracangua-Açu	Aracanguá
<u> </u>	Itupeva	
	·	Cruzes
		Canal do Inferno
Guacuritumirim	Guaicurituba-Mirim	Bacury
		Travessa Grande
		Ilha Seca
Utupiru	Itupiru	
Três Irmãos	Três irmãos	Três Irmãos

Itapuramirim	Itapura-Mirim	Itapura-Mirim
Itapura	Itapura (salto)	
		Paredão
		Vae-vem
		Machado

II.3. Tietê: as vilas formadas em suas margens

Os nomes dos demais afluentes e dos acidentes geográficos encontrados no rio Tietê fixam-se especialmente a partir da segunda metade do século XVIII. Neste período, novas povoações são fundadas ao longo do Tietê, conseqüência do elevado número de frotas que seguiam em busca das minas de Cuiabá.

Além disso, organizadas pelo Capitão General da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio de Sousa Botelho e Mourão, o Morgado de Mateus, uma série de expedições foi enviada além de Itu a fim de alargar e consolidar as fronteiras, povoando as terras, e rechaçar qualquer tentativa espanhola de avanço sobre a conquista portuguesa. Na região de Botucatu, por exemplo, ordenou a construção de um povoado com no mínimo trinta famílias; um caminho e pontes, quando necessário, deveriam ser assentados, a partir do ponto onde hoje fica o município de Pardinho.

Em 1850, o governo Imperial resolveu, por razões estratégicas e políticas, estabelecer a um caminho permanente entre a corte e a Província de Mato Grosso. Assim, em 1858, foi criado o Estabelecimento Militar de Itapura, um núcleo de povoamento no limite das duas províncias de Mato Grosso e de São Paulo, para facilitar a comunicação, por navegação, entre o Império e as Forças Armadas colocadas na fronteira do Paraguay. Esta colônia militar foi construída na margem esquerda do rio Tietê nas proximidades do Salto de Itapura¹⁴.

Não obstante ser o rio Tietê desde a época das monções entrada para o sertão, a existência de águas e de pescado foram fundamentais para a escolha e estabelecimento de povoados: o Tietê foi caminho, fonte de alimentação e até fonte de renda. Sua importância econômica se dava através da extração de vários minérios de suas águas: argila plástica, para cerâmica, extraída na capital paulista;

¹⁴ Para consultar as etapas de construção do Posto Militar de Itapura, ver o site do município de Pereira Barreto [Disponível em http://www.camarapereirabarreto.sp.gov.br. Acesso em 23 abr. 2006].

areia e pedregulho, para construções urbanas, em Pirituba; rocha granítica, nas vizinhanças de Pirapora e Guapiranga; calcáreo em Itú; granito róseo, em Boturuna; minério de ferro, em Tietê; e, principalmente, o que é considerado como maior tesouro, a terra roxa, que forma longas extensões às margens do curso médio e inferior do rio, própria ao cultivo do café (Nóbrega: 1981, 212).

Já que os topônimos podem revelar a visão que o homem possui do espaço, analisamos os nomes de povoados do Estado de São Paulo, a partir dos documentos municipais reunidos pelo IBGE (1957) para a formação da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Verificamos que muitos nomes atribuídos aos primeiros povoados de São Paulo referem-se a elementos encontrados no local onde os povoadores construíram suas moradias. No caso de *Araçatuba*, este nome deve-se a abundância de araçás da região; *Ariranha*, povoação fundada em 1892 nas proximidades do córrego Três Marias, recebe este nome devido à existência destes animais, quando elevada a distrito, em 1907.

A descrição de elementos geográficos leva à fixação do topônimo pousada dos Dois Córregos, atual município de Dois Córregos, pelo terreno ser limitado pelos córregos Fundo e Lageado. Já Bocaina inicialmente foi denominada Arraial de São João e, mais tarde, em virtude do grotão junto ao qual foi instalado o povoado, passa a ser conhecida como São João da Bocaina.

A indicação dos nomes, nestes casos, revela que aquele elemento era importante para os povoadores. Neste sentido, notamos que outros referenciais até poderiam existir, mas o elemento que dá nome à região é o diferencial em relação a outras localidades.

O povoado de Ribeirão Preto, quando elevado a município em 1881, é denominado Entre Rios, em referência ao córrego do Retiro e ao ribeirão Preto, entre os quais se formara. Em 1881, voltou à antiga denominação. Neste caso, manteve-se o topônimo formado a partir de outros topônimos já fixados, por processo de translação toponímica, e não o nome descritivo.

Nomes formados por translação toponímica, especialmente em relação a hidrônimos são comuns. A cidade de Bariri, assim denominada em 1891, quando

elevada a município, recebe este nome em referência a cachoeira Bariri, do rio Tietê. Antes da escolha deste topônimo, o nome da povoação era bairro do Tietê, em decorrência do hidrônimo conhecido.

Já o município de Tietê corresponde à antiga freguesia da Santíssima Trindade de Pirapora, pertencente a Porto Feliz. Em 1867, quando elevada a município recebe este nome em homenagem ao rio Tietê.

Os municípios de Mogi-guaçu, Paranapanema, Pirassununga, Ribeirão Bonito, Ribeirão Pires, Rio Claro, Rio das Pedras, Sorocaba e Tatuí também foram denominados a partir de hidrônimos. No caso de Anhumas, cidade formada entre os rios Anhumas, Paranapanema, Peixe e Aguapeí, a escolha do topônimo deve-se à existência da fazenda Anhumas, desde 1875, como referencial da localidade.

Não podemos negar a influência da especulação imobiliária na atribuição de novos nomes, especialmente homenagens. O apagamento de antigos nomes, contudo, ocorre lentamente. Em 1920, por exemplo, foi loteada a fazenda Águas Paradas, e o bairro formado recebe o nome de Vila Botelhos, nas proximidades do atual município de Américo de Campos. A despeito do novo nome, neste mesmo ano o novo patrimônio recebeu o nome de São João das Águas Paradas.

Algumas tentativas de alteração de topônimos acabam não sendo aceitas pela população. O desbravador Francisco Alves Pereira, por volta do século XIX, encontrou a desembocadura de um rio e, entrando por ele, localizou uma região que denominou *Lençóis*, em virtude do vasto lençol de espuma branca que encontrou nas pequenas cachoeiras da região. Em 1944, contudo, o povoado passou a denominar-se *Ubirama*. O topônimo, contudo, não foi aceito, e, quatro anos depois, volta à antiga denominação. Este nome manteve-se até a elevação à categoria de município com o nome de *Lençóis Paulistas*.

A denominação de *Ubirama* corresponde à tendência, comum especialmente na primeira metade do século XX, de atribuir nomes indígenas aos povoados. A cidade de Ipuã, antigo arraial de Santana dos Olhos d'Água, freguesia em 1859, recebe esta denominação quando elevado a município em 1948. Ipuã é dado por ser corresponde a Olhos d'Água, em tupi.

As cidades de Itapuí (= "rio do salto") e Parapuã (= "rio feio") passam por idêntico processo de denominação. A primeira é o antigo povoado de Ribeirão do Saltinho e recebe esta designação quando elevado a distrito de paz, em 1896. Parapuã, às margens do rio Feio, é assim denominada em 1944.

A criação de nomes portugueses também é registrada na toponímia paulista. Porto Feliz é o nome que melhor caracteriza a tentativa de atrair o poder mágico dos nomes. Originalmente era o povoado de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba, porto das monções, conhecido pela coerção de indivíduos levados ao sertão e pelas expedições frustradas. Em 1797, quando elevada à vila, recebe o nome de Porto Feliz, a fim de alterar este perfil¹⁵.

No início do século XX, as cidades formadas ao longo do Tietê apresentam-se estruturadas, e caminhos terrestres as interligam. A navegação fluvial só é possível em alguns trechos, já que hidroelétricas são construídas para atender à crescente população. No Capítulo III, veremos os impactos desta alteração na paisagem e os topônimos criados para os novos elementos geográficos no Tietê.

¹⁵ A causa da alteração do topônimo, segundo o histórico oficial do município de Porto Feliz, é decorrente da alegria e hospitalidade dos moradores, principalmente quando as expedições fluviais retornavam. [Disponível em <www.portofeliz.sp.gov.br>. Acesso em 23 abr. 2006].

CAPÍTULO III

A culpa é tua, Pai Tietê? A culpa é tua
Si as tuas águas estão podres de fel
E majestade falsa? A culpa é tua
Onde estão os amigos? Onde estão os inimigos?
Onde estão os pardais? e os teus estudiosos e sábios, e
Os iletrados?
Onde o teu povo?

Mário de Andrade

III.1. O rio Tietê e o declínio das monções

Muito feliz a frase de Nicolau Sevcenko (2001): "O que explica São Paulo é o Tietê". As relações existentes entre o meio natural e as necessidades sociais nos permitem compreender como as modernizações e os novos usos impõem modificações no ambiente. Podemos dividir, por assim dizer, as épocas a partir dos determinados usos do rio Tietê.

Os rios sempre foram de fundamental importância para a vida e para a evolução da civilização. Os indígenas utilizavam o rio Tietê para nutrição, recreação e higiene pessoal. Com a chegada dos colonizadores, ele se tornou um instrumento estratégico para o controle de vastas extensões territoriais pela metrópole, servindo de caminho para o intenso tráfego de canoas carregadas de víveres e para aqueles que sonhavam com aventuras e riquezas.

Através dele, era possível atingir a ampla cadeia hidrográfica do rio Paraná, rumando, então, em direção às regiões platinas ou para os lados do Pantanal e da Amazônia, ou ainda para as cabeceiras do São Francisco. Porém, não podemos esquecer que ele nunca se prestou a uma navegação fácil para aos aventureiros que nele se lançaram e, posteriormente, atormentou as cidades com inundações e empesteou suas várzeas com mosquitos e focos infecciosos.

O declínio das monções se deve à abertura de novas estradas terrestres, cujas rotas eram mais curtas e de menores riscos, possibilitando o transporte de cargas em lombo de mulas e proporcionando um comércio mais lucrativo. Sabemos

que as últimas expedições ocorreram por volta de 1838, quando uma epidemia de febre tifóide se alastrou pelas margens do rio, deixando poucos sobreviventes (Holanda: 1995, 151).

Os rios não são mais caminho de canoas, mas da navegação a vapor, adotando-se a subida dos rios Paraná e Paraguai. Contudo, dado o perfil do Tietê, encerrou-se de vez a sua utilização como estrada do sertão.

A navegação fluvial era um meio secundário e restrito, realizada até 1849 por canoas pelo rio Tamanduateí e depois abandonada; em 1861 no rio Tietê houve tentativa de navegação com barcos a vapor, o que logo foi abandonado; e o rio Pinheiros e afluentes tiveram certa importância somente até os fins do século XVIII. (Langenbuch: 1968, 39)

O ser humano sempre procurou seguir os cursos d'água por uma questão de sobrevivência. Aristides Almeida Rocha (1991) afirma que "os rios e seres humanos associaram-se indissoluvelmente. A população sempre procurou com eles estabelecer afinidades, intimidades e conflitos".

De fato, diversas povoações foram criadas ao longo das margens do Tietê. Cantado em versos e prosa, teve a sua importância relatada em diversos campos do conhecimento e pela sociedade paulista: historiadores, como Afonso de E. Taunay, geógrafos, técnicos e cientistas, poetas, como Carlos Drumond de Andrade (1978), em "Num planeta enfermo", Mario de Andrade (1972), em "A meditação sobre o Tietê", prosadores e a população em geral que, desde a fundação da vila de São Paulo e com a expansão para o interior do território, acostumou-se a conviver com o rio.

Durante milênios a humanidade considerou a água como algo que não se modificaria, não seria escassa e estaria sempre limpa para consumo.

O Tietê deu a São Paulo quanto possuía: o ouro das areias, a força das águas, a fertilidade das terras, a madeira das matas, os mitos do sertão. Despiu-se de todo encanto e de todo mistério; despoetizou-se e empobreceu por São Paulo e pelo Brasil. (Alcântara Machado apud Rocha: 1991, 13)

Tal processo começou no início do século XIX. No final da década de 20, a Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê é reestruturada, sob a chefia de Ulhôa Cintra, propondo modificações de retificação, que previam o aterramento da várzea e a criação de lagos junto à ponte Grande (atual ponte das Bandeiras), na cidade de

São Paulo. A proposta contempla o aprofundamento do canal, urbanização da várzea, a construção de avenidas marginais e o acesso aos bairros da zona norte.

Ainda nesta época, o Tietê tinha suas águas e várzeas intensamente exploradas para recreação e algumas atividades econômicas. "O Rio Tietê, antes de sua retificação, desenhava seu próprio curso", conta o jornalista Henrique Nicolini (2001), "criava braços, lagoas e remansos". Justamente por ser, até a primeira metade do século 20, privilegiada por esta geografia, São Paulo viu surgir ao longo de seu crescimento dezenas de clubes esportivos. O Tietê era um dos locais de lazer preferidos dos paulistanos: piquenique, natação e pesca.

O jornalista Thomaz Mazzoni, editor chefe do jornal A Gazeta, recorda:

A cidade de São Paulo é "atravessada" por diversos rios que tiveram diferentes "lugares" na história paulistana. Podemos destacar o uso que fazia a população como via de transporte, a pesca e como espaço de lazer da comunidade ¹⁶.

Em meados da década de 1930, as implementações técnicas que visavam o bem-estar da população puseram fim a estas práticas sociais. O projeto de retificação do rio Tietê e de seu afluente Pinheiros, por exemplo, reduz as inundações, elimina os pernilongos, regulariza para um potencial uso hidrelétrico e melhora a oxigenação das águas, com o aumento da velocidade de escoamento (Zmitrowicz: 1996, 28-35).

Desde a formação de povoações às margens do Tietê, a população culpava o rio pelo fato de provocar inundações e facilitar a disseminação de moléstias. Estas situações, contudo, eram esporádicas e localizadas. O Tietê que se espraiava até o final do século XIX em larga e extensa planície, com a formação de inúmeras curvas foi radicalmente transformado pela ação do homem. Entretanto, com o tempo, verificou-se que as alterações realizadas eram antes medidas para minimizar a deterioração sofrida do que melhorias em si.

No início da formação de São Paulo, por exemplo, foi a exploração dos portos de areia e dos barreiros utilizados para a produção de tijolos que, aos poucos, ampliou as áreas sujeitas às enchentes causadas pelas fortes chuvas de verão.

Este artigo encontra-se, na íntegra, no site da Fundação Joaquim Nabuco [Disponível em http://www.fundaj.gov.br. Acesso em 20 mar. 2006].

Após diversas obras para a retificação do Tietê, o rio perdeu cerca de vinte e cinco quilômetros de seu traçado original (Rolnik: 1997, 67).

Rocha (1991) conta, com certa nostalgia, que num piscar de olhos o ser humano é capaz de destruir o que a natureza levou milhares de anos para formar. As curvas, meandros, zonas espraiadas, cachoeiras e saltos que o rio levou milênios para formar, adaptar, amalgamar; os teores de matéria orgânica, sais minerais, restos de seres vivos e produtos da decomposição das rochas às suas margens e leito; a fauna e a flora aquáticas e semi-aquáticas que se adaptaram às suas águas e sobreviveram durante séculos foram, em menos de cem anos, totalmente modificados.

O rio foi represado desde o seu nascedouro até a sua foz, modificando o chamado regime reofílico; aconteceram inúmeras dragagens e retificações; as corredeiras, cachoeiras e saltos, em sua maioria, desapareceram submersas; as cidades foram se estabelecendo à beira do rio, lançando os seus esgotos industriais e domésticos; as matas na sua orla foram dizimadas. O Tietê, cultuado símbolo dos paulistas, foi asfixiado pela expansão de São Paulo (Adorno: 1999).

Atualmente, nossos rios passaram por um processo de "urbanização". As consequências que nos trouxe os diferentes impactos causados aos cursos d'água, em seus diferentes níveis, ajudam a refletir sobre o modelo de relação que os homens estabelecem com os recursos ambientais, não só pelos danos que esta relação acarreta à qualidade de vida no planeta como pelas consequências que sofre a população ao perder importantes espaços de encontro e convivência.

Mais que filhos do passado do Tietê, os paulistas são agora os pais do seu futuro. (...) Os três rios me ensinaram algo cristalino como a água que brota do solo ou cai do céu: os rios não passam, ficam. Quem passa somos nós. (Rocha: 1991)

III.2. O rio Tietê do século XX

O planalto paulistano foi conquistado quando Santo André foi absorvido pela São Paulo de Piratininga. Desse povoado administrado pelos padres jesuítas partiriam, entre 1580 e 1640, as Bandeiras. Após este período, iniciou-se a atividade de mineração, que se estende ao ano de 1730.

A partir de 1730, começou o comércio do gado, que predominou até 1775, e minas de ferro são descobertas no Butantã e na região próxima a Sorocaba. A industrialização do açúcar e as grandes fazendas e engenhos persistem como atividade maior até 1822, sendo então substituídas pelo café, que exerceu seu domínio nas lavouras até 1888.

Em 1593, assinala Ernani da Silva Bruno (2002), o recenseamento realizado registra a presença de dois carpinteiros, um ferreiro, dois alfaiates, dois tecelões, um sapateiro e um oleiro em São Paulo. O ciclo de ouro acelera os descimentos pelo rio Tietê, reduzindo ainda mais a população da vila. Após quase duzentos anos deste primeiro censo, a cidade conta com dez carpinteiros, vinte e um alfaiates, quinze sapateiros, quatro ferreiros, três ourives, quatro seleiros e quatro pedreiros; todos devidamente licenciados com "carta ofício" e representados na Câmara.

Com a revogação do Alvará de 1785, que proibia o funcionamento de fábricas no Brasil, e a transferência da corte portuguesa, teve início o avanço industrial. Em 1815 a Fábrica de Ferro de Armas de Ipanema, próxima a Sorocaba, aumenta a produção e surge a Fábrica de Armas. Dois anos antes, Tomaz Rodrigues Tocha inaugura a primeira fábrica de tecidos, e onze anos depois aparecem as primeiras fábricas de algodão e começa a produção de cal.

Ao constituir-se em pólo de atração comercial e industrial, a cidade de São Paulo induziu grande imigração interna e externa. A população paulistana, que em 1890 era de 1.384.753 habitantes, dez anos depois ultrapassa os 2 milhões. O resultado não é só o povoamento da área central, no eixo que se estende às margens do rio Tietê, mas também a destruição da maior parte da cobertura vegetal originalmente existente.

A fumaça nas chaminés, segundo a ótica desenvolvimentista do final do século XIX, era entendida como progresso. A miséria das cidades e a penúria da classe operária, desde que a produção fosse garantida, eram ignoradas pelos dirigentes. Nesta época Theodoro Sampaio, Ataliba do Vale, José Pereira Rebouças, Arnaldo Vieira de Carvalho, Clemente Ferreira, Emílio Ribas, Luiz Pereira Barreto e tantos lutavam pela preservação das águas do Tietê.

Assim o Tietê, que era piscoso, passa a deteriorar-se, no início do século XX, lentamente. Em 1911 e 1926, os sanitaristas Francisco Rodrigues e Saturnino de Brito apresentaram relatórios questionando o uso de águas do rio Tietê e do Guarapiranga para o abastecimento público. Apesar disso, persistiu o consumo por falta de outras fontes (Rocha: 1991).

Como não havia água encanada, os rios, sobretudo nas áreas vizinhas às pontes, eram palco de reunião das inúmeras lavadeiras que se serviam de suas águas para cuidar da roupa da própria família, no caso dos pobres, ou dos ricos, lavada por escravas negras ou mamelucas, imagem recorrente na iconografia da época. Ao mesmo tempo, os esgotos domésticos da cidade e os resíduos industriais eram lançados nos rios. Além disso, as margens do rio Tietê estavam completamente despidas de vegetação, facilitando o carregamento de materiais devido à erosão.

O aceleramento do processo de degradação do rio ocorre entre as décadas de 1940 e 1970, acompanhando o aumento populacional. Atualmente, o Tietê recebe uma carga poluidora de cerca de 1.100 toneladas de matéria orgânica. Apesar de ser de fundamental importância para as populações das cidades ribeirinhas, a preservação do rio Tietê na capital paulista só começou efetivamente em uma ação iniciada em 1992, o Projeto Tietê. O programa, de responsabilidade da Sabesp, tem como meta recuperar o rio ao longo da cidade de São Paulo, evitando que o esgoto de indústrias e residências chegue até seu leito sem tratamento.

A necessidade sempre crescente de energia destinada à produção e para suportar o crescimento das metrópoles e das indústrias leva a uma grande contradição no destino do rio Tietê. Aqueles que foram responsáveis pela sua degradação necessitam de energia elétrica e o elegem para esta função.

Desta forma, a atuação do homem alterou as condições do primitivo ecossistema e, de modo gradativo, propiciou o acomodamento da sociedade na qual os cidadãos, paradoxalmente, são responsáveis pelo progresso e concorreram para levar o rio à situação de quase morte. Historicamente, o Tietê sempre foi um importante personagem desde os tempos do descobrimento – durante as bandeiras, as monções, a cafeicultura, a industrialização. Economicamente, é uma grande fonte de energia.

III.3. A eletricidade no Brasil

O primeiro passo para a Revolução Industrial foi a máquina a vapor, que representou grande impulso na industrialização. Unidades de geração de força passaram a ser possível em qualquer lugar onde houvesse disponibilidade de combustível. As indústrias, antes quase que exclusivamente instaladas junto a quedas d'água, principal força motriz até então, não estavam vinculadas à localização geográfica, podendo produzir energia em quantidades bem maiores que as que se obtinha até então, seja com a força animal, moinhos de vento ou rodas d'água.

O fato de que muitas regiões não disporem de carvão a preços razoáveis com facilidade garantiu a continuidade do incentivo ao desenvolvimento dos motores hidráulicos. A busca por máquinas mais eficientes resultou na turbina hidráulica por Fourneyron, em1832. Em comparação com os modelos primitivos de roda d'água, a turbina trouxe novos parâmetros de eficiência energética, tamanho reduzido e maior capacidade de aproveitamento da energia potencial das quedas d'água, chegando a níveis da quase totalidade.

A energia primária de uma hidrelétrica é a energia potencial gravitacional da água contida numa represa elevada. Antes de se tornar energia elétrica, a energia primária deve ser convertida em energia cinética de rotação. O dispositivo que realiza essa transformação é a turbina.

No Brasil, o crescimento das cidades, a chegada dos imigrantes e a industrialização exigiam cada vez mais energia. O uso da energia elétrica no país teve início com a instalação da Usina Hidrelétrica Ribeirão do Inferno, em 1883, cujo fornecimento era destinado à mineração em Diamantina, Minas Gerais.

A Usina Hidrelétrica da Companhia Fiação e Tecidos São Silvestre é inaugurada em 1885, no município de Viçosa, também em Minas Gerais; dois anos depois, é a vez da Usina Hidrelétrica Ribeirão dos Macacos, no mesmo estado, e da Usina Termelétrica Velha Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A Usina Hidrelétrica Marmelos é concluída em 1889, em Juiz de Fora, Minas Gerais, por iniciativa do industrial Bernardo Mascarenhas.

A necessidade de atender à crescente demanda por iluminação, abastecimento de água, esgoto, transportes e telefonia e a impossibilidade de seu atendimento diretamente por parte da administração pública levaram à instituição definitiva do regime de concessões para a prestação dos serviços públicos.

De acordo com a Constituição de 1891, as concessões para prestação de serviços de eletricidade eram outorgadas pelas prefeituras municipais, especialmente no tocante ao segmento de distribuição. Cabia aos governos estaduais o poder concedente com relação ao aproveitamento e à utilização das quedas d'água.

A partir de 1899, foi autorizada a funcionar no país a São Paulo Railway da Light and Power Company Ltd. Esta empresa canadense deu início à atuação do Grupo Light no Brasil e, no mesmo ano, passou à denominação São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltd. Durante a primeira década do século XX, no estado de São Paulo, os pequenos produtores e distribuidores de energia elétrica começaram se unir formando grupos que passaram a controlar áreas mais extensas nos territórios estaduais (Piedade; Morais: 2006, 84-5).

Dois exemplos desse processo foram a criação da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE), em 1909, e Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), em 1912.

Até o final da primeira década do século XX, foi construído um grande número de pequenas usinas geradoras de energia elétrica. A produção visava ao atendimento dos serviços públicos instalados nas cidades, predominantemente da iluminação pública e particular, dos bondes utilizados para o transporte coletivo e de força motriz a unidades industriais, sobretudo do setor têxtil.

No rio Tietê, as hidroelétricas surgiram na década de 60 da necessidade de geração de energia para o estado, pois o crescimento urbano era cada vez maior, e a demanda de energia também. Sistemas hidroelétricos são viáveis com grande diversidade de configuração e tamanho. As hidrelétricas são classificadas atualmente no Brasil em dois grupos o das PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas e GCH – Grandes Centrais Hidrelétricas. As micro-usinas, divisão menor na subclassificação das PCHs, são encontradas comercialmente no Brasil.

Em todos os casos, alterações são necessárias na paisagem. Primeiramente, um rio não é percorrido pela mesma quantidade de água durante o ano inteiro. Em uma estação chuvosa, a quantidade de água aumenta. Para aproveitar ao máximo as possibilidades de fornecimento de energia de um rio, deve-se regularizar-se a sua vazão, a fim de que a usina possa funcionar continuamente com toda a potência instalada.

A vazão de água é regularizada pela construção de lagos artificiais. Uma represa, construída de material muito resistente – pedra, terra, freqüentemente cimento armado – fecha o vale pelo qual corre o rio. As águas param e formam o lago artificial que, juntamente com as colinas circundantes, recebe o nome de reservatório ou represa. Dele é possível tirar água quando o rio está baixo ou seco, obtendo-se, assim, uma vazão constante. A área do reservatório representa a superfície do terreno inundada pelo represamento da água de um rio, sendo que a capacidade de produção de energia, entre outros fatores, depende do volume ativo de água.

Os impactos causados ao meio ambiente podem ser minimizados, mas são inevitáveis. Alguns peixes que procriavam em águas agitadas como o dourado, por exemplo, desapareceram do ecossistema. Foram muitos os esforços das concessionárias e o trabalho incansável de profissionais para re-introduzir essas espécies e adaptar outras.

Não podemos deixar de mencionar que os reservatórios que integram as usinas hidrelétricas do Tietê possibilitam diversas práticas comerciais, além da geração de energia, tais como a irrigação, a navegação hidroviária, o turismo, o abastecimento confiável para os municípios ribeirinhos, a pesca esportiva e profissional e atividades de recreação.

Ao longo do rio Tietê foram construídas muitas barragens com o intuito de se aproveitar o potencial para as usinas hidrelétricas. Com as intervenções humanas ocorridas no Tietê, por outro lado, quase nada resta emerso das cerca de quarenta e seis principais corredeiras, cachoeiras e saltos originalmente existentes. O que levou milhões de anos para se formar, envolvendo espaço de tempo de eras e períodos geológicos, foi totalmente modificado em algumas poucas décadas pela ação do homem.

III.4. Novos elementos geográficos, novos nomes

O Tietê deixou de ser caminho de expedições para o interior do Brasil para tornar-se um grande produtor de energia dentro do Estado. Em 1886, na gestão de João Alfredo, é criada a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo com o objetivo de elaborar mapas e de levantar informações precisas e detalhadas sobre a geografia e geologia do Estado. Acrescenta-se a missão de elaborar relatórios com estimativas do potencial energético dos rios paulistas, como aponta Ohtake (1991, 77):

Em 1905, durante 77 dias, um grupo de técnicos e cientistas chefiados pelo engenheiro Jorge Black Scorrar percorreu um trecho de aproximadamente 370 quilômetros no rio Tietê, entre a Barra do Jacaré Grande e a sua foz, no rio Paraná. A expedição foi promovida pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo que desde 1886, vinha fazendo o levantamento das bacias hidrográficas do estado, realizando as primeiras estimativas do potencial energético das suas quedas d'água. Essa expedição de 1905 que explorou o Tietê e seus principais afluentes é uma das mais interessantes documentações sobre o rio antes das grandes intervenções que ocorreram nele 17.

Quando a Usina de Parnaíba foi construída e o sistema gerador termo-elétrico foi instalado, era necessária uma grande represa para regularizar a vazão do rio. Esta hipótese foi afastada, pois o reservatório afetaria a cidade de São Paulo. Em 1908, foi realizada uma nova concessão, e o Guarapiranga, afluente do rio Pinheiros, viria a transformar-se na Represa Velha de Santo Amaro, depois chamada de Represa Guarapiranga (Silveira: s/d, 4-5).

Ao final do século XIX, 73,23% da energia eram geradas a vapor; 21,87%, de natureza hidráulica. O gás concorria com apenas 0,47%, e 4,29% provinham da geração de eletricidade. Em 1920, a eletricidade já representava 47,20%, pois o rio Tietê, desde 1910, recebeu em Parnaíba os primeiros grandes geradores hidrelétricos do Brasil (02Mw), ampliando-se, até 1912, para 16Mw (Melo: 2001).

Outras concessões foram feitas, e a Light passou a deter o monopólio de geração de eletricidade, abrangendo São Bernardo do Campo, Santo Amaro, Guarulhos, Parnaíba, Sorocaba, São Roque, Ibiúna e Jundiaí. Em 1924 instalou-se a Usina do Rasgão; em 1927, o Projeto Serra levou a construção das represas Billings

_

¹⁷ O documento resultante deste estudo é o por nós utilizado na divisão entre o Tietê de ontem e o de hoje. Para a relação de topônimos registrados, ver Anexos A.

e Rio de Pedras para gerar energia na Usina Henry Borden I, em Cubatão. A represa Billings, em especial, reverteu o curso dos rios Tietê e Pinheiros, bombeando-os para dentro dessa represa e desta serra abaixo. Após 1936, o sistema foi ampliado com a operação da Usina de Porto Góes (idem).

Na época em que lemas ufanistas apareciam na capital paulista, como "São Paulo é o maior parque industrial da América Latina", o rio Tietê e afluentes acompanhavam o progresso participando dos sistemas criados para a obtenção de energia. Muitas das cachoeiras levantadas por Juzarte desapareceram com as usinas hidrelétricas. Além das barragens do Alto Tietê – Salesópolis, Henry Borden, Edgard de Souza, Rasgão e Porto Góes –, há seis grandes barragens que se sucedem ao longo do Médio e do Baixo Tietê até este atingir o rio Paraná – Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava e Três Irmãos.

Organizamos os nomes pelas hidrelétricas estabelecidas no Tietê. Os nomes de alguns dos reservatórios, das barragens e das represas são apresentados em relação ao processo de atribuição dos topônimos.

III.4.1. O processo de translação toponímica

Entre as hidrelétricas estabelecidas no Tietê, a única a receber diretamente o nome da cachoeira aproveitada foi a *usina hidrelétrica Três Irmãos*, entre as cidades de Andradina e Pereira Barreto, pelo uso da queda da *cachoeira de Três Irmãos*, topônimo recorrente em relatos monçoeiros desde a segunda metade do século XVIII. Concluída em 1999, esta é a maior usina construída no rio Tietê e está localizada a 28 km da confluência com o rio Paraná.

O reservatório principal desta usina, igualmente denominado *Três Irmãos*, permitiu a integração com as hidrovias Tietê-Paraná, que possibilitam a navegação de enormes embarcações que transportam insumos para o interior do Brasil e MERCOSUL por meio do *canal artificial de Pereira Barreto*, assim denominado a partir do nome do município no qual foi aberto. É também por meio deste canal que

se interligou o reservatório de Três Irmãos ao de Ilha Solteira, no rio Paraná, permitindo melhor aproveitamento destas usinas¹⁸.

No salto de Avanhandava, um dos acidentes geográficos mais conhecidos do Tietê, senão o mais conhecido, por sua vez, foi construída, em 1921, uma pequena usina aproveitando a queda d'água. Em referência à cachoeira, recebeu o novo elemento geográfico o nome de *Avanhandava*. Em 1947, uma nova usina hidrelétrica é inaugurada na mesma região, visto que a primeira não atendia à crescente demanda energética; o topônimo *usina de Avanhadava* passa a ser utilizado também neste caso.

Um reservatório maior, contudo, já se fazia necessário. Após estudos, verificou-se que um reservatório maior inviabilizaria o uso desta usina, que deveria ser alterada para outro local no Tietê. As obras para a construção da nova usina 25 km rio abaixo, na cidade de Buritama, foram iniciadas em novembro de 1979, e o primeiro grupo gerador entrou em operação em dezembro de 1982. O novo reservatório provocou o desaparecimento do salto de Avanhandava, que ficou submerso. Uma eclusa neste reservatório foi inaugurada em 1991 e foi a primeira construída com duas câmaras, interligadas por meio de um canal intermediário 19.

A esta usina maior atribuiu-se o nome de *Nova Avanhandava*, assim como a eclusa. O topônimo deve-se, portanto, a utilização do antigo referencial – usina de Avanhandava –, e não do salto de Avanhandava, por translação toponímica, acrescido do termo "nova", a fim de diferenciar do outro elemento geográfico idêntico.

As hidrelétricas de *Barra Bonita* e *Rasgão* recebem a denominação em decorrência de elementos geográficos da região, mas não diretamente por translação toponímica do nome destes.

¹⁹ Para outras informações, consultar artigo elaborado pela AES-Tietê, concessionária da usina hidrelétrica Nova Avanhandava. [Disponível em http://www.aestiete.com.br/artigo234.asp. Acesso em 15 julho 2005].

¹⁸ Para maiores informações sobre a hidroelétrica de Três Irmãos e o canal artificial de Pereira Barreto, consultar site da AHRANA – Administração da Hidrovia do Paraná – e da Prefeitura Municipal de Pereira Barreto [Disponível em http://www.ahrana.gov.br/site4/sobre.html e http://www.pereirabarreto.com.br/paginas/index.php?acao=mostrar&num_secao=1101474159&id=1129232969. Acesso em 22 nov. 2007].

Quando o rio Tietê abandona a capital de São Paulo, ele inicia a sua descida rumo a cidade de Itu, e começa a percorrer um traçado sinuoso, esgueirando-se por entre diversas colinas, locais propícios para a construção de barragens. Neste ponto do rio, em uma curva fechada nas proximidades da cidade de Pirapora de Bom Jesus, foi construída, em 1920, a *usina de Rasgão*, aproveitando a corredeira do rio.

A forte e prolongada seca que ocorreu na primeira metade da década de 20 obrigou a Light a racionar o fornecimento de energia elétrica e comprar, a preços elevados, energia gerada por outras empresas. O uso da localidade de Rasgão para o represamento de águas deve-se antes ao grande fluxo deste ponto do que a questões estratégicas para turbinas, gerando diversos problemas ainda na época de construção da usina (Silveira et alli: s/d, 6).

Já a usina hidrelétrica de Barra Bonita, entre as cidades de Barra Bonita e de Igaraçu de Tietê, utiliza o trecho da corredeira do Matão para a formação da queda d'água. Inicialmente, cogitou-se utilizar a corredeira do Banharão, a 3 km daquela, mas se constatou que o local não oferecia condições satisfatórias para a fundação de uma usina.

Estes nomes – Rasgão e Barra Bonita –, apesar de diretamente relacionados a cursos d'água, não constam entre os hidrônimos do Tietê antigo. No século XVIII, em busca de ouro nesta acentuada curva do rio, foi aberta uma fenda para desviar as águas do Tietê e deixar parte de seu leito seco. Devido ao corte formado no solo, a região passou a ser conhecida como *Rasgão*²⁰. *Barra Bonita* é nome de povoado formado às margens do rio Tietê em 1883 (IBGE: 1957, 116). Nenhum destes nomes é hidrônimos, mas nomes de povoações. Os topônimos – *usina de Rasgão* e *usina de Barra Bonita* –, portanto, são decorrentes de nomes de localidade.

O mesmo ocorre no caso de outras hidrelétricas formadas ao longo do Tietê: a *usina de Salesópolis* é construída na cachoeira dos Freires, próximo a cabeceira do rio Tietê, na década de 1910²¹; a *usina Ibitinga*, concessionária da AES, é

²⁰ Para mais informações sobre a *usina hidrelétrica de Rasgão*, consultar site da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. [Disponível em http://www.emae.sp.gov.br. Acesso em 15 julho 2005].

²¹ A Usina de Salesópolis foi desativada em 1988. Em 2001, foram iniciadas análises para reativar a geração de energia e formar um museu vivo sobre a produção energética brasileira nesta usina. Apenas com a Resolução nº 326/05 da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica -, contudo, é autorizada a exploração de energia em Salesópolis. [Disponível em http://www.fphesp.org.br/salesopolis/salesopolis.htm. Acesso em 15 julho 2005].

concluída em 1969, na cidade de Ibitinga. Nestes casos, duas usinas construídas com mais de 50 anos de distância, recebem o nome das cidades nas quais são construídas – *município de Salesópolis* e *Ibitinga*, respectivamente.

III.4.2. Dois casos de binomeação em usinas hidrelétricas do Tietê

Paralelamente à tendência de formação de nomes por translação toponímica, encontramos dois binomes entre os topônimos de hidrelétricas do Tietê: *usina hidrelétrica de Álvaro de Souza Lima ou de Bariri* e *usina hidrelétrica de Mário Lopes Leão ou de Promissão*.

Tanto o nome Bariri quanto Promissão deve-se ao processo de translação toponímica. Como nas ocorrências assinaladas em I.4.1., o referencial para a formação do nome é a cidade no qual as hidrelétricas foram construídas.

No caso de Bariri, entre os municípios de Bariri e Boracéia, uma cachoeira assim nomeada deu origem ao nome da cidade estabelecida às margens do Tietê, em 1890, ano em que a povoação – antes *bairro Tietê* – é elevada a distrito de paz. Esta cachoeira foi aproveitada para a construção da *usina hidrelétrica de Bariri*, concluída em 1969. A usina, contudo, é assim conhecida em decorrência do nome da cidade.

O topônimo *usina hidrelétrica de Promissão*, localizada entre os municípios de Promissão e de Avanhandava, da mesma forma, deve-se ao nome à cidade. Esta hidrelétrica foi concluída em 1977 e é concessionária da AES.

A usina hidrelétrica de Bariri é também conhecida por hidrelétrica Alvaro Pereira de Sousa Lima em homenagem ao engenheiro Souza Lima, nascido no dia 23 de maio de 1890, em Juiz de Fora (MG). Após formar-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo em 1914, trabalhou como engenheiro residente da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na qual chegou ao cargo de diretor. Em 1929, foi sócio-fundador do Instituto de Engenharia de São Paulo, cuja presidência chegou a exercer interinamente de 1930 a 1931.

Em 1944 integrou-se à Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado em setembro de 1942 com o objetivo de assegurar a defesa da economia brasileira

diante dos problemas causados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1947, assumiu o cargo de secretário de Viação e Obras Públicas de São Paulo, sendo nomeado, no ano seguinte, vice-presidente da Comissão do Plano Geral de Viação Nacional, vinculado ao Ministério de Viação e Obras Públicas.

Em janeiro de 1951, foi empossado no Ministério de Viação e Obras Públicas por Getúlio Vargas, eleito presidente em outubro de 1950. Sua administração enfrentou de imediato uma crise provocada pela seca no Nordeste, tendo sido elaborados planos especiais de obras visando atender à população flagelada. Em setembro de 1954, torna-se presidente do Conselho Rodoviário Nacional, passando a dirigir também, a partir de março de 1955, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Em 1957, Souza Lima tornou-se membro do conselho de administração da Central Elétrica de Furnas, após ter representado o governo paulista na direção do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo no ato de constituição da estatal²². Souza Lima integrou o conselho de Furnas até o seu falecimento, em 1968. Nesta época, a usina hidrelétrica de Bariri estava sendo concluída.

Mário Lopes Leão também esteve diretamente empenhado em questões energéticas na administração pública. Considerado o "precursor dos processos de planejamento no setor energético", durante o governo estadual de Lucas Nogueira Garcez foi convidado a assumir, em 1957, o posto de direção da Central Elétrica de Furnas, no mesmo dia em que o então ministro da Fazenda Lucas Lopes autorizou o seu funcionamento. Neste momento, recebe a missão de implantar, organizar e iniciar as obras o mais rápido possível. Foi, também, membro do primeiro conselho diretor do Serviço Municipal de Transportes Coletivos, constituído, por indicação do chefe do Poder Executivo e aprovado pela Câmara Municipal, em 1951 (Revista FURNAS: 2007, 6-15).

Pelos estudos realizados, percebemos claramente dois momentos distintos no que se refere à nomeação dos saltos e cachoeiras. Em um primeiro momento, verificamos a nomeação feita pelos habitantes da terra, com a equivalência feita

²² Para mais informações sobre o engenheiro Álvaro Pereira de Souza Lima, consultar site da AES-Tietê [Disponível em http://www.aestiete.com.br/artigo223.asp. Acesso em 15 julho 2005].

pelos portugueses. A maioria destes nomes não mais existe, estão sob represas e hidrelétricas que hoje ocupam seus lugares.

Notamos, no caso das hidrelétricas do Tietê, que a homenagem a pessoas, comum no caso de atribuição de nomes de elementos geográficos humanos em geral, não é a tendência mais comum para denominação. Ocorre em apenas dois casos e, ainda assim, mantém nomes paralelos.

Enquanto até o século XVIII os hidrônimos do Tietê emprestavam seus nomes às povoações formadas às suas margens, as usinas hidrelétricas formadas sobre acidentes geográficos deste rio recebem, principalmente, denominação por translação toponímica da cidade na qual é construída, a tendência recorrente entre os nomes de usinas estudados.

Quando são construídas as usinas hidrelétricas e as águas de rios represadas, o homem apresenta-se como dominador da paisagem. O referencial, neste caso, não se encontra mais no rio, tanto que os topônimos das antigas cachoeiras e corredeiras não são utilizados, mas nas cidades que necessitam de energia elétrica e aceitam terem sua paisagem alterada.

No próximo capítulo, analisaremos as tendências moderna de atribuição de nomes a partir dos mecanismos legais de normalização da toponímia, no caso de elementos geográficos, em geral, e de hidrelétricas, em particular, no Brasil e no mundo.

CAPÍTULO IV

Créer, utiliser et consigner un nom de lieu c'est en faire un moyen de communication et lui offrir un espace privilégié dans la conscience et la mémoire collectives. (...). En effet, les noms de lieux, comme outils de communication, doivent être soumis à certaines normes, pour assurer qu'ils remplissent correctement leur fonction de localisation et d'orientation, car telle est leur utilité première.

Henri Dorion

IV.1. A legislação do ato de denominar

Na Bíblia, o nome, que também denota reputação ou fama, está sempre associado ao caráter da pessoa: "Vale mais ter um bom nome do que muitas riquezas" (Pv. 22: 1).

O nome sempre teve importância para todos os povos desde o começo da civilização. A imprescindibilidade do nome foi reconhecida, desde os tempos mais remotos. Cada pessoa tinha o próprio nome e não o transmitia aos descendentes, pois era uma identificação pessoal e não de grupo ou de família.

No antigo Egito, o nome era de importância vital para o indivíduo. Acreditavase que ele tinha uma espécie de poder mágico capaz de decidir o próprio destino da
pessoa (Vercoutter: 1980). Para os hindus, o nome designa a natureza real de um
ser e o conhecimento de uma realidade transcendental. Na religião islâmica, o nome,
especificamente o Grande Nome (Alah), é concebido como tendo um grande poder
transformador. No judaísmo, o nome de Deus é de tal forma reverenciado que
nenhum judeu praticante deve pronunciá-lo. Entre os celtas, qualquer nome era
grandemente valorizado. Somente o druida é quem poderia escolher o nome de uma
pessoa ou de um lugar. Entre os semitas, de um modo geral, o nome era algo que
exprimia a própria pessoa:

Os orientais, principalmente os chineses acreditam que todas as pessoas possuem certa "função" na vida. A função é algo mais simples que uma "missão". A função de uma pessoa é o papel que ela vai desempenhar na vida comunitária. Os orientais acreditam também que o nome da pessoa

deve ser coerente com a função que ela vai desempenhar na vida. Quando nasce uma criança, o grande desafio dos pais é descobrir logo a "função" que esse recém nascido vai desempenhar na vida, pois a escolha do nome deve ser feito em coerência com isso. Para isso existe o costume de, ao nascer uma criança, imediatamente um monge ser convocado para descobrir a função daquela criança e, assim, dar-lhe um nome. Esse ritual é conhecido como Cerimônia do Anúncio do Nome e é praticado em quase todos os países do leste asiático²³.

Para os povos indígenas, o nome expressava o caráter e os atributos de seu possuidor. Na concepção guarani, o que determina o nome é justamente a região de onde vem a alma da criança, não sendo jamais uma decisão arbitrária dos pais. Cada região do "zênite" possui determinados aspectos, assim como seus moradores. A origem do nome permite prever um pouco do percurso futuro dessa criança que ainda sequer nasceu. E, ao saber sua origem, que sempre é dada pelo próprio filho por meio de sonhos dos pais, revelam-se as qualidades, as características individuais, os gostos, jeito de ser e possíveis caminhos a serem percorridos pela criança (Borges: 2002).

Entre os indígenas Mbya²⁴, o processo de batismo do nome se atém fundamentalmente às mesmas normas. Quando o menino não possui nome, está sujeito à cólera, raiz de todo o mal: "Somente quando se chame pelos nomes que nossos Pais da palavra lhe damos, deixarão de encolerizar-se." Este nome é parte integrante da pessoa e é designado com a expressão 'ery mo' ã a', "aquele que mantém de pé o poder de dizer" (Cadogan: 1992).

Em Roma, o nome era bastante complexo. Os elementos que entravam em sua composição eram, por assim dizer, o gentílico, usado por todos os membros da mesma *gens*, e o prenome, ou nome próprio de cada pessoa. Com a invasão dos bárbaros, conforme Monteiro (2003), a população foi se tornando cada vez mais densa. Com isso, começaram a surgir confusões entre as pessoas com o mesmo nome e pertencentes a famílias diversas. Para distingui-las, recorreu-se ao emprego de um sobrenome. Este sobrenome, a princípio, era individual e não se transmitia hereditariamente. Depois, por conseguinte, começara a passar de pai para filho. Este é o seu caráter na atualidade.

²³ Artigo intitulado "Feng Shui, A Importância do Nome" [Disponível em http://www.arteplural.com.br/ index.htm?/fengshui/nome.php>. Acesso em 23 nov. 2005.]

Os Guarani contemporâneos que vivem no Brasil podem ser classificados em três grandes grupos – Kaiová, Nhandeva, Mbyá –, conforme as diferenças de costumes e de práticas rituais.

O nome, ao lado do estado civil e do domicílio, é um dos elementos que individualizam a pessoa na sociedade, sendo um dos mais importantes direitos da personalidade. Como os demais direitos, o direito à identidade pessoal caracterizase por ser um direito absoluto, inalienável, imprescritível, irrenunciável, impenhorável, intransmissível, sendo, portanto, personalíssimo.

Do ponto de vista jurídico é essencial, pois é com ele que o indivíduo adquire bens, participa de associações, abre contas bancárias e tira documentos de identidade. É composto de duas partes: o prenome (que é nome próprio) e o patronímico, ou nome de família, mais conhecido por sobrenome, que é adquirido por filiação, casamento ou via processo de paternidade. Desta forma, o nome tem tanto importância social como também importância legal.

Esta importância não se refere somente aos nomes das pessoas, mas também ao nome de países. Os homens, para delimitar território, comumente se utilizam de marcos naturais como rios, montanhas e outros. O aparecimento da escrita leva à fase dos documentos, fazendo com que as posses fossem registradas. Esta característica é, inclusive, a que define as primeiras sociedades tidas como civilizadas; egípcios, mesopotâmicos, fenícios, cretenses, hebreus e outros são assim considerados porque se utilizavam da escrita para registrar sua história e atos jurídicos.

Terras recém-descobertas eram em pouco tempo nomeadas pelos seus descobridores. Esta postura colonial revela que a oficialização de nomes tem importância para garantir primazia de descobertas. Além disso, os nomes dados aos espaços eram registrados para que se pudesse exercer um controle político, comercial e tributário sobre os subordinados. Nomear o espaço e, posteriormente, registrá-lo foram essenciais para a evolução da civilização moderna.

Temos o exemplo do Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494 em Tordesilhas (Espanha) para registrar e publicar mundialmente o ato jurídico e o acordo político entre Portugal e Espanha sobre as novas terras descobertas e as que viessem a descobrir. Os cartógrafos eram responsáveis pelos esboços de caminhos percorridos pelas caravelas, de mares e de contornos terrestres, os quais, mais tarde, originariam os primeiros mapas, considerados como documentos

importantíssimos tanto para o comércio, como para a conquista, expansão e posse das terras além-mar.

Expedições foram enviadas mais tarde, pelo rei português, à nova terra, com o objetivo da colonização. Todos traziam consigo registradores enviados especificamente pelo Governo Luso para notificá-lo dos fatos e dos atos e para que os registros servissem como garantia de posse e de domínio da parte do Novo Mundo.

Por ter o rei Dom Manoel herdado um erário vazio e a Fazenda Real bastante arruinada, decidiu que a ocupação da colônia deveria ser efetuada pela iniciativa privada. Em 1530, por meio de *Carta Régia*, Martim Afonso de Souza foi nomeado o primeiro delegado com a competência para distribuir terras que fosse descobrindo. Pouco tempo depois, Dom João III enviou-lhe outra carta informando o novo destino do Brasil e imputou-lhe a função de colonizar a nova terra portuguesa e administrar as quinze grandes partes em que fora dividida a nova terra, chamadas Capitanias Hereditárias, que passam a ser doadas a partir de 1534.

Foram as principais Capitanias Hereditárias e seus respectivos donatários²⁵: São Vicente (Martim Afonso de Sousa); Santana, Santo Amaro e Itamaracá (Pêro Lopes de Sousa); Paraíba do Sul (Pêro Gois da Silveira); Espírito Santo (Vasco Fernandes Coutinho); Porto Seguro (Pêro de Campos Tourinho); Ilhéus (Jorge Figueiredo Correia); Bahia (Francisco Pereira Coutinho); Pernambuco (Duarte Coelho); Ceará (António Cardoso de Barros); e de Baía da Traição até o Amazonas (João de Barros, Aires da Cunha e Fernando Álvares de Andrade). Dos nomes que foram dados à época da doação, de motivos religiosos ou de procedência indígena, já existentes na região, muitos ainda existem como nomes de Estados da Federação, outros como nomes de cidades.

Em outros casos de colonização, cidades e países tiveram seus nomes dados em homenagens a grandes figuras da história mundial, como, por exemplo, a capital dos Estados Unidos da América. Em 1785, o Congresso permitiu que George Washington escolhesse um local ao longo do rio Potomac. Ele escolheu um terreno

²⁵ Para maiores informações a respeito das Capitanias Hereditárias, consultar artigo "Sistema das Capitanias Hereditárias, os donatários, a administração do Brasil Colonial, divisão do território brasileiro, as dificuldades e problemas enfrentados, o Governo-Geral". Disponível em http://www.historiadobrasil.net/capitaniashereditarias/>. Acesso em 10 fev. 2006].

plano, localizado entre Maryland e Virgínia. O nome Washington, D.C. foi escolhido em homenagem ao primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington. O distrito "Columbia", EUA, igualmente, é atribuído por homenagem, em 1792; neste caso, trata-se de uma referência a Cristóvão Colombo, porque, quando fundado o distrito, completavam-se trezentos anos da famosa viagem do navegador genovês.

O argentino Edgardo Otero (2006) descreve como vários países vieram a ter seus nomes:

- . Barbados: no começo do século XVI, os primeiros exploradores espanhóis que chegaram a essa ilha caribenha notaram a grande quantidade de certo tipo de figueira a *Ficus barbata*²⁶ que gerou o nome de "Isla de las Higueras Barbadas". A seguir, o nome foi reduzido para "Barbados".
- . Irã: antes do século XVIII a.C. até próximo do século X a.C., essa região da Ásia foi povoada por etnias diversas. Para seu nome, juntou-se o termo "arianos" que, proveniente do sânscrito "Ayriana", significa "nobres". Desta palavra, derivam "iranianos" e "Irã". O atual Irã pertencia à Pérsia, cujo nome original deriva do grego em homenagem a Perseu, herói mitológico.
- . Uruguai: exploradores espanhóis, em 1516, encontraram do lado oriental do rio da Prata um território habitado por índios, dentre eles os charruas, que demonstravam muita bravura, firmeza na defesa de sua terra e apego à sua liberdade. A bravura destes índios destemidos deu origem à expressão "garra charrua", porém o nome da atual República Oriental do Uruguai parece ter vindo da palavra guarani "Uruguá" que significa "caracol do mar" ou "caracol da água" e a terminação "i" ou "y", "água" ou "rio", donde "rio dos caracóis".

A partir destes exemplos, verificamos que o nome de um país o torna único, o individualiza, o coloca no mapa, porém o nome não tem apenas significado histórico, ele implica a cultura, os ideais, os anseios daqueles que o habitam e, também, os ideais de liberdade deste povo.

²⁶ O nome é devido, provavelmente, às figueiras que tinham raízes compridas que pareciam barba - *Ficus barbata* ou *Ficus citrifolia*.

No recente pronunciamento do presidente de Taiwan²⁷, notamos estes valores. Chen Shui-bian²⁸ declarou a "morte" da República da China, nome oficial de Taiwan. Chen pediu, em conferência de imprensa, ao partido da oposição Kuomintang (KMT), para reconhecer que o "nome República da China é inaceitável na comunidade internacional", pois o Exército e o Governo Nacionalista chinês, liderados por Chiang Kai-shek, ocuparam Taiwan pela força.

Posturas como esta vêm ao encontro da prática de países que conquistam a independência e mudam os nomes para afastarem o estigma de colônia. Entre eles, temos:

- . Burkina Fasso: país africano, que fazia parte de um território chamado Sudão e que, explorado pelos franceses, recebeu o nome, por parte desses, de "Haute Volta" (em português, Alto Volta), em alusão ao rio Volta e ao território localizado em sua parte norte. "Volta", por sinal, foi o nome dado a este rio por causa de um visitante português que tinha desejo de retornar a sua terra natal. Depois de sua independência, em 1960, esse país seguiu como Alto Volta até que, em 1984, na tentativa de remover parte da herança colonial, trocou o nome. "Burkina", no idioma maore, significa "dignidade" ou "integridade", e "Fasso", da língua dioula, traduz-se como "casa paterna".
- . Singhala ou "Ilha do Leão" foi batizada pelos portugueses como Ceilão. Este nome, com o qual o país ascendeu à independência, foi alterado em 1972 para Sri Lanka que significa "Ilha Resplandecente" ou "Ilha Sagrada".
- . Myanmar adotou o atual nome em 1989, a partir da redução de seu nome (em birmanês, *Pyidaungzu Myanma Naingngandaw*, "União de Myanmar"), em detrimento ao antigo nome de Birmânia e de Burma.
- . A colônia da Rodesia recebeu este nome, em 1895, em homenagem a Cecil Rhodes, que promoveu a sua constituição. Após a independência, em 1980, tomou o nome de Zimbabwe que, em português, significa "Casa de Pedra".

²⁸ Chen Shui-bian fez campanha para conseguir o reconhecimento internacional da independência de Taiwan.

_

²⁷ A reportagem intitulada "Chen Shui-bian "declara a morte" da República da China" foi publicada no Jornal Hoje de Macau. [Disponível em http://www.hojemacau.com/news.phtml?id=25569&today=12-10-2007&type=politics. Acesso em 20 nov. 2007].

As questões que diziam respeito às comunidades e às línguas em conflito foram vistas nos dois capítulos anteriores e neste capítulo, vamos examinar a postura legal frente ao ato de nomear; assim, vamos discutir políticas de normalização da toponímia e concluiremos esse capitulo com a apresentação de duas propostas de leis, para nomeação de Hidrelétricas e denominação de logradouros e bens públicos.

IV.1.1. Nações Unidas e o uso da toponímia²⁹

A globalização e as facilidades de comunicação fazem com que os países se conectem com mais facilidade, porém essa mesma facilidade evidencia vários problemas relacionados pela ONU desde o início do século XX. Entre eles, reivindica-se a normalização da prática de indicar nomes em cartas geográficas e em documentos jurídicos, fundamental em diversos campos, tais como gestão, meio ambiente, operações de manutenção da paz e ajuda econômica.

A ortografia e a aplicação de nomes que designam cidades, extensão da terra e os cursos d'água devem ser claros, precisos, atualizados e sem ambigüidade. A eficácia das comunicações depende da indicação correta desses nomes em cartas geográficas e documentos oficiais. Um uso inexato pode prejudicar estes trabalhos.

O uso de diversas ortografias para um mesmo topônimo, mudanças freqüentes de nomes, a aplicação de um mesmo nome a mais de um elemento geográfico e a aplicação de diversas denominações a um mesmo elemento geográfico não são os únicos problemas que trazem obstáculos a uma comunicação eficiente.

O mais complicado é que os nomes são expressos em diversos sistemas de escrita, por exemplo, em árabe, em chinês, em cirílico, em hebraico ou em japonês. Há muitas maneiras de converter estes alfabetos em caracteres latinos, mas isto não resolve o problema, já que, inevitavelmente, a romanização dos topônimos gera

²⁹ Ver, especialmente, os *Bulletin d'information toponymique*, relatórios elaborados pelo GENUNG a partir de reuniões realizadas em Nova Iorque, em 1994, e em Genebra, em 1996. [Disponível em http://www.divisionfrancophone.org/DivFranco/dfbulletin2.htm. Acesso em 07 de novembro de 2007].

diversas grafias de um mesmo nome, como Jenissei, lenisseï e Yenisey para um único rio na Rússia.

Assim, jornalistas e o público em geral podem não compreender que Bassora, Basra e Al- Bassrah são empregados para designar um mesmo lugar em transcrições diferentes de um nome de origem árabe, ou Cape Town, Kaapstad, Ekapa, Le Cap, Kapstadt et Kapkaupunki são utilizados indiferentemente, mesmo em textos redigidos em mesma língua.

Em 1996, diante de tais dificuldades, em seminário realizado a fim de solucionar a problemática de apresentação dos topônimos de países africanos francofones, concluiu-se unanimemente que, diante da diversidade de idiomas e de nacionalidades, eram necessárias a fixação de princípios gerais de transcrição dos nomes e a elaboração de uma gestão uniforme da toponímia.

Desta forma, uma normalização nacional decisiva deveria fixar os processos de transcrição ou de transliteração dos nomes, com o objetivo de chegar a um topônimo único, sem variações gráficas. A divulgação destes nomes é uma preocupação dos estudiosos presentes no seminário; então uma base de dados toponímicos é entendida como indispensável para a difusão das formas normalizadas.

Algumas medidas, contudo, deveriam preceder a estas ações, como a elaboração de um inventário geral dos nomes registrados em cartas e a formação de uma gestão histórica, a fim de conversar os antigos nomes, garantindo-se, assim, o vínculo entre os topônimos e as sociedades nas quais se encontram inseridos:

A l'heure de l'expansion des moyens de communication à l'échelle mondiale, la préservation de l'identité et de la culture d'un pays passe par la reconnaissance de sa toponymie en tant qu'élément constitutif de son patrimoine, et par la normalisation de celle-ci, seule capable d'en assurer la pérennité³⁰.

Para procurar solucionar estas dificuldades de apresentação dos topônimos sem deixar de atender a particulares de cada cultura, a ONU criou vários organismos engajados na normalização dos nomes a fim de garantir as comunicações nacionais e internacionais e incentivar a criação de comissões em cada país. Entre aqueles

_

³⁰ Ver, especialmente, o boletim elaborado em julho de 1998 [Disponível em http://www.divisionfrancophone.org/DivFranco/dfbulletin8.htm. Acesso em 07 de novembro de 2007].

órgãos, temos o GENUNG (Grupo de especialistas das Nações Unidas para nomes geográficos).

Este grupo, composto por geógrafos, lingüistas e historiadores, mantém um programa que visa:

- . Encorajar a criação, em cada país, de uma autoridade responsável pela normalização dos nomes nacionais, dando particular atenção aos países com regiões multilíngües e a nomes utilizados por povos autóctones;
- . Oferecer cursos de formação em países que desejam criar uma autoridade nacional encarregada de gerenciar os nomes geográficos;
- . Promover o uso de nomes normalizados em escala nacional para cartas e em documentos; favorecer a difusão de nomes normalizados para a publicação de repertórios geográficos nacionais (listas alfabéticas de nomes, acompanhadas de coordenadas geográficas e de outros dados);
- . Promover a fixação de sistemas automatizados de tratamento de dados e a troca de tecnologia entre países;
- . Encorajar países a colocar na normalização dos nomes em relação às entidades transfronteiriças.

Desde 1967, quando ocorreu a primeira conferência sobre nomes geográficos, resultados são identificados em diferentes países, entre os quais se destacam o crescente número de países que dispõe de programas de normalização e de formação em toponímia; a publicação de diretrizes e de repertórios geográficos nacionais em alguns países, com a adoção, em geral, de sistema de romanização de nomes geográficos escritos em outros alfabetos; e o desenvolvimento de bases de dados numéricas de topônimos e de um primeiro glossário e metodologia para a coleta destes nomes.

No mundo virtual, com idêntica função, temos o ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers)³¹, que foi criada em 1998 para manter a estabilidade e a segurança dos sistemas de identificadores exclusivos da Internet.

³¹ ICANN é o órgão responsável pela coordenação global dos sistemas de Internet para a criação de identificadores únicos. [Disponível em http://www.icann.org/. Acesso em 07 de novembro de 2007].

Esta corporação tem também como preocupação a questão de políticas relativas ao uso de termos geográficos e geopolíticos em nomes de domínio.

Ajuda, assim, a viabilizar um ambiente no qual mais de 700 milhões de usuários convivem diariamente; com capacidade de resolução universal, resolve problemas correntes na comunidade internacional da Internet assim que estes surgem, criando discussões muito complexas. Sem pretender interferir em quaisquer futuras discussões, políticas gerais ou normas internacionais nessa área, o GAC, Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais da ICANN, concorda que ICANN e os registros devem tomar medidas locais para evitar conflitos previsíveis.

O GAC entende que o uso de nomes de países e economias distintas, reconhecidas em foros internacionais como domínios de segundo nível no TLD.info (top-level domain), deve ficar a critério dos respectivos governos e autoridades públicas. Estas entidades, portanto, procuram somente orientar, dar um padrão e prestar esclarecimentos, deixando para os países-membros a normalização do uso de seus termos, obedecendo suas próprias peculiaridades.

Não se pode falar em relações internacionais sem falar em Internet, hoje grande parte das comunicações globais se realiza no mundo virtual. Como já mencionamos, 700 milhões de pessoas diariamente buscam interação nos vários campos do conhecimento, isto mostra o quanto é que a falta de uma normalização acaba prejudicando as comunicações internacionais, sentida mais claramente no domínio virtual pela multiplicidade de culturas que se encontram.

Esta questão é muito mais problemática do que parece ser, e a normalização dos processos de atribuição e alteração de nomes é algo complexo dentro de um mesmo país. Quando se trata de vários países a tarefa se torna quase hercúlea, Por esse motivo, as Nações Unidas mantém organismos engajados na normalização dos nomes para garantir as comunicações mundiais.

Neste capítulo vamos apresentar duas diferentes políticas de normalização dos nomes em países diferentes, como Portugal e Canadá, depois, apresentaremos a legislação do Brasil na área de denominação.

IV.1.2. Exemplos da legislação no mundo

Tomemos, como exemplo, a aplicação de legislação para a normalização de topônimos de dois países, um europeu, Portugal, e outro americano, Canadá, para demonstrar as diversas maneiras de como a toponímia pode ser entendida.

IV.1.2.1. A política de atribuição e alteração de topônimos em Portugal³²

Em Portugal existem regras muito claras guanto o uso da toponímia para a denominação de lugares. O cuidado na escolha dos topônimos tem como pretensão que os topônimos estejam intimamente ligados aos valores culturais e sociais das populações portuguesas, refletindo e perpetuando a importância histórica, entre outros, de fatos, pessoas, eventos e lugares.

A Constituição de Portugal em seus artigos 112.º, nº. 8 e 241.º dá autonomia aos poderes locais para que legislem sobre matérias que não estejam reservadas aos órgãos de soberania. O Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de setembro, estabelece as competências dos Órgãos Municipais e Freguesias. Os artigos 53, nº 2 a 4 e 64, nº 6 permitem a apresentação de propostas e pedidos de autorização à Assembléia Municipal sobre matéria regulamentar, de organização e de funcionamento, sob proposta da Câmara.

De acordo com este Decreto-Lei é de competência municipal criar e aprovar regulamentos de toponímia e numeração de polícia. Esses Regulamentos

³² Para a elaboração deste item, utilizamos, especialmente, a Constituição de Portugal [Disponível

Loures [Disponível em http://www.cm-loures.pt/doc/], Mafra [Disponível em http://www.cm-mafra.pt/ camara/RegulamentoToponimia.pdf], Mirandela http://www.cm-mirandela.pt/index.php?oid=5588]. http://www.cm-penafiel.pt/NR/rdonlyres/D394A899-C8B5-456A-BE35-[Disponível em 9C9528268A1E/11794/RegulamentodeTopon%C3%ADmia1.pdf], Porto de Mós [Disponível em http://www.municipio-portodemos.com/regulamentos/Regulamento Municipal de TOPONIMIA.htm], Rio Maior [Disponível em http://www.cm-riomaior.pt/NR/rdonlyres/E9467AD2-486B-42A8-922C-

6FF9A31C3FE9/0/REGTOPONIMIA.pdf] e Tavira [Disponível em http://www.cm-tavira.pt/docs/ regulamentos/Reg mun toponimia num policia.pdf]. Acesso em 19 set. 2007].

em http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Portugal/Sistema_Politico/Constituicao/], o Decreto-Lei nº em http://www.freguesiasdeportugal.com/legislacao/169-99.htm] e [Disponível Regulamentos dos municípios de Albufeira [Disponível em http://toponimia.cm-albufeira.pt/], Caldas da Rainha [Disponível em http://www.cm-caldas-rainha.pt/portal/page/portal/PORTAL_MCR/GERAL/ MUNICIPIO/TOPONIMIA/Regulamento%20de%20Topon%C3%ADmia%20e%20Numera%C3%A7% C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADcia.pdfl, Grândola [Disponível em http://www.cm-grandola.pt/ document/683013/815505.pdf], Figueira da Foz [Disponível em http://figueiradigital.ficheirospt.com/ municipe/2003-Reg Toponimia.pdf], Leiria [Disponível em http://cmleiria.wiremaze.com/document/ 797080/819860.pdfl, Lisboa [Disponivel em http://www.cm-lisboa.pt/docs/ficheiros/Reg30 074.html],

estabelecem a denominação de ruas e de praças das povoações, bem como a numeração dos edifícios. Com poucas variações, os municípios criam regulamentos definindo os termos geográficos, estabelecem quantos membros devem compor a Comissão Municipal de Toponímia, ponderam a autonomia desta Comissão frente à Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias e criam normas para emplacamento de ruas e numeração dos prédios.

Quanto aos termos geográficos, tomemos alguns exemplos de definições dadas para alameda, avenida, caminho e beco. No Regulamento do município de Albufeira, encontramos:

Alameda – via de circulação com arborização central e/ou lateral, onde se localizam importantes funções de estar, recreio e lazer. É um elemento da tipologia urbana que, devido ao seu traçado uniforme, à sua extensão e perfil, se destaca da malha urbana, sendo muitas vezes um dos seus principais elementos estruturantes;

Avenida – espaço urbano público com traçado uniforme, extensão e perfil francos, que pode confinar com uma praça. Com dimensão (extensão e secção) superior à rua, mas hierarquicamente inferior à alameda, poderá reunir um maior número e ou diversidade de funções urbanas, tais como comércio e serviços, em detrimento das funções de estadia, recreio e lazer;

Beco/cantinho – o mesmo que impasse, constitui uma via urbana estreita e curta sem intersecção com outra via, normalmente sem saída;

Caminho – faixa de terreno que conduz de um lado a outro, pavimentado ou não, podendo o seu traçado ser sinuoso e o seu perfil exíguo. Habitualmente associado a meios rurais ou pouco urbanizados, o seu traçado pode não ser ladeado por construções nem dar acesso a aglomerados urbanos.

Em Mirandela, a denominação das vias e dos espaços públicos do Concelho deve atender às seguintes classificações:

Alameda: Via de circulação com arborização central, fazendo parte de uma estrutura verde de caráter público, onde se localizam importantes funções de estar, recreio e lazer;

Avenida: Rua larga, geralmente com separador central;

Beco: Rua estreita e curta, muitas vezes sem saída;

Caminho: Faixa de terreno que conduz de um a outro lado, geralmente não pavimentado, podendo o seu traçado ser sinuoso e o seu perfil exíguo, estando, geralmente, associado a meios rurais ou pouco urbanos, podendo não ser ladeado nem dar acesso a ocupações urbanas.

Em Mafra, para efeitos do Regulamento, consideram-se as seguintes definicões e classificações:

Alameda: Via pública de circulação animada, fazendo parte de uma estrutura verde de caráter público onde se localizam importantes funções de estar, recreio e lazer. É uma tipologia urbana que, devido ao seu traçado uniforme, à sua grande extensão e ao seu perfil franco, se destaca

da malha urbana onde se insere, sendo muitas vezes um dos seus principais elementos estruturantes;

Avenida: o mesmo que a alameda, mas com menor destaque para a estrutura verde, ainda que a contenha. O traçado é uniforme, a sua extensão e perfil francos (ainda que menores que os das alamedas). Hierarquicamente imediatamente inferior à alameda, a avenida poderá reunir maior número e/ou diversidade de funções urbanas que esta, tais como comércio e serviços, em detrimento das funções de estadia, recreio e lazer; Poder-se-á dizer que se trata de uma via de circulação mais urbana que a alameda.

Beco: Rua estreita e curta, muitas vezes sem saída.

Caminho municipal: Via pertencente à rede rodoviária municipal de hierarquia inferior à estrada municipal.

Caminho vicinal: Segundo o Decreto-Lei n.º 34593/45, de 11 de Maio, são caminhos públicos rurais, a cargo das Juntas de Freguesia, de ligação entre lugares, admitindo-se que nestes caminhos não existem passeios públicos, e destinam-se ao trânsito rural.

Como verificamos nas definições acima, as caracterizações dos espaços geográficos são praticamente as mesmas, salvo pequenas variações não significativas. A busca, ao máximo, por precisar a terminologia geográfica do país evidencia o quanto Portugal é normativo.

É de praxe designar, entre os primeiros artigos dos Regulamentos, uma Comissão Municipal de Toponímia. Trata-se de um órgão das Câmaras responsável por levantar e analisar os nomes de lugar da região e normalizá-los.

A composição das Comissões de Toponímia varia de município a município. Em Tavira, por exemplo, é formada por vereadores, estudiosos da Universidade do Algarve³³, representantes da comunidade e, como secretário, um funcionário do Departamento de Urbanismo. A Comissão de Toponímia de Leiria é composta por vereadores, representantes das Juntas de Freguesia e um técnico do Departamento de Urbanismo. Em Penafiel, o destaque é dado visivelmente à comunidade, tendo por membros representantes entidades culturais oficiais — Pelouro da Cultura, Departamento de Gestão Urbanística, Departamento de Serviços Técnicos e Ambiente, Museu Municipal e Juntas de Freguesia —, um cidadão reconhecidamente estudioso sobre Penafiel, designado pelo Presidente da Câmara, um representante de cada partido político e um secretário proveniente da Divisão Administrativa da Câmara Municipal.

As justificativas dos Regulamentos tendem a focalizar a importância da toponímia para a localização dos lugares. O de Penafiel aponta para a necessidade

³³ No caso de a Universidade do Algarve não indicar um representante, a Comissão de Toponímia de Tavira pode dar continuidade aos seus trabalhos sem a presença do estudioso.

de criar-se uma gestão para disciplinar tanto a toponímia quanto a numeração dos prédios; não se faz qualquer remissão ao seu valor cultural.

O Regulamento de Leiria tem por fundamento a busca por um "eficiente sistema de referenciação geográfica que o homem necessita", mas não deixa de apontar os nomes de lugar como um depositário de manifestações culturais, as quais entende que devem ser estáveis. Neste sentido, a criação de uma legislação para a toponímia é vista como conseqüência da expansão demográfica e da necessidade de criar uma gestão clara que norteie a atribuição de nomes e de numeração de prédios.

Já pelo Regulamento de Grândola, revelam-se consciência da importância da toponímia como registro histórico e reflexão acerca das mudanças possíveis de nomes ao longo do tempo:

Definida etimologicamente como o estudo histórico ou linguístico da origem dos nomes próprios dos lugares, a Toponímia, para lá da sua importância enquanto ele mento de identificação, orientação, comunicação, e localização de imóveis, é também reveladora da forma como o Município encara o património cultural.

Na medida em que reflectem sentimentos e personalidades de pessoas, e memorizam valores, acontecimentos, figuras de relevo, épocas, usos e costumes, os nomes de freguesias, localidades, lugares de morada e outros, devem ser escolhidos, atribuídos e alterados, com base em critérios de rigor, coerência e isenção.

Ainda que influenciadas pelas alterações históricas e sociais, as designações toponímicas, tal como endereços e numerações de polícia, devem ser atribuídas em tempo oportuno, manterem-se estáveis, e não dependerem de critérios subjectivos e factores de circunstância.

Este Regulamento contempla também considerações acerca da questão oficial dos designativos. Assim, entende-se que o emplacamento de logradouros e que a numeração de casas devem ser tratados pelo grupo responsável pelas questões toponímicas. Para a Câmara Municipal de Grândola, a inexistência de nomes para os arruamentos acaba por "prejudicar pessoas e instituições e degradar a imagem do Município"

De modo geral, verificamos as seguintes competências das Comissões de Toponímia:

. proceder ao levantamento dos topônimos existentes, sua origem e justificação e indicar a localização dos topônimos;

- . propor a denominação de novos arruamentos ou a alteração de já existentes, de acordo com a respectiva localização e importância, seguida por parecer;
- . elaborar estudos sobre a história da toponímia local e publicar os elaborados;
- . colaborar junto aos estabelecimentos de ensino do município para a edição de materiais didáticos para os jovens sobre a história da toponímia de zonas históricas ou de áreas onde as escolas se inserem.

Ressaltamos que estas atribuições listadas indicam as competências comumente atribuídas às Comissões Municipais de Toponímia. Há variações, contudo, quanto à autonomia para o desempenho destas funções. Em Penafiel, por exemplo, é de responsabilidade das juntas de freguesia a emissão de lista de topônimos, com localização e histórico dos nomes, por solicitação da Câmara Municipal. A atribuição de nomes é competência da Câmara Municipal, sendo ouvida a junta de freguesia correspondente³⁴; assim como garantir a existência de um acervo toponímico, em colaboração com o Departamento de Cultura, paralelamente à elaboração de planta dos principais centros urbanos. À Comissão Municipal de Toponímia de Penafiel, cabe, em especial, a proposição de novos de arruamentos e topônimos e a alteração dos existentes, a elaboração de um estudo sobre a história da toponímia de Penafiel e a organização das informações do acervo toponímico da cidade, cuja apresentação deve ser organizada por freguesias.

As Comissões de Toponímia de Tavira e Leiria, por outro lado, são responsáveis pela proposição de novos topônimos ou a alteração dos existentes, apresentadas justificativas e localização. No caso da Comissão de Tavira, concorre também a indicação de novos arruamentos ou da alteração de antigos, sendo que se ouve a manifestação de juntas de freguesia da área na qual se pretendem criar ou alterar arruamentos ou topônimos. O mapeamento, o levantamento do histórico, a divulgação dos topônimos e a elaboração de um acervo toponímico são funções igualmente atribuídas à Comissão de Toponímia de Tavira, competindo à Câmara Municipal oficializar o novo topônimo e elaborar e a afixar as placas de denominação de ruas. Em Leiria, a Comissão de Toponímia deve ser ouvida no caso de a Câmara Municipal propor novos nomes ou alterações dos existentes, e, a fim de divulgar os

 $^{^{34}}$ Se a Junta de Freguesia não se manifestar em 30 dias, o topônimo torna-se oficial.

topônimos da região, espera-se que um estudo da toponímia seja elaborado e publicado na forma de material didático.

Mesmo as possibilidades de alterações são vistas de maneiras diversas nos diferentes Regulamentos. Em Grândola, só se entendem nomes homônimos no caso possuírem os mesmos termos geográficos e localizarem-se em uma mesma freguesia. A alteração de topônimos existentes em Figueira da Foz, Penafiel, Porto de Mós e Loures só se justifica no caso de reconversão urbanística ou de nomes que prejudiquem os interesses públicos ou dos munícipes ou comprometam a identificação do lugar. Nestes casos, é preocupação vigente a divulgação da alteração. Em Figueira da Foz, especialmente, exige-se a manutenção de uma placa em referência ao topônimo anterior.

No caso de Lisboa, as competências da Comissão de Toponímia são diferenciadas, detendo uma maior carga de atribuições:

- . propor à Câmara a denominação de novos arruamentos ou a alteração dos actuais;
- . elaborar pareceres sobre a atribuição de novas designações a arruamentos ou sobre a alteração das já existentes, de acordo com a respectiva localização e importância;
- . propor a realização de protocolos ou acordos com municípios de países com quem Portugal mantenha relações diplomáticas, com vista a troca de topónimos, em relações de reciprocidade;
- . definir a localização dos topónimos;
- . proceder ao levantamento, por freguesia, dos topónimos existentes, sua origem e justificação;
- . elaborar estudos sobre a história da toponímia em Lisboa;
- . colaborar com Universidades, Institutos, Fundações, Associações e Sociedades Científicas no estudo e divulgação da toponímia;
- . publicitar, através de edições, os estudos elaborados;

- . colaborar com as escolas da Cidade, editando materiais didácticos para os jovens sobre a história da toponímia de zonas históricas ou das áreas onde as escolas se inserem;
- . garantir, em colaboração com o Departamento de Cultura, a existência de um acervo toponímico da Cidade de Lisboa.

Quanto aos topônimos é de consenso que deverão:

- . ter caráter popular e tradicional;
- . provir de nomes de países, cidades, vilas e aldeias, nacionais ou estrangeiros, que por algum motivo estejam ligados ao Município;
- . reportar-se a datas com significado histórico-cultural para a vida do Município ou do país;
- . ser antropônimo de figuras de relevo local, nacional ou mundial.
- . não se atribuirão antropônimos de personalidades, sem ter decorrido um ano da data da sua morte, exceto se estas se tiverem destacado excepcionalmente na vida política, associativa ou outras de relevo.
- . as designações toponímicas do Município não poderão, em caso algum, ser repetidas na mesma localidade³⁵.

Alguns municípios, como Penafiel, recomendam, especialmente no caso de novos aglomerados humanos, que se nomeie os logradouros por motivações toponímicas, gerando, desta forma, uma padronização de nomes. No Regulamento do município de Mafra, por exemplo, definem-se regras para a escolha de topônimos baseados, principalmente, nos seguintes conjuntos de designações:

- a) Antroponímicas: Topônimos derivados de nomes de pessoas;
- b) Arqueotoponímica: Topônimos derivados de nomes de sentido arqueológico;
- c) Fitotoponímica: Topônimos derivados de nomes de plantas;
- d) Geotoponímica: Topônimos derivados da orografia e da geologia;
- e) Hagiotoponímica: Topônimos derivados do culto da Virgem e dos Santos:
- f) Hidrotoponímica: Topônimos derivados de Oceanos, Mares, Rios e Fontes;
- g) Zootoponímica: Topônimos derivados de nomes de animais.

³⁵ Em muitos municípios, entende-se apenas homonímia de topônimo, ou seja, elemento geográfico e topônimo propriamente dito iguais como problemática, e não de nome.

Ainda no Regulamento de Mafra, relacionam-se personalidades a serem homenageadas no caso de designações antropotoponímicas. Deve-se atribuir nomes, numa ordem de preferência, especialmente de:

- a) Individualidades de relevo concelhio;
- b) Individualidades de relevo regional;
- c) Individualidades de relevo nacional;
- d) Individualidades de relevo internacional ou universal.

A Câmara Municipal de Grândola usa semelhante critério para a normalização de nomes de pessoas, sendo atribuídas prioritariamente em homenagem a figuras de grandes beneméritos e de outras que se tenham distinguido nas artes, nas ciências, nas letras, no desporto, na educação, na política ou em outra atividade de reconhecido prestígio social. O Regulamento do município de Caldas da Rainha é ainda mais rigoroso quanto à atribuição de nomes em relação ao elemento geográfico:

Os critérios de atribuição de topónimos deverá obedecer, em regra, aos critérios de considerar os nomes das avenidas e das ruas, bem como das alamedas e das praças, destinados a evocar figuras ou realidades com expressão concelhia, nacional ou dimensão internacional, os nomes das ruas de menor dimensão, bem como os das travessas e dos becos, evocarão circunstâncias, figuras ou realidades de expressão local, as pracetas e largos evocarão factos, figuras notáveis ou realidades de projecção na área do município, os nomes das vias classificadas como outros arruamentos deverão evocar aspectos locais, em obediência aos costumes e ancestralidade dos sítios e lugares da respectiva implantação.

Como verificamos, a normalização da toponímia portuguesa é rigorosa e, apesar de variar de um município para outro, segue linhas gerais de formação de uma Comissão Municipal de Toponímia e organização do processo de atribuição e de alteração de nomes, geralmente seguidas pela criação de um acervo de topônimos municipal. É importante mencionar que as Autarquias Locais podem submeter a referendo dos seus respectivos cidadãos eleitores matérias de competência de seus órgãos; permissão esta que consta do artigo 240 da Constituição portuguesa. O artigo 241 do mesmo dispositivo legal estabelece que as Autarquias Locais dispõem de poder regulamentar.

Em todos os casos estudados, a competência é do Município para legislar sobre Toponímia, dentro do seu território, porém é comum a consulta às Juntas de Freguesia, a Comissões de Toponímia, a pesquisadores ou a cidadãos reconhecidamente estudiosos da história do município e/ou a entidades culturais,

para a apreciação de pedidos de atribuição/alteração dos topônimos, evitando processos de homenagens por interesses particulares.

IV.1.2.2. O método de inventário toponímico de Quebec, Canadá³⁶

Em Quebec, no Canadá, encontramos um sistema de normalização da toponímia muito bem elaborado e criterioso, que leva em consideração princípios fundamentais que transcendem a questões políticas. Isto se deve a própria visão que se tem da toponímia, entendida, na Carta da Língua Francesa³⁷, como um campo profícuo para a promoção da língua francesa e da identidade dos diferentes grupos étnicos de Quebec.

Neste sentido, instituiu-se uma Comissão de Toponímia, subordinada ao Escritório de língua francesa do Quebec, a fim de estabilizar tanto a terminologia geográfica quanto criar as denominações dos lugares, gerando regras de escrita e desenvolvendo um inventário de topônimos. A Comissão de Toponímia, a partir da constituição de um arcabouço da toponímia da região, teria condições de oficializar nomes, conversando-os, e, por meio de uma política do Governo, difundi-los.

Cabe à Comissão, ainda segundo a Carta da língua francesa, determinar ou alterar os topônimos, e o Governo deve ser aconselhado pela Comissão no caso de questões políticas concernentes à toponímia do Quebec.

Uma das tarefas atribuídas à Comissão, e já concluída, é a de estabelecer as práticas denominativas que deveriam figurar como contra-indicadas. São elas:

a) designações pejorativas, grosseiras ou que suscitem divergências – definidos como aqueles nomes que possam atentar contra a reputação de pessoas ou grupos sociais, étnicos ou religiosos, que utilizem palavras ou expressões condenadas ou que possam encorajar ou levar a uma reação violenta ou contrária à opinião pública.

³⁷ A toponímia é tema central na Carta da língua francesa (Charte de la langue française) do Quebec especialmente no Capítulo III do Título II. [Disponível em http://www.oqlf.gouv.qc.ca/charte/charte. Acesso em 11 out. 2007].

³⁶ As informações apresentadas neste item foram extraídas do site da Comissão de Toponímia do Quebec (Comission de toponymie du Québec) [Disponível em http://www.toponymie.gouv.qc.ca. Acesso em 11 out. 2007]. Em *La Toponymie expliquée*, são apresentadas informações sobre a normalização dos topônimos.

- b) nomes banais ou utilizados frequentemente aqueles nomes cuja existência é demasiadamente corrente, como lago Comprido, lago do Castor e rio Negro.
- c) designações publicitárias entendidos como aqueles nomes que possam servir de propaganda de marcas comerciais ou de empresas comerciais ou industriais; devem ser evitados porque a toponímia não deve servir em finalidades lucrativas. Neste caso, não são considerados os nomes de organizações internacionais de caráter humanitário ou que indiquem algum referente, como monte da Cruz Vermelha ou rio da Fábrica.
- d) pontos cardinais a despeito da utilidade para orientação para a comunidade, em contextos mais amplos, esse nome é fadado a não indicar com precisão os elementos geográficos, costuma ter uso banal e tem fraca capacidade de identificar os lugares.
- e) designações numéricas, alfabéticas e alfanuméricas como nomes, não transmitem mensagem cultural e não identificam adequadamente os lugares.
- f) justaposição de topônimos a extensão de nomes justapostos dificulta o seu uso.
- g) utilização do sufixo *-ville* além de banal, nomes com sufixo *-ville* tornam os topônimos extensos sem os enriquecer.
- h) utilização de nomes de pessoas vivas somente após um ano de falecimento, deve-se homenagem pessoas por meio da indicação em topônimos.

A Comissão de Toponímia tem por principal missão assegurar que os elementos geográficos tenham apenas um nome e que estes nomes sejam únicos, propiciando-se, desta forma, a identificação dos locais. Não é ignorada, contudo, a dificuldade destas tarefas. Reconhece-se que, a um único elemento geográfico, se pode ter consagrado diferentes topônimos pelo uso popular; em outros casos, verificam-se confusões quando ao termo geográfico de certo topônimo.

A Comissão de Toponímia é responsável pela identificação destes casos, estudo e análise dos termos ou dos nomes multiplicados e efetuar a escolha de um único topônimo, que será oficializado. Outra preocupação é quanto à escolha da maneira de escrevê-los.

Para que estas atribuições possam ser devidamente cumpridas, foram elaboradas políticas de normalização dos topônimos, que prevêem cinco procedimentos a fim de identificar a melhor escolha e escrita de nomes e garantir a unicidade da denominação:

- . inventário levantamento dos nomes da região;
- . tratamento comparação dos nomes coletados. Nesta etapa são levantados os problemas ortográficos;
- . oficialização uma vez tratado, o nome é submetido à aprovação da Comissão de toponímia, a qual pode: atribuir nome a entidades geográficas que não tinham ainda ou entidades administrativas novamente criadas ou definidas; a aprovação dos nomes consagrados pelo uso; a escolha da designação que se mantém pelo uso paralelo para um mesmo lugar; a correção ou modificação de nomes aprovados anteriormente; ratificação de escolhas toponímicas efetuadas por autoridades competentes e conforme as normas da Comissão. A Comissão também pode realizar uma pesquisa aprofundada sobre o nome em questão e aguardar o aparecimento apropriado de um nome segundo a reação da população local;
- . difusão divulgação do nome oficializado na *Gazette oficielle du Québec* e no site da Comissão. A publicação dos nomes aprovados pela Comissão de Toponímia já era prevista pela Carta da língua francesa do Quebec;
- . controle de nomes geográficos assegura que os nomes oficializados serão os utilizados por organismo governamentais responsáveis pela cartografia, pelos transportes, editores de manuais escolares etc.

Apesar de a questão formal ser evocada a todo instante nestes cinco procedimentos, garantindo a boa apresentação e a unicidade dos topônimos, é prevista a participação da comunidade no caso de alteração de topônimos. Antes de substituir oficialmente o nome de um lugar, que tenha importância significativa ou de valor cultural ou histórico, a Comissão de toponímia publica um aviso de intenção que visa permitir que cidadãos exponham suas opiniões, favorecer a estabilização da toponímia oficial e evitar problemas após a substituição de nomes oficiais.

Avis d'intention de la Commission de toponymie Barrage de la Sainte-Marguerite-3 (SM-3)³⁸

La Commission de toponymie donne avis qu'elle a l'intention d'attribuer un nom officiel au barrage de la Sainte-Marguerite-3 (SM-3) construit par Hydro-Québec, sur la rivière Sainte-Marguerite, sur la Côte-Nord (MRC de Sept-Rivières).

Le nom qu'elle retiendrait est Barrage Denis-Perron, d'après le député Denis Perron (1938-1997), qui a représenté la circonscription électorale de Duplessis, à l'Assemblée nationale, de 1976 à 1996. Auparavant, Denis Perron avait travaillé pour Hydro-Québec, de 1956 à 1976.

Tout intéressé peut, jusqu'au 1^{er}août 2000, communiquer son point de vue sur le sujet au secrétaire de la Commission de toponymie, M. Alain Vallières, aux coordonnées suivantes :

Commission de toponymie Édifice Marie-Guyart 1060, rue Louis-Alexandre-Taschereau Québec (Québec) G1R 5V8 Télécopie: (418) 644-9466 Courriel : topo@toponymie.gouv.qc.ca

Neste caso, indicaram-se, de modo sintético, o nome aparentemente temporário de uma barragem, o topônimo que se deseja atribuir, seguido de justificativa/histórico, e data limite e meios para encaminhar considerações a este topônimo. Após este prazo e análise, é publicado um comunicado de oficialização do nome:

Communiqués

Le nom « Barrage Denis-Perron » est officiellement reconnu

Québec, le 24 août 2000 - La Commission de toponymie, lors de sa réunion tenue aujourd'hui, le 24 août 2000, a officialisé le nom Barrage Denis-Perron pour identifier le barrage de la Sainte-Marguerite-3 (SM-3) situé sur la Côte-Nord.

La Commission répond ainsi favorablement à une requête en vue d'honorer Denis Perron, soumise par monsieur Normand Duguay, député de la circonscription électorale de Duplessis et fortement appuyée tant par des citoyens, des associations que par des organismes de l'Administration (municipalités) et plusieurs députés et ministres. Soulignons que Denis Perron (1938-1997) a été député de la circonscription électorale de Duplessis, de 1976 à 1996, sous la bannière du Parti québécois et qu'il a travaillé à Hydro-Québec, de 1956 à 1976.

Rappelons que la Commission de toponymie a fait paraître, au début du mois de juin, dans quatre hebdomadaires régionaux, son intention de donner un nom officiel à cette installation construite par Hydro-Québec. Cet avis public permettait aux intéressés de la région de faire connaître leur point de vue sur cette nouvelle dénomination.

Verifica-se, portanto, que, após indicação por um político da região, observados o prazo para indicação do nome após falecimento e a relação desta personalidade com o elemento geográfico denominado pela Comissão de

2

³⁸ O processo de alteração da barragem Denis Perron encontra-se no site da Comissão de Toponímia do Quebec. [Disponível em http://www.toponymie.gouv.qc.ca/ct/outils/archive_communique_denisperron.html>. Acesso em 11 out. 2007].

Toponímia, o nome passa a apreciação da comunidade. Apenas após estas etapas, o topônimo é incluído no acervo toponímico do Quebec e divulgado como oficial, revelando-se a regras rigorosas de normalização dos topônimos sem, contudo, descuidar da opinião dos cidadãos.

IV.1.3. Normalização do ato de denominar no Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil³⁹ estabelece no seu artigo 20, inciso XV, que é competência privativa da União organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional. O artigo 30, do mesmo Diploma Legal, dispõe que é competência dos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

No Brasil, uma fundação pública da administração federal brasileira foi criada em 1934 e instalada em 1936 com o nome de *Instituto Nacional de Estatística*. Logo depois foi rebatizada como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais conhecida pela sigla IBGE, e, hoje, tem atribuições ligadas à geociência e às estatísticas sociais, demográficas e econômicas brasileiras, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas. Assim, abrange tanto a composição da rede de coleta de dados nas unidades da federação e seus municípios quanto o campo teórico da demografia, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal e para outras instituições e o público em geral.

O IBGE é o órgão oficial incumbido da elaboração de mapas e de cartas brasileiras, mas não há preocupação com a legislação ou mesmo com a criação de uma gestão de toponímia. Apenas a apresentação dos topônimos em cartas geográficas⁴⁰ e a ortografia correta dos nomes empregados são objetos de suas atribuições.

Neste sentido, a produção de cartografia para o IBGE é entendida como uma necessidade para o conhecimento dos espaços habitados, possibilitando a

⁴⁰ Sobre o assunto, ver as Noções Básicas de Cartografia do IBGE [Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoes/processo_cartografico.html. Acesso em 24 set. 2007].

-

³⁹ A Constituição da República Federativa do Brasil está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 24 set.

visualização de diferentes regiões. Para a confecção de um mapa, carta ou atlas, é uma análise meticulosa dos diversos realizada, primeiramente, encontrados em dados coletados em campo, a fim de levantar a denominação dos elementos geográficos e complementar os trabalhos. Após a conclusão da análise, é realizada a colagem, que vem a ser a fixação dos topônimos, quando os nomes que vão constar na carta ou no mapa e parte da simbologia e das convenções são aplicados, tendo como base o original cartográfico e as demais folhas, como, por exemplo, a nomenclatura, a vegetação e o sistema viário.

A contribuição do IBGE à toponímia brasileira, portanto, restringe-se ao método de registro e à apresentação dos topônimos coletados em mapas e em cartas geográficas. Na base cartográfica integrada do Brasil⁴¹ à Carta Internacional ao Milionésimo, igualmente, são indicados, com sinais específicos, os aglomerados humanos, mas não são anotados os respectivos nomes. Além disto, no evento II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, realizado pelo IBGE em 2006, dos 9 (nove) temas propostos, a toponímia só é contemplada quando se remete à metodologia de coleta de dados⁴².

Ainda em relação à apresentação dos nomes, nota que é uma questão constante no Brasil. O projeto de lei n. º 65/05, do Vereador Djalma Pastorello, por exemplo, demonstra a preocupação com a grafia do nome do município de Foz de Iguaçu:

> A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova: Art. 1º A denominação do Município de Foz do Iguaçu passa a ter a grafia alterada para Foz do Iguassu.

> Art. 2º Caberá ao Poder Executivo tomar as providências necessárias para que a nova grafia passe a constar em todos os documentos e impressos oficiais, bem como a comunicação a todos os órgãos municipais, estaduais e federais e a quem mais de direito, sobre a presente alteração.

Utilizou como justificativa a importância da cidade, que extrapola as fronteiras do Brasil, atingindo todos os continentes. Informou que percebe dificuldade nos povos de outros países quando buscam informações de Foz do Iguaçu, tendo em

⁴¹ O mapa do Brasil realizado pelo IBGE para integrar a Carta Internacional ao Milionésimo pode ser consultado no site do Instituto. [Disponível em http://mapas.ibge.gov.br/website/cim. Acesso em 24

⁴² Trata-se do subtema "Classificações e nomenclaturas", inserido na temática "Metodologia para coleta, processamento, disseminação e análise de dados e informações estatísticas e geográficas". Para maiores informações, acessar o site do evento [Disponível em http://www1.ibge.gov.br/confest e confege/index2.htm>. Acesso em 24 set. 2007].

vista que o "ç" é um símbolo gráfico de uso quase que exclusivo do Brasil; tanto que, nos textos promocionais editados em dezenas de idiomas, comumente substituem o "ç" por "ss".

O Vereador ainda anexou farto material para comprovar sua tese, como o potencial turístico de Foz do Iguaçu e a impossibilidade de registrar nomes de domínio na Internet com cedilha por um longo período, o que tinha sido sanado somente pouco antes de formular esta proposta de lei. Complementa a sua justificativa indicando que, até a década de 1940, a grafia era Foz do Iguassu, sendo este um dos casos de mudança em decorrência da aplicação das regras do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Estas justificativas, apoiadas na tese defendida pelo autor do projeto de lei de que não se trata de alteração do nome mas de alteração da grafia, foram aceitas. Foi designada, conseqüentemente, uma Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 88/2005, de autoria do Vereador Geraldo Martins, para debater sobre este Projeto de Lei⁴³.

Foram consultadas 4.108 pessoas, das quais 3.751 optaram pelo veto ao "Iguassu" e 357 pela sanção ao projeto de lei do "Iguassu", ou seja, 91,3% dos cidadãos mostraram-se insatisfeitos com a proposta de alteração do nome/grafia do município. O Projeto de Lei n.º 65/2005 foi vetado por ter sido considerado inconstitucional e carecer de interesse público⁴⁴.

Apenas questionamentos como estes são comuns no Brasil. Como dito anteriormente, não temos, como em diversos países da Europa, uma legislação especialmente voltada para a normalização e a aplicação da toponímia. Atendemos às regras gráficas do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa⁴⁵, organizado pela Academia Brasileira de Letras, para a apresentação e oficialização dos nomes,

As razões e justificativas para o veto da Proposta de Lei no. 65/05 podem ser lidas, na íntegra, no site da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. [Disponível em http://www.cmfi.pr.gov.br/pdf/projetos/236.pdf].

-

⁴³ Estes pedidos podem ser visto, na íntegra, no site do governo do município. [Disponível em <www.fozdoiguacu.pr.gov.br/noticias/orgaos_oficiais/diario/edicoes_anteriores/Edicao_542/Legislativo .htm> e <www.fozdoiguacu.pr.gov.br/noticias/orgaos_oficiais/diario/edicoes_anteriores/Edicao_572/ Executivo 572.htm>. Acesso em 24 set. 2007].

projetos/236.pdf].

⁴⁵ O Acordo Ortográfico para a Unidade da Língua Portuguesa foi regulamentado, inicialmente, pelo Decreto-Lei nº 8.286, de 5 de dezembro de 1945. Para consultar as normas ortográficas, acessar o site da Academia Brasileira de Letras [Disponível em http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=20]. Acesso em 24 set. 2007.

cuja aplicação levou ao questionamento presente no Projeto de Lei sobre o nome de Foz do Iguaçu. Buscamos, concomitantemente, métodos para a coleta dos topônimos e apresentação em cartografia, sem maiores questionamento acerca da importância cultural dos nomes ou iniciativas governamentais para a criação de um acervo toponímico brasileiro.

Desde a República até os dias atuais, existe somente uma Lei Constitucional que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos no Brasil. É uma lei publicada no ano de 1977 e assinada pelo então Presidente Ernesto Geisel. Diferentemente da legislação de Portugal, por exemplo, tão preocupada com a normalização e a regulamentação da toponímia, a nossa única lei federal é genérica e pouco detalhada e é interessante notar que se preocupa somente com a antropotoponímia:

LEI Nº 6.454. DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta.

Art. 2º É igualmente vedada a inscrição dos nomes de autoridades ou administradores em placas indicadores de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública direta ou indireta.

Art. 3º As proibições constantes desta Lei são aplicáveis às entidades que, a qualquer título, recebam subvenção ou auxílio dos cofres públicos federais.

Art. 4º A infração ao disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis a perda do cargo ou função pública que exercerem, e, no caso do artigo 3º, a suspensão da subvenção ou auxílio.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falção

Vale ressaltar que a lei 6454/77 teve algumas alterações estabelecidas pela Lei Complementar nº1/67⁴⁶, a qual

Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

⁴⁶ A lei complementar, prevista pela Constituição Federal, tem o propósito de regrar matéria especifica, conforme a previsão constitucional, complementar, explicar ou adicionar algo à Constituição, e tem seu âmbito material predeterminado pelo constituinte.

Art. 1º - A criação de Município depende de lei estadual que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos nesta Lei e de consulta às populações interessadas.

Parágrafo único - O processo de criação de Município terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada, no mínimo, por 100 (cem) eleitores, residentes ou domiciliados na área que se deseja desmembrar, com as respectivas firmas reconhecidas.

A Lei Complementar nº 1/67, por sua vez, foi posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 46/84 que

Fixa normas sobre repetição de topônimos de cidades e vilas, incorporadas ao texto da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

 (\ldots)

"Art. 9º - Visando a eliminar a repetição de topônimos de cidades e vilas, são estabelecidas as seguintes regras:

I - quando duas ou mais localidades tiverem a mesma denominação, promover-se-á a alteração do topônimo, ficando com a denominação original a de mais elevada categoria administrativa ou judiciária, na seguinte ordem de precedência: capital, sede de comarca, sede de município e sede de distrito;

II - no caso de haver mais de uma localidade com o mesmo nome, este prevalecerá para a que o possuir há mais tempo;

III - na designação de novos topônimos, não serão utilizados designações de datas ou nomes de pessoas vivas.

Art. 10 - Serão admitidas exceções às regras do artigo anterior, quanto ao direito de prioridade à nomenclatura, se acorrerem motivos imperiosos, mediante acordo entre as Unidades Federativas interessadas.

(...)

Brasília, em 21 de agosto de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

JOÃO FIGUEIREDO Ibrahim Abi-Ackel Delfim Netto

Como verificamos, estas são algumas das alterações efetuadas através de lei complementar na única lei federal que versa sobre o assunto de toponímia e mesmo assim, trata somente da criação de Municípios e de sua respectiva denominação (topônimos), fazendo algumas restrições, que já apareciam no texto constitucional sobre a proibição de dar nomes de pessoas vivas, nomes repetidos ou vexatórios, no âmbito de seus respectivos territórios.

A escassa legislação brasileira sobre toponímia existente diz respeito, portanto, especialmente a antropotopônimos. Com o objetivo de definir parâmetros de referência a pareceres emitidos por Deputados Federais, membros da Comissão de Educação e Cultura desenvolveram uma Súmula de Recomendação – CEC, n.º

1/01. Entre diversos assuntos tratados⁴⁷, esta Súmula está acompanhada de argumentos jurídicos, pedagógicos e técnicos pertinentes à nomeação de bens públicos, como monumentos, rodovias, logradouros e aeroportos. Assim como a lei federal de 1977, ocupa-se apenas de homenagem a pessoas:

A iniciativa parlamentar neste sentido, visa dar nome a bem público de propriedade da União, ou, então, de mudar denominação já existente. A proposição é entendida como homenagem cívica, razão pela qual o mérito é avaliado na CEC (Comissão de Educação e Cultura, RI/CD, art. 32, VII, g).

O problema surge quando, - o que é comum -, a pessoa a que se pretende homenagear pela atribuição do seu nome a bem público, é conhecida apenas local ou regionalmente, tornando difícil ao Relator da matéria e aos demais membros da Comissão emitirem um juízo fundamentado quanto ao merecimento da pretendida homenagem.

Neste documento, também é feita referência à proibição de, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta. Os Relatores recomendam *voto favorável* apenas para aqueles projetos de lei de denominação ou de alteração de nome de bem público que venham instruídos com uma prova clara de concordância da comunidade local ou regional, na forma de um abaixo-assinado, e de um "voto de apoio" da Câmara de Vereadores ou da Assembléia Legislativa.

O mesmo ocorre com as leis municipais que tratam da toponímia⁴⁸. Raras são as que estabelecem regras para outras motivações toponímicas. A Lei Nº 2.159/04 de Tangará da Serra (MT) é uma das poucas exceções. Normaliza, por exemplo, que se o topônimo referir-se a fato histórico, este deverá ter ocorrido há mais de 25 (vinte e cinco) anos e proíbe nomes de pessoas jurídicas, de associações ou crenças religiosas, partidos políticos ou com nomes de produtos visando finalidade

⁴⁷ A Súmula de Relatores da Comissão de Educação e Cultura pode ser vista, na íntegra, no site da Câmara dos Deputados. [Disponível em http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/cec/SUMULA%20DE%20RELATORES%20-%20Aprovada%20em%20abril%20de%202007.pdf].

⁴⁸ Utilizamos, especialmente, as seguintes leis municipais brasileiras que tratam da normalização da toponímia: Lei n.º 2465/05, do município de Cachoeira (RS) [Disponível em www.cmcachoeirinha.rs.gov.br/website/html/download/leis/municipal/2005/lei_municipal2465.doc]; Lei n.º 5445/03, do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) [Disponível em http://www.cachoeiro.es.gov.br/dowload/lei5445_2003.pdf]; Projeto de Lei n.º 51/07 e Parecer do Projeto de Lei n.º 51/07, do município de Franca (SP) [Disponível em http://www.camarafranca.sp.gov.br/ordemdia/Ordem_2007/Ordem_17/Item_03.pdf]; Lei Complementar n.º 320/94, do município de Porto Alegre (RS) [Disponível em www.camarapoa.rs.gov.br/biblioteca/integrais/LC_320.htm]; Projeto de Lei n.º 99/07 e Lei n.º 14454/07, do município de São Paulo (SP) [Disponível em http://www.camara.sp.gov.br/projintegrapre.asp?fProjetoLei=99%2F07&sTipoPrj=PL]; Lei n.º 2.159/04, do município de Tangará da Serra (MT) [Disponível em www.tangaradaserra.mt.gov.br/mixtafoto2004/208d.pdf]. Acesso em 24 set. 2007.

propagandística. Em todos os casos de atribuição ou alteração de topônimos, é necessária a apresentação de histórico.

Na Lei n.º 5445/03 do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES), nota-se preocupação em relação à disposição dos logradouros no caso de novos loteamentos⁴⁹. A criação de padrões com mesma motivação toponímica, sempre que possível, sendo os nomes mais expressivos atribuídos aos logradouros mais importantes e zelando pela unicidade de cada nome para cada tipo de logradouro, é a recomendação que mais se distancia da mera indicação das personalidades que podem ou não ser homenageadas em topônimos. Não se especifica, contudo, quais motivos devem ser incentivados.

As restrições concernem, no caso de indicação de topônimos em Cachoeiro de Itapemirim, à apresentação do menor número de elementos possíveis e de informações acerca do elemento geográfico a ser denominado e de sua localização⁵⁰. É obrigatória a justificativa do topônimo e, no caso de nome de pessoa, de um histórico, e é proibida a atribuição de nomes que "não formem palavras com conteúdo lógico ou com números não formadores de datas", ou seja, letras e números que não expressem conteúdo⁵¹.

No município de Porto Alegre (RS), o Art. 2.º da Lei Complementar n.º 320/94 regulamenta a possibilidade de atribuir a logradouros e a equipamentos públicos denominações de pessoas, de datas, de fatos históricos e geográficos ou de outros reconhecidos pela comunidade. Normaliza, contudo, apenas sobre o percentual de homenagens para homens e mulheres:

§1º A denominação dos logradouros e equipamentos públicos deverá observar um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) e um máximo de 70% (setenta por cento) para cada sexo, quando recair sobre nome de pessoas.

As restrições quanto a personalidades que podem ser homenageadas em topônimos variam de um município para outro. Em Tangará da Serra, estabelece

⁵⁰ A Lei n.º 5445/03 do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) é uma das poucas legislações municipais brasileiras a trazer a definição de termos geográficos, como rua, avenida e praça, nos moldes da legislação portuguesa.

-

⁴⁹ Informa-se, na Descrição da Lei, que tratará da organização do município em bairros, mas estabelece regras apenas para a criação de novos loteamentos-bairros e para a designação e a alteração de topônimos em geral, para o emplacamento de logradouros e para a numeração de prédios.

O uso de números é apenas de caráter provisório, indicado pelo Poder Executivo Municipal no momento em que se aprova um loteamento e, ainda, não se tenha aprovado topônimos.

que somente após 01 (um) ano de falecimento pode-se atribuir topônimo com nome da pessoa que, comprovadamente, tenha contribuído para o bem-estar e o desenvolvimento do Brasil, sendo valorizadas aquelas que efetivamente tenham residido no município. Assim, na justificativa, existe a necessidade de apresentar, além do histórico, uma biografia do homenageado, com dados suficientes para evidenciar seus méritos nos campos da educação, cultura, ciência, letras e artes, política, atividade empresarial, profissional ou filantrópica.

Em dois municípios, tentou-se apresentar leis que permitissem a homenagem a pessoas vivas. A Lei n.º 5445 de Cachoeiro de Itapemirim previa a homenagem a pessoas vivas, desde que tivessem se destacado por ação realizada ou se projetado culturalmente ou intelectualmente e com idade superior a 65 anos⁵².

No município de Franca (SP), a Proposta de Lei n.º51/07 propunha alteração da Lei n.º 2.331/75. Os vereadores da cidade decidiram que nada mais justo do que homenagear as pessoas enquanto vivas, às vezes, já no fim da vida, por seus exemplos de boas causas. Alegavam que a homenagem em vida teria um significado muito mais especial e um sentido muito mais forte, inclusive como forma de incentivo e reconhecimento ao esforço e ao trabalho:

§ 1 °. Em se tratando de personalidade que tenha prestado relevantes serviços ao Município, ao Estado, à Nação ou à Humanidade, pode ser dispensada a exigência de ser pessoa falecida e 'data do falecimento' prevista na letra "a", item 2 deste artigo.

Explicitavam, ainda, que esta homenagem não se estenderia a políticos, a fim de não motivar especulações de que tal lei seria utilizada com a finalidade de propaganda política. O Parecer da Comissão de Justiça e Redação, realizado pelo Vereador Marcelo Mambrini, solicita que esta proposta fosse vetada, alertando antes para a utilização da toponímia com a finalidade de obter-se financiadores de campanhas eleitorais do que para a autopromoção de políticos propriamente dita:

(...) a legislação eleitoral permite arrecadação de dinheiro para financiamento de campanhas políticas, onde o candidato busca recursos junto à iniciativa privada, para construir os denominados "Fundos de Campanha".

designação e a alteração de topônimos em geral, para o emplacamento de logradouros e para a numeração de prédios.

-

⁵² Em Cachoeiro de Itapemirim (ES), esta lei, originalmente, foi promulgada em 17 de abril de 2000, mas foi republicada, sob número 5445/03, em 07 de agosto de 2003 por conter erros. Esta lei mostra problemática em outros aspectos, entre eles informa que tratará da organização do município em bairros, mas estabelece regras apenas para a criação de novos loteamentos-bairros e normas para a

Sob esta ótica, se a legislação permitisse nominar pessoas vivas em vias, próprios ou logradouros públicos, usar-se-ia de subterfúgio nada ou pouco recomendável, nominando e perpetuando o nome de pessoas abastadas financeiramente e muito vaidosas e em "troca" pediria dinheiro para desenvolver campanhas políticas.

Este é apenas um argumento que justificaria o uso da *"res pública"*, para atingir objetivos políticos.

Temos no estado de São Paulo, especificamente no artigo 144 da Constituição do Estado de São Paulo, a informação que os municípios com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizam por lei orgânica, desde que atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal. Esta proibição seria suficiente para vetar propostas como esta⁵³.

Outro problema flagrante na toponímia brasileira é a constante alteração de nomes. No município de Cachoeiro de Itapemirim, regulamenta-se que, no caso de abertura de rua em continuação a uma pré-existente, deve-se utilizar o mesmo antigo topônimo para os dois trechos, e, a fim de evitar homônimos, recomenda-se a consulta ao Cadastro Imobiliário, departamento da Secretaria Municipal da Fazenda, antes de definir os topônimos para logradouros e bairros. O Art. 6º nos informa que a alteração do nome de logradouro é possível por abaixo-assinado de pelo menos 60% dos moradores.

O Art. 7º. delimita os casos em que as alterações são possíveis a homônimos e a nomes de difícil pronúncia ou "significação imprópria". Trata-se de indicações comumente feitas para alterações de nomes. No inciso V deste mesmo artigo, por outro lado, remete à possibilidade de alterar nomes de pessoas ou fatos que não tenham "projeção histórica", o que limita temporalmente todas as homenagens. Verificamos, portanto, que a maior parte dos nomes torna-se suscetível à mudança.

Em outros casos, a atribuição ou alteração de nomes é dificultada. O Art. 3º da Lei n.º2465/05 do município de Cachoeira (RS), por exemplo, estabelece que deverá ser realizada uma consulta popular na região geográfica ou bairro envolvido sobre a denominação dos bens públicos municipais. Esta consulta deve ser realizada por abaixo-assinado firmado por, pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos moradores do logradouro público a ser denominado, acompanhado de cópia da guia de IPTU ou outro comprovante de residência dos subscritores.

⁵³ Em Tangará da Serra, a utilização da toponímia para fins políticos é coibida pela proibição de apresentar-se proposição de topônimos no período de 6 (seis) meses que anteceda às eleições municipais ou estaduais e federais.

O parágrafo 1º do Art. 8 da Lei 320/94 de Porto Alegre esclarece que consultas devem ser realizadas no caso de alteração de topônimos, devendo ser promovida pelo autor da proposta ou por entidade popular representativa dos moradores do local. A aprovação ou não depende de votação, de abaixo-assinado ou de qualquer outro meio capaz de expressar a vontade favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos moradores. O mesmo é estabelecido na Constituição Estadual de Minas Gerais:

Art. 168 - O topônimo pode ser alterado em lei estadual, verificado o seguinte:

I - resolução da Câmara Municipal, aprovada por, no mínimo, dois terços de seus membros;

II - aprovação da população interessada, em plebiscito, com manifestação favorável de, no mínimo, metade dos respectivos eleitores.

Verificamos que as leis municipais brasileiras que tratam de questões toponímicas não apresentam uma normalização satisfatória tanto nos casos de atribuições quanto de alterações de nomes. No município de São Paulo, a Lei nº 14.454/07⁵⁴ destaca-se destas que normalizam a toponímia em outras cidades brasileiras. Primeiramente, foi elaborada com objetivo de normalizar, exclusivamente, atribuições e alterações de topônimos e, quando normalizam emplacamento de ruas, apresenta-o em relação à toponímia.

Em seu artigo 4°, prevê a oficialização de nomes oficiosos, ou seja, reconhecidos pela comunidade, proibindo a apresentação de outro topônimo nestes casos. No parágrafo 1° do Capítulo II, apresenta os topônimos que potencialmente são tradicionais:

§ 1º Entende-se entre as denominações consagradas tradicionalmente aquelas relacionadas a datas e fatos históricos, bem como à localização ou referência geográfica.

No Capítulo I desta mesma Lei, normaliza que é proibida a atribuição de nomes de pessoas vivas em topônimos e o uso de língua estrangeira, salvo no caso de antropônimos referentes a brasileiros cuja origem fosse estrangeira ou de personalidades que prestaram serviços ao Brasil ou à humanidade. Ainda no caso

⁵⁴ A Lei n.º 14.454/07 baseia-se na Lei Orgânica do Município de São Paulo que, em seu artigo 13, inciso I, estabelece que cabe ao Poder Legislativo, exercido pala Câmara Municipal legislar sobre assuntos de interesse local. Neste mesmo artigo, inciso XVII, dispõe que a Câmara Municipal é competente para autorizar, a alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos. O inciso XVIII permite legislar sobre a criação, organização e funcionamento de conselhos e comissões. O artigo 14, inciso X, autoriza a organização de referendo e plebiscito, exceto os casos previstos em Lei.

de homenagens a pessoas, é necessária a inclusão de uma biografia, na qual se relacione suas obras ou ações relevantes.

O Parágrafo único do Capítulo IV revela-se interessante por impor, no caso da formação de antropotopônimos, que o homenageado apresente algum vínculo com o elemento geográfico denominado:

Parágrafo único. Só poderão ser homenageadas, com seus nomes denominando próprios municipais, personalidades que tenham prestado importantes serviços à Humanidade, à Pátria, à Sociedade ou à Comunidade e, neste caso, que possua vínculos com o logradouro, com a repartição ou o serviço nele instalado ou com a população circunvizinha.

Já a alteração de topônimo só é justificável no caso de homonímia, de gerar dificuldade de reconhecimento da localidade a que se denominada ou de que provoque constrangimento a moradores ou a residentes nas proximidades. De acordo com a nova redação do artigo 58 da Lei 6.015/73, a modificação do nome é admitida nos seguintes casos:

- a) Erro gráfico evidente
- b) Nomes vergonhosos e ridículos
- c) Homonímia

Diferente de algumas Câmaras portuguesas, a homonímia refere-se apenas ao topônimo propriamente dito. Assim, mesmo no caso de diferentes termos geográficos, nomes iguais ou idênticos, prevê-se alteração de um deles⁵⁵. Nestes casos, não se dispensa a consulta a moradores do logradouro cujo nome tenha homônimo.

IV.1.3.1. A aplicação de leis que atribuem ou alteram topônimos no Brasil

As leis brasileiras que atribuem ou alteram nomes são, em geral, muito pouco explicativas, contendo na sua maioria de apenas dois ou três artigos, como veremos a seguir:

PROJETO DE LEI Nº. 008/2007, "DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE BEM PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE JOSÉ BONIFÁCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se CENTRO DE REFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "JOAQUINA CATARUCI MARQUES", o prédio

⁵⁵ No art. 18 do Capítulo V, informa-se que "as denominações não serão consideradas homônimas quando um dos logradouros públicos for obra de arte, tal como ponte, passarela, viaduto ou túnel".

situado na Av. Pedro de Toledo, esquina com a Rua 3 de Maio, Centro em José Bonifácio.

ARTIGO 2º - O Centro abrigará em suas dependências o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS – que abrange os Programas: Agente Jovem, Renda Cidadã, Ação Jovem, Benefícios de Prestação Continuada, Ações Sócio-Educativas, parcerias com Entidades Sociais; e o Centro de Referências Especializadas de Assistência Social – CREAS-, abrangendo atividades de atendimento de vítimas de abuso sexual, de idosos vítimas de maus tratos, de adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas de liberdade assistida e prestação de serviços comunitários. ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 587/63, de 30 de dezembro de 1.963.

Neste caso, os vereadores do município de José Bonifácio anexaram ao projeto um breve histórico sobre a pessoa que se deseja homenagear, como justificativa para a propositura da referida lei, no caso, uma ainda jovem antiga moradora da cidade que viúva teve de criar sozinha os 17 filhos.

No exemplo a seguir, vimos uma lei do estado de Goiás que dá nome a um logradouro público sem apresentar explicação ou justificativa:

LEI Nº 12.992, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dá denominação a terminal rodoviário que especifica".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Passa a denominar-se FLÁVIO ROSA DE MOURA o terminal rodoviário de Monte Alegre de Goiás.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 31 de dezembro de 1996, 108º da República.

LUIZ ALBERTO MAGUITO VILELA

Pedro Pinheiro Chaves

Em outro Projeto de Lei (n.º 6/07) do município de José Bonifácio, indicava-se que "uma das ruas ou avenidas na cidade de José Bonifácio, será dada a seguinte denominação: RUA ou AVENIDA 'ARLINDO CATTELAN'", sem especificar o logradouro. Neste caso, no histórico, informa que o homenageado foi um comerciante da região.

Casos como este são comuns na legislação brasileira. No município de Curitiba (PR), o Vereador Elias Vidal encaminha o seguinte Projeto de Lei Ordinária à Câmara Municipal:

Projeto de Lei Ordinária: Denominação de bem público não especificada SÚMULA: "Denomina de Angelo Greca um dos logradouros públicos da Capital, ainda não nominado."

Art. 1º - É denominado de Angelo Greca, um dos logradouros públicos da Capital, ainda não nominado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

A justificativa do Projeto é um histórico sobre o homenageado Ângelo Greca, proprietário de empresa de engenharia da cidade. Nestes exemplos, notamos, portanto, que poucas justificativas explicam o porquê da indicação da homenagem no respectivo elemento geográfico ou região, mas que a maioria apresenta históricos que não justifica a atribuição do nome de pessoa em si. Quando não há menção ao local que se denominará, a justificativa dos projetos de lei confunde-se com necrologias.

O levantamento realizado junto as *Atas da Câmara*, por Gabriel Passetti (2001), revela que as alterações de nomes atenderam à homenagem à Abdicação no início da década de 1830: o chafariz do Curso Jurídico torna-se chafariz da Liberdade, enquanto que o topônimo ponte do Marechal é substituída por ponte da Abdicação, a ponte do Lorena, ponte 7 de abril e a ponte da Constituição, ponte do Povo. Já nesta época, fatos históricos ou de grande repercussão internacional, nacional ou regional ou ainda acontecimentos de interesse político eram considerados motivos para que nomes públicos fossem mudados.

Dick (1996a, 235) nos lembra que São Paulo repetia, em sua nomenclatura, o que ocorria no país. Durante o Império as ruas recebiam denominações típicas da monarquia, como ruas da Imperatriz, do Imperador, do Príncipe, da Princesa. Apenas três dias depois da Proclamação da República, foi pedida a substituição dos antigos nomes, com influência monárquica, para nomes afinados com a então nova situação do país, revelando a nova realidade brasileira.

Segundo Ata da Câmara da época, os abaixo-assinados da população de São Paulo solicitam a alteração dos seguintes topônimos:

Do Imperador Para Marechal Deodoro Imperatriz para 15 de Novembro Princeza para Benjamin Constant Conde d'Eu para Glycerio Principe para Quintino Bocayuva São José para Líbero Badaró Comercio da Luz para Tiradentes

Neste momento, o Vereador Carlos Garcia teria pedido a alteração do topônimo "largo Sete de Abril" para "Praça da República" (idem, 257). A medida foi aprovada por unanimidade apenas quatro dias após a queda do antigo regime, demonstrando que a mudança dos nomes, pleiteada e conseguida no calor dos acontecimentos, na euforia das emoções, demonstra bem como estava arraigada no

espírito do paulistano a vitalidade dos apelativos, o seu poder de transmitir idéias e valores, a sua função de elemento conservador de situações que não mais se sustentavam, na vida cotidiana da cidade

Poderia a toponímia, nesse caso, ser interpretada como um instrumento ou um agente de reação ao sistema recém-implantado? Não, por certo. Apenas para nós, tratar-se-ia da continuidade de nomes históricos refletindo a consciência de que o país soube superar as dificuldades de um *modus vivendi*, iniciando outra caminhada em busca de uma forma de autogovernar-se, sem a tutela de todo um complexo monárquico-familiar. (idem, 258)

Por sua vez, a atual praça Santa Terezinha do município de Taubaté (SP)⁵⁶ já foi conhecida como largo da Forca, depois passou a ser conhecida como largo do Padre Fogaça e foi, ainda, denominada largo Costa Guimarães. Em 1891, quando se construiu a cadeia nova numa das extremidades desta vasta praça, passou a ser chamada pela população de largo da Cadeia. Apenas em 1964 passou a ter o nome atual, encerrando a fase de sucessivas alterações do topônimo.

Um caso atual sobre mudança de nome ocorreu na cidade de Bueno Brandão⁵⁷ (MG), onde se pretendia alterar o nome atual de Bueno Brandão – homenagem feita, em 1938, pelo então governador de Minas Gerais Benedito Valadares ao ex-senador e presidente do Estado Júlio Bueno Brandão – para o antigo nome do município: Campo Místico.

Foi realizado um plebiscito sobre a mudança de nome. Dos 6.646 eleitores que foram às urnas para responder à pergunta: "Você quer mudar o nome de seu município para Campo Místico?", 4.207 optaram pelo "não". Este número, correspondente a 63,3% do total de eleitores, fez permanecer com que o nome da cidade não fosse alterado.

Uma interessante proposta, de autoria da vereadora Débora Soft⁵⁸, sugere que a Prefeitura de Fortaleza, quando da mudança dos nomes de ruas, coloque na

⁵⁷ Ver, especialmente, nota da Comissão Social do Tribunal Superior Eleitoral de Minas Gerais sobre o resultado do plebiscito de Bueno Brandão (MG). [Disponível em http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=910754. Acesso em 24 set. 2007.]

-

⁵⁶ Para mais informações, ver "Guia Oficial de Taubaté" [Disponível, na íntegra, em http://www.taubate-sp.com.br. Acesso em 24 set. 2007].

⁵⁸ O objetivo da vereadora era de contemplar em placas também os nomes que as comunidades, por tradição, reconhecem os logradouros. Para mais informações, ver o artigo intitulado "Débora Soft faz proposta para a prefeita", publicado no Portal Verdes Mares, em 11/09/2006. [Disponível em http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=155213&modulo=178. Acesso em 24 set. 2007].

placa indicativa o nome atual com maior destaque e o antigo em menor destaque. Isso contribuiria para manter viva a lembrança dos antigos nomes e para a história da cidade.

Em 2005, foram 12 projetos alterando nomes de logradouros públicos em Campo Grande (MS). No ano seguinte, a Câmara Municipal recebeu proposta que impunha regras para as alterações de topônimos, evitando, assim, que os vereadores promovessem homenagens às pressas. Os principais argumentos do Instituto Histórico e do Ministério Público, para a proposição destas regras, são o transtorno e o prejuízo provocados aos moradores por trocas de nomes.

Estes são alguns exemplos de denominação e de alterações de denominações encontradas na legislação brasileira. O que ficou demonstrado é que desde a época do Império as mudanças de nomes acontecem de afogadilho, preocupados apenas com a situação do momento, e o que mais se identificou foram homenagens feitas por interesses políticos de ocasião, sem preocupação com a história da cidade.

IV.1.4. A denominação das hidrelétricas no Brasil

Nas denominações das hidrelétricas no Brasil, nem sempre há justificativa ou histórico sobre os novos topônimos a serem designados, e não há justificativa para a alteração de nomes, em âmbito federal ou estadual. As mudanças podem ser autorizadas pelo diretor das companhias hidrelétricas ou por políticos, Presidente da República ou Governadores.

Em 2003, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprova a alteração de nomes de diversas usinas hidrelétricas de pequeno porte, conhecidas como PCH (Pequena Central Hidrelétrica)⁵⁹:

. "PCH Granada para PCH Túlio Cordeiro de Mello", no município de Abre Campo (MG) – Resolução 503/03;

⁵⁹ As resoluções são assinadas por José Mário Miranda Abdo, então Diretor-Geral da Aneel. Para ver estas e outras resoluções integrantes da ANA (Agência Nacional de Águas), acessar o site da Agência [Disponível em http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas. Acesso em 24 set. 2007.]

. "PCH Cachoeira Encoberta para PCH Ormeo Junqueira Botelho", no município de Muriaé (MG) – Resolução 508/03.

No rio Pomba, três diferentes PCH recebem um mesmo nome:

- . "PCH Ponte para PCH Ivan Botelho I", municípios de Guarani e Descoberto (MG) Resolução 509/03;
- . "PCH Palestina para PCH Ivan Botelho II", no município de Guarani (MG) Resolução 502/03;
- . "PCH Triunfo para PCH Ivan Botelho III", no município de Astolfo Dutra (MG) Resolução 504/03.

Conforme se observa, os antigos topônimos são alterados para nomes de pessoas, indicando-se mesmo homônimos, diferenciados os elementos geográficos apenas por algarismos romanos. Nas Resoluções, não há justificativa para o caso da mudança dos antigos nomes nem históricos dos homenageados.

Em 2002, o então Presidente da República altera o topônimo subestação de energia elétrica do Linhão Norte-Sul da Eletronorte para subestação Delfino Araújo Macedo, no município de Miracema do Tocantins (TO), pela Lei n.º 10569/02⁶⁰. No mesmo ano, é atribuído o topônimo barragem Padre Cícero, no município de Jaguaribara⁶¹ (CE), à barragem do Castanhão, pela Lei n.º 10596/02, antes da conclusão das obras⁶².

Na Justificativa do Projeto de Lei no. 2966/00, que visava homenagear Delfino Araújo Macedo, alega o proponente:

Para que um país possa infundir em seu povo o valor e o orgulho por seus grandes feitos, deve reconhecer e respeitar aqueles cidadãos que, através

Para o represamento da bacia do Castanhão, foi necessária a mudança da antiga sede do município de Jaguaribara. A cidade, planejada urbanisticamente, a qual contou com a reconstrução da antiga igreja-matriz, conforme modelo original, recebeu o nome de Nova Jaguaribara.

⁶⁰ O topônimo subestação Delfino Araújo Macedo foi proposta do Deputado Rainel Barbosa. Para ver tramitação do processo, acessar site da Câmara dos Deputados [Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=18897>. Acesso em 24 set. 2007.].

⁶² Inicialmente, esta alteração de topônimo é encaminhada à Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei n.º 5409/01, sendo o processo arquivado. No mesmo ano, é apresentada no Senado Federal, sem Justificativa, e aprovada. Para consultar a tramitação de Projeto de Lei n.º 5409/2001, acessar site da Câmara. [Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=35263>. Acesso em 24 set. 2007].

de seu esforço, contribuíram para o engrandecimento e a melhoria de vida de toda a população.

Uma das maneiras que se tem para homenagear tais vultos é através do empréstimo de seu nome a obras públicas e monumentos, para que assim possam todos lembrar-se daqueles que muito fizeram pelo bem comum.

Para a população tocantinense, uma das figuras merecedoras desse tipo de homenagem é o senhor Delfino Araújo Macedo, homem bravo e destemido que, por meados da década de 1940, atravessava, em lombo de burro, mais de trezentos quilômetros, apenas para comparecer às sessões da Câmara Municipal de Araguacema, município ao qual Miracema do Tocantins, ainda então denominada Miracema do Norte, na condição de distrito, era subordinada.

Eleito vereador por seis legislaturas, foi esse grande homem o principal responsável pela emancipação política de Miracema, ainda no ano de 1948.

Assim sendo, nada mais justo e mais adequado que seu nome seja dado à subestação de energia elétrica localizada em Miracema do Tocantins, como símbolo de sua energia, de sua garra e de seu amor por aquela terra.

Notamos, nesta Justificativa, que, após ressaltar a toponímia como um meio de prestar homenagem a personalidades, relaciona atributos e ações de Delfino Araújo Macedo ao local onde o elemento geográfico se encontra. No segundo caso, homenagem a uma figura carismática da região, um líder religioso. Os projetos de lei, contudo, como nos casos anteriores de alteração pelo Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, não apresentam motivos que justificariam o apagamento dos antigos nomes.

Como demonstramos nestes exemplos, apesar de não necessariamente explicitado na lei ou da não existência de projeto, no caso de regulamentações realizadas pela própria companhia, tende-se, em geral, a indicar nomes de pessoas diretamente envolvidas com a questão energética no Brasil ou de destaque na região.

Em 2005, o Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, por indicação do Diretor de Transmissão da CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica), oficializou, pelo Decreto 43888/05, a alteração do topônimo "Usina Hidrelétrica do Jacuí" por "Usina Hidrelétrica Governador Leonel de Moura Brizola". A justificativa deve-se ao fato do então governador Leonel Brizola ter, em 1962, inaugurado esta usina, além de ter sido responsável pela criação da CEEE.

O Projeto de Lei n.º 644/07⁶³ solicitava a substituição do topônimo Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, em município homônimo, por José Luiz Guidotti. Este Projeto homenageia, por sua vez, uma personalidade da região de Piracicaba, conhecida por diversas funções assumidas, como vereador, árbitro de futebol, escritor e o navegador que chegou, partindo do rio Tietê, à cidade de Buenos Aires, na Argentina.

Além da mudança para o topônimo Usina Hidrelétrica José Luiz Guidotti, câmaras municipais da região apresentaram homenagens em outros logradouros e prédios após a sua morte⁶⁴. Da mesma forma, Usina Hidrelétrica Governador Leonel de Moura Brizola marca uma das diversas homenagens na data de primeiro ano de falecimento do ex-governador do Rio Grande do Sul.

Se, por um lado, a atribuição de nomes é vista como uma justa homenagem, especialmente logo após o falecimento de personalidades, não se pode esquecer que os antigos topônimos são apagados aleatoriamente. Os projetos de lei analisados que alteram topônimos, contudo, mencionam os nomes existentes apenas para indicar o elemento geográfico a ser denominado.

O Projeto de Lei n.º 2.930/04 do deputado Gedel Vieira Lima propunha a alteração do topônimo usina de Sobradinho, no rio São Francisco (BA), para "Usina Hidrelétrica Paulo de Souza Coelho" Como os demais exemplos apresentados, justifica a mudança no "relevante papel de homenagear o defensor intransigente do desenvolvimento da região pernambucana do São Francisco", indicando o papel de Paulo de Souza Coelho como um dos líderes da Comissão de Desenvolvimento do São Francisco (CODESF), a qual teve participação de destaque para a criação desta usina, e que esta proposta está em conformidade com a Lei n. º 6454/77, mencionada anteriormente.

O deputado Osvaldo Coelho, ao emitir parecer sobre este Projeto de Lei, entende que homenagear apenas Paulo de Souza Coelho "descaracterizaria a

⁶³ O Projeto de Lei n.º 644/07 é de autoria do Deputado Roberto Morais [Disponível em <www.al.sp.gov.br/spl consultas/download.do?poFilelfs=9687560>. Acesso em 24 set. 2007.].

Para ver homenagens prestadas, consultar site da Câmara Municipal de Piracicaba (SP) [Disponível em http://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/camara07/index1.asp?id=4553. Acesso em 24 set. 2007].

⁶⁵ Para consultar a tramitação deste Projeto de Lei, ver site da Câmara dos Deputados [Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=152850>. Acesso em 24 set. 2007].

referência à sua história e localização geográfica". Neste sentido, propõe uma emenda "no sentido de que a Usina de Sobradinho receba a denominação de "Usina Hidrelétrica de Sobradinho – Paulo de Souza Coelho".

A solução encontrada para se manter o referencial primeiro, em geral um nome atribuído por translação toponímica, portanto, foi a indicação de um binome, mantendo-se o antigo topônimo e adicionando o nome de pessoa por homenagem. No rio Tietê, como visto no Cap. III, temos dois topônimos que mantêm o antigo nome e agregam homenagens: a hidrelétrica de Promissão - Mario Lopes Leão e a hidrelétrica de Bariri - Álvaro de Souza Lima.

No estudo efetuado ficou demonstrado que não existe legislação específica para a área de denominação de hidrelétricas e nos casos levantados verificamos que os nomes antigos foram todos substituídos por nomes de pessoas que foram escolhidas e homenageadas sem que se soubesse o motivo e sem consulta a população local.

IV.2. Proposta de Lei

Pelos estudos por nós realizados sobre o uso da toponímia em vários países do mundo, principalmente Portugal e de Quebec, no Canadá, e, no que concerne à problemática da adaptação de nomes em diversas línguas para a efetiva localização dos espaços, pelos levantamentos efetuados junto ao GENUNG (Grupo de Especialistas das Nações Unidas para Nomes Geográficos), ficou evidente que a criação e a utilização de nomes geográficos devem ser feitas de maneira metódica, organizada e criteriosa para que sua aplicação seja clara e objetiva.

Verificamos que, no Brasil, não há legislação específica, quer federal, quer estadual, sobre a toponímia de uma forma geral, salvo a Lei n.º 6.454/77, que trata, exclusivamente, da homenagem de nomes de pessoas vivas em nomes de lugar. Possuímos apenas normas municipais, esparsas e pontuais sobre a denominação ou a alteração do nome de um determinado local ou bem público.

Apesar de sua importância e do impacto que causa ao ambiente, percebemos que não existe uma preocupação com a normalização ou alteração dos nomes das hidrelétricas. Desta forma, propomos uma legislação específica para a denominação

de hidrelétricas e, também, uma proposta de legislação para denominação de bens e logradouros públicos, a fim de preencher esta lacuna existente.

Proposta de Lei nº 1/2007

Justificativa:

A palavra "toponímia" tem suas raízes no grego clássico, sendo que "topos" significa "lugar, localidade, país, região" e "onoma", "nome". Do ponto de vista etimológico, os estudos toponímicos originalmente se pautavam no levantamento do significado dos nomes. A partir da década de 1980, no Brasil, realizamos, além da busca pelo significado dos topônimos, estudos históricos e lingüísticos dos nomes próprios de lugares aplicados aos motivos que levaram à escolha e à fixação em determinado elemento geográfico. Entendemos, portanto, os nomes como reflexos de acontecimentos das comunidades que perpetuam fatos, eventos, lugares e costumes que, contidos nas denominações dos bens públicos, traduzem os valores culturais dos povos.

Os topônimos, desta forma, para além do seu significado, são importantes como elementos de identificação, orientação, comunicação e localização, e, enquanto área de intervenção tradicional do poder local, são reveladores da forma como o Estado encara o patrimônio cultural.

Analisada numa determinada época, a toponímia permite obter uma idéia bastante aproximada das personalidades que exerceram uma influência social e política nesta localidade e traduz o modo de sentir das populações atuais em relação a personagens e fatos históricos de outras épocas.

Devidamente aprofundada, a Toponímia constitui um auxiliar precioso para o estudo da cultura de um determinado lugar. Embora a Toponímia, como ciência, possa atingir um campo mais vasto, pretende-se, apenas, ao redigir este regulamento ajudar os cidadãos a orientarem-se sobre as nomeações e alterações ocorridas nas denominações anteriores e sobre a necessidade de defesa e preservação da cultura e dos valores de uma população ao longo do tempo.

Nosso país é uma das nações do mundo que mais constrói barragens e é altamente dependente de hidroeletricidade, com 80% da sua energia elétrica proveniente de grandes usinas hidrelétricas. Ainda que haja novas iniciativas para diversificar as fontes de geração de energia elétrica, as agências de planejamento e as indústrias seguem pressionando pela grande expansão da geração de hidroeletricidade no Brasil.

Apesar de sua importância para a geração de energia elétrica, a instalação de usinas hidrelétricas provoca um estrago e tanto. Na área que recebe o grande lago que serve de reservatório da hidrelétrica, a natureza se transforma: o clima muda, espécies de peixes desaparecem, animais fogem, árvores viram madeira podre debaixo da inundação. E isso fora o impacto social: milhares de pessoas deixam suas casas e têm de recomeçar sua vida do zero num outro lugar. No Brasil, 33 mil desabrigados estão nessa situação e criaram até uma organização, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens⁶⁶.

Dispõe sobre a regulamentação de denominação e alteração de nomes de hidrelétricas e dá outras providências;

- Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a denominação e a alteração da denominação das hidrelétricas do Estado, observado o dispositivo legal;
- Art. 2º Fica estabelecido o uso da toponímia e da antropotoponímia para as nomeações e as alterações de denominações das hidrelétricas;
- Art. 3º É vedada a denominação de bens públicos com o nome de pessoa viva, podendo a homenagem ocorrer somente após 1 (um) ano de seu falecimento;
- Art. 4º Na aplicação das denominações deverão ser observadas tanto quanto possível a ocorrência de homenagens a personalidades reconhecidas por terem prestado relevantes serviços tanto oficiais como profissionais às hidrelétricas;
- § 1º Os nomes de pessoas deverão conter o mínimo indispensável à sua imediata identificação, inclusive título.

٠

⁶⁶ Sobre o MAB, consultar artigo "Qual o impacto ambiental da instalação de uma hidrelétrica?", de Ana Marina de Araújo Oliveira, Maceió. [Disponível em http://www.mabnacional.org.br/. Acesso em 17 nov. 2007].

- Art. 5º Poderão ser utilizadas as denominações consagradas tradicionalmente, entendidas como aquelas relacionadas a datas e fatos históricos, bem como à localização ou referência geográfica.
- § 1º datas de significação especial para a história do Município, do Estado ou do Brasil:
- Art. 6º As proposições de leis que tratam da denominação dos bens públicos deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:
- I indicação do bem público a ser denominado elaborado através de croquis utilizando a base cartográfica oficial;
- II justificativa para a escolha do nome proposto, incluindo breve histórico, no caso de nome de pessoa;
- III certidão de óbito referente ao antropônimo proposto, no caso de denominação com nome de pessoa, sendo isento, quando se tratar de pessoa ilustre conhecida no âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional;
- Art. 7º Os projetos de criação ou de alteração da denominação de hidrelétrica deverão ser instruídos com informação da Fundação IBGE sobre inexistência de topônimo correlato, na mesma ou em outra Unidade da Federação.
 - Art. 8º As alterações de denominação poderão ocorrer em casos de:
 - I homonímia,
 - II nomes repetidos
 - III considerados vexatórios
- Art.9° Se houver alteração da denominação de hidrelétricas deverão ser observados os seguintes critérios:
- I As pessoas homenageadas devem preferencialmente guardar relação com a referida hidrelétrica;
 - a) em virtude de relevantes serviços prestados a sociedade ou a entidade;
 - b) ser instruída com justificativa escrita, firmada pelo autor;

Art. 10° – No caso específico de hidrelétricas poderá se manter nome duplo: o antigo e o nome em virtude de homenagem;

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Proposta de Lei nº 2/2007

Justificativa:

A palavra "toponímia" tem suas raízes no grego clássico, sendo que "topos" significa "lugar, localidade, país, região" e "onoma", "nome". Do ponto de vista etimológico, os estudos topônimos originalmente se pautavam no levantamento do significado dos nomes. A partir da década de 1980, no Brasil, são realizados, além da busca pelo significado dos topônimos, estudos históricos e lingüísticos dos nomes próprios de lugares aplicados aos motivos que levaram à escolha e à fixação em determinado elemento geográfico. Entendemos, portanto, os nomes como reflexos de acontecimentos das comunidades que perpetuam fatos, eventos, lugares e costumes que, contidos nas denominações dos bens públicos, traduzem os valores culturais dos povos.

Os topônimos, desta forma, para além do seu significado, são importantes como elementos de identificação, orientação, comunicação e localização, e, enquanto área de intervenção tradicional do poder local, são reveladores da forma como o Estado encara o patrimônio cultural.

Analisada numa determinada época, a toponímia permite obter uma idéia bastante aproximada das personalidades que exerceram uma influência social e política nesta localidade e traduz o modo de sentir das populações atuais em relação a personagens e fatos históricos de outras épocas.

Devidamente aprofundada, a Toponímia constitui um auxiliar precioso para o estudo da cultura de um determinado lugar. Embora a Toponímia, como ciência, possa atingir um campo mais vasto, pretende-se, apenas, ao redigir este regulamento ajudar os cidadãos a orientarem-se sobre as nomeações e alterações

ocorridas nas denominações anteriores e sobre a necessidade de defesa e preservação da cultura e dos valores de uma população ao longo do tempo.

Dispõe e regulamenta sobre a toponímia na nomeação e alteração de denominação de logradouros e bens públicos.

- Art. 1º Fica estabelecido o uso da toponímia, para as nomeações e as alterações de denominações de logradouros e bens públicos, observado o disposto nesta lei;
- Art. 2º A atribuição toponímica deverá obedecer em regra, aos seguintes critérios:
 - a) Ter caráter popular e tradicional, bem como incluir referências históricas, geográficas, etimológicas, antropológicas e dos usos e costumes locais.
 - b) Antropônimo, que podem incluir: figuras de relevo individual ou coletivo, vultos de renome nacional ou internacional e grandes figuras da humanidade.
 - c) Nomes de países, cidades, vilas nacionais ou estrangeiras que, por qualquer razão relevante, tenham importância para a comunidade.
 - d) Datas com significado histórico para a região ou fatos e acontecimentos de interesse local.
 - e) Nomes de grupos étnicos que tenham habitado anteriormente a região.
- Art. 3º Compete a Câmara Municipal por iniciativa própria ou sob a proposta de outras entidades deliberar sobre a toponímia do lugar.
- Art. 4º É de competência do Município criar Comissão Municipal de Toponímia que será o órgão consultivo da Câmara para questões de toponímia;
 - I. À Comissão Municipal de Toponímia compete:
 - a) Propor a denominação de novos arruamentos ou a alteração dos atuais.
- b) Elaborar pareceres sobre a toponímia e numeração, sempre que solicitados pela Câmara Municipal.

- c) Definir a localização dos topônimos.
- d) Proceder ao levantamento, por região, dos topônimos existentes, sua origem e justificação.
 - e) Elaborar estudos sobre a história da toponímia local.
- f) Garantir, em colaboração com o Departamento de Cultura, a existência de um acervo toponímico.
 - g) propor a publicação de estudos elaborados.
 - Art. 5º Comissão Municipal de Toponímia:
 - I. Integram a Comissão:
 - a) dois vereadores da Câmara Municipal;
- b) Um representante técnico da Direção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística;
- c) Até três cidadãos de idoneidade e prestígio reconhecido, a ser indicar pelo presidente da Câmara.
 - II. A Comissão reúne trimestralmente e sempre que julgue necessário.
- Artigo 6º É vedada a atribuição de designação antroponímicas com o nome de pessoas vivas:
- § 1º Somente após 90(noventa) dias de seu falecimento, poderá ser homenageada para efeito desta Lei, qualquer pessoa;
- § 2º Não será exigida apresentação de Certidão de Óbito, quando o mesmo, for de notório conhecimento público.
- Artigo 7º A alteração de topônimos existentes devem ser evitadas, e só podem ser procedidas, segundo este regulamento, nos seguintes casos:
 - e) Reconversão urbanística.
 - f) Homenagem feita pelo Município a pessoa de interesse ou importância para a localidade.

- g) Existência de topônimos considerados inoportunos, iguais ou com reflexos negativos aos interesses da população local.
 - h) constituam denominações homônimas;
- i) não sendo homônimas, apresentem similaridade ortográfica, fonética ou fator de outra natureza que gere ambigüidade de identificação.
- Art. 8º A alteração da denominação de logradouros é permitida, mediante consulta prévia aos moradores domiciliados nos limites do logradouro do qual é pleiteada a mudança de denominação:
- §1º A consulta deverá ser prévia e amplamente divulgada na região abrangida, devendo ser promovida pelo autor da proposta de alteração ou por entidade popular representativa dos moradores do local, através de votação, abaixo-assinado ou qualquer outro meio capaz de expressar a vontade favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos moradores;
- § 2º Estarão aptos a participar da consulta todos os cidadãos eleitores que comprovarem domicílio nos limites do logradouro.
 - Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 - Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Estes textos foram submetidos à consulta legislativa da Câmara Municipal de Santo André quanto à constitucionalidade e viabilização de nossa proposta legal, recebendo parecer favorável, conforme consta do Anexo C.

Conclusão

A água sempre esteve presente nos grandes feitos da humanidade. O homem, em suas conquistas, seguiu os cursos dos rios, que lhe serviram de guia, de orientação, para matar sua fome e sua sede, para lhe dar segurança e, também, muitas vezes, lhe serviu de caminho.

Como verificamos, o homem seguiu os cursos d'água e estabeleceu povoados em suas margens, desenvolveu civilizações e prosperou. O rio era tido como referencial das populações e, comumente, era um dos primeiros elementos geográficos a ser denominado, e esses nomes ligam-se ao lugar porque refletem a relação estabelecida entre povoados e rios.

O ato de nomear é inerente ao ser humano, e, nos tempos históricos, sabemos que os lugares tomavam os nomes dos seus possuidores, numa valorização do indivíduo sobre a terra e o solo. Sabemos que essa modalidade designativa se conservou por toda a Antigüidade.

De qualquer maneira, atribuir um nome a um determinado elemento geográfico é uma forma do homem se apoderar da terra deste. Segundo Dick (2002-3), através do ato denominativo, acontece a posse intelectual de uma espécie sobre outra: o "dar nomes" e o "conhecer os nomes dados", para os primitivos em geral, tinha, realmente, uma conotação própria, porque pressupunha toda uma recorrência ao mecanismo de domínio do ente.

Os hidrônimos, comumente, revelam circunstâncias típicas do próprio elemento geográfico ou dos locais que percorrem, incorporando ao seu nome os traços regionais característicos, o que revela que os cursos d'águas e seus acidentes geográficos, em um primeiro momento, sobrepunham-se ao homem.

Neste sentido, Teodoro Sampaio (1928), Dauzat (1946), Leite de Vasconcelos (1931) e Levy Cardoso (1961a) indicam tendências de se nomear os primeiros aglomerados humanos, formados às margens de rios, pelo próprio hidrônimo, demonstrando assim a importância do curso d'água para a população que se fixa em suas margens.

Isto não implica que os rios tivessem apenas um nome. Segundo Dumond e Nogueira (1982), um mesmo rio pode receber nomes variados de acordo com as regiões que atravessa e por ter habitado diferentes comunidades, em diferentes trechos de suas margens.

Em alguns casos, o nome de um rio pode ter vindo de um povo que desapareceu há muito sem deixar traços de seu idioma. Esse mesmo nome permanece na região, porém seu significado não é mais reconhecido por aqueles que assim o chamam. Nestas circunstâncias, Teodoro Sampaio (1928) pondera sobre a importância da identificação histórica do vocábulo pela restauração da sua grafia primitiva.

Fizemos um estudo sobre a importância que os rios tiveram no desenvolvimento as grandes civilizações do mundo e, também, sobre o quanto os cursos d'água contribuíram para o desenvolvimento do Brasil, em todas as suas fases.

Dentro do Brasil, especificamente em São Paulo focalizamos o rio Tietê e a sua importância para o desenvolvimento do estado. Acompanhamos o rio desde a fundação da cidade, analisando como este rio era utilizado, primeiramente pelos autóctones, depois pelos bandeirantes e pelos jesuítas, em direção ao interior do continente para as descidas das bandeiras cativadoras de índios e prospectoras de ouro. A partir desta primeira caracterização, analisamos diversos viajantes que efetuaram a difícil jornada no rio Tietê e deixaram relatos das aventuras e dos perigos que enfrentaram.

Estas narrativas chegaram até nós revelando a importância do rio Tietê para o desbravamento do desconhecido sertão. Segundo Afonso de E. Taunay (1981), o Tietê foi o "instrumento máximo de penetração do Brasil sul ocidental", e insiste que seu nome está "indescritivelmente ligado à história da constituição territorial do Brasil".

Por volta de 1720, o caminho para as minas de ouro do sertão de Goiás e Mato Grosso já estava consolidado, o rio Tietê via crescer a sua navegação, não só com o crescente número de aventureiros, como por expedições governamentais. As monções partiam de Porto Feliz, desciam normalmente o Tietê até a foz, seguiam o

curso do atual Paraná, entravam por um de seus afluentes, em geral o Pardo, e depois subiam o Anhanduí-Guaçu até chegar ao rio Paraguai. De lá alcançavam o São Lourenço e, finalmente, o Cuiabá. As viagens eram demoradas e difíceis podendo levar meses para se chegar ao destino.

No livro que utilizamos como base para este trabalho – o *Diário da Navegação*, o sargento-mor Teotônio José Juzarte (2001), português de nascimento, recebeu ordens de Dom Luís de Sousa Botelho e Mourão, morgado de Mateus para comandar a monção à Iguatemi, com a recomendação de que fizesse um diário com "a planta de todos os rios, todos os países e todas as cousas mais notáveis que tiverem descobrido". Juzarte descreve de maneira simples, mais repleta de minúcias uma viagem fluvial realizada pelo rio Tietê entre outros cheia de aventuras e de desventuras.

O Tietê era um rio muito perigoso e difícil de ser transposto; por esse motivo, todas as expedições tinham um guia indígena que conhecia o caminho. Muitas das frotas sofriam ataques indígenas, principalmente os da nação caiapó. Também sofriam com os ataques de animais – insetos, cobras, onças e tigres, porcos-domato e jacarés. Encontravam, por outro lado, uma diversidade de peixes e animais que caçavam para complementar a alimentação da expedição.

Porém, apesar de todas essas dificuldades, o maior perigo estava na própria geografia do rio. As inúmeras cachoeiras, ilhas e corredeiras dificultavam a travessia e levavam os viajantes a fazerem passagens por terra. Juzarte informa que existiam quarenta e seis cachoeiras principais no percurso realizado no rio Tietê. Este número, com poucas variações, é confirmado por outros viajantes do rio.

Apesar destes problemas, o Tietê se manteve como caminho. Antes do século XIX, povoados são formados às margens do rio e seus afluentes, fazendo com que a história do Tietê se relacione à colonização do estado de São Paulo. Verificamos que muitos nomes atribuídos aos primeiros povoados de São Paulo referem-se a outros topônimos já fixados na região, com destaque para hidrônimos.

O aumento das populações e das suas necessidades fez com que nossos rios passassem por um processo de urbanização. A ação humana teve, contudo, diferentes impactos, e estes impactos ajudam a refletir sobre o modelo de relação

que os homens estabelecem com os recursos ambientais, não só pelos danos que tal relação acarreta à qualidade de vida no planeta, como pelas consequências que sofre a população ao perder importantes espaços de lazer.

Assim, as cidades se desenvolveram, e a utilização do rio mudou. No início do século XIX, a abertura de novas estradas terrestres, cujas rotas eram mais curtas e de menores riscos, acelerou o encerramento do período monçoeiro. Paralelamente, a relação rio e homem é, cada vez, mais tensa: as inundações causadas pelo acúmulo de lixo jogado nas suas águas, os insetos e o mau cheiro tornaram a convivência muito precária.

Foram elaborados muitos projetos visando solucionar estes problemas, entre eles o aprofundamento do canal, urbanização de várzeas, retificação de trechos dos rios, para por fim às inundações, eliminar os pernilongos, regularizar o potencial para uso hidrelétrico e melhorar a oxigenação das águas, com o aumento da velocidade de escoamento das águas.

O desenvolvimento da cidade de São Paulo induziu grande imigração interna e externa, ao constituir-se em pólo de atração comercial e industrial. A população paulista que, em 1890, era de 1.384.753 habitantes, dez anos depois ultrapassa os 2 milhões. O progresso trouxe o desenvolvimento, surgiram primeiramente a industrialização do açúcar, com suas grandes fazendas e engenhos, que persistem como atividade maior até 1822, sendo então substituídas pelo café, que exerceu seu domínio nas lavouras até 1888.

Essa grande população esgotou os poucos recursos que o rio ainda possuía. O rio Tietê que era piscoso, inclusive na zona da Capital, passa a deteriorar-se. Configura-se um novo conflito: mesmo morto, o rio é útil para a população devido à necessidade sempre crescente de energia destinada à produção e para suportar o crescimento das metrópoles e das indústrias. O Tietê tornar-se um grande produtor de energia dentro do estado, com suas várias represas construídas para gerar eletricidade.

Com as intervenções humanas ocorridas no rio, quase nada resta emerso das cerca de quarenta e seis principais corredeiras, cachoeiras e saltos originalmente existentes. Além das barragens do Alto Tietê – Salesópolis, Henry Borden, Edgard

de Souza, Rasgão e Porto Góes –, há seis grandes usinas hidrelétricas que se sucedem ao longo do Médio e do Baixo Tietê, até atingir o rio Paraná – Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava e Três Irmãos.

O homem acaba por se apropriar do espaço de maneira diversa àquela realizada no período das monções, o que se reflete claramente no processo de nomeação destes novos elementos geográficos. Se antes os nomes de saltos, corredeiras e cachoeiras era de procedência indígena e, em menor número, de alguns topônimos portugueses; verificamos que, com o represamento do Tietê em diversos pontos, estes nomes não mais existem nem são aproveitados para os novos elementos geográficos estabelecidos.

As hidrelétricas, usinas e barragens, como integrantes do momento atual do rio Tietê, seguem tendências particulares de formação de seus topônimos. Em geral, recebem nomes dos municípios onde se situam. Existem duas das grandes hidrelétricas que possuem binomes: os nomes dos municípios onde se situam e outro nome, um antropotopônimo, dado em homenagem.

Ao longo deste trabalho, destacamos a importância do nome e do ato de nomear. Muitos acreditavam que o nome tinha o poder mágico de decidir o destino da pessoa, que ele representava a função que a pessoa desempenharia na vida, que era tão importante que somente a pessoa mais sábia do lugar é que poderia escolher esse nome. Algumas cachoeiras, por exemplo, guardavam em seu nome lendas da região que alertavam sobre os perigos da queda d'água. No caso da vila de Araritaguaba, recebe o nome de Porto Feliz a fim de dirimir o estigma de viagens malfadadas.

Na atualidade, a aura mística que envolve o nome é reduzida às razões que levaram a atribuí-lo a certo indivíduo ou a certo lugar. Isso não diminuiu sua importância, mas altera a sua utilização. O nome hoje é um dos mais importantes direitos da personalidade, sendo que, no caso dos antropônimos, o direito à identidade pessoal caracteriza-se por ser um direito absoluto, inalienável, imprescritível, irrenunciável, impenhorável, intransmissível, sendo, portanto, personalíssimo, e, do ponto de vista jurídico, essencial, pois é com ele que o indivíduo adquire bens, participa de associações, abre contas bancárias e tira documentos de identidade.

Quando falamos da importância do nome, não nos referimos somente aos nomes das pessoas, mas também ao nome de países, lugares e bens públicos. Nomear o espaço e, posteriormente, registrá-lo foram essenciais para a evolução da civilização moderna.

Os nomes podem ser dados por diversos motivos, entre eles motivos religiosos ou dados em homenagens a grandes figuras da história mundial. Não importa qual o motivo na época da nomeação, mas a partir dela verificamos que o nome de um país o torna único, o individualiza, o coloca no mapa, porém o nome não tem apenas significado histórico; ele implica a cultura, os ideais, os anseios daqueles que o habitam e, também, os ideais de liberdade deste povo.

Em virtude da grande importância do nome para a individualização de um país ou de um bem e devido à globalização que faz com que os países se conectem com mais facilidade, a ONU evidencia vários problemas, desde o início do século XX. Entre eles, a falta de uma normalização da prática de indicar nomes em cartas geográficas e em documentos jurídicos. Os problemas existem na ortografia, e a aplicação de nomes que designam cidades, extensão da terra e os cursos d'água, que deveriam ser claros e precisos, devido ao grande número de línguas e de dialetos, trazem obstáculos a uma comunicação eficiente.

Cada país é soberano para tratar de seus problemas, mas para tentar solucionar estas dificuldades de apresentação dos topônimos sem deixar de atender a particulares de cada cultura, a ONU incentiva a criação de organismos engajados na normalização dos nomes em cada país, a fim de garantir as comunicações nacionais e internacionais.

Já foram criados grupos compostos por geógrafos, lingüistas e historiadores que visam, entre outros processos, promover o uso de nomes normalizados em escala nacional para cartas e em documentos e favorecer a difusão de nomes normalizados para a publicação de repertórios geográficos nacionais. Para compreender as soluções encontradas em diferentes grupos, fizemos um estudo comparativo das legislações toponímicas de Portugal, de Quebec (Canadá) e do Brasil.

Em Portugal, verificamos que existem regras muito claras quanto ao uso da toponímia para a denominação de lugares. O cuidado na escolha dos topônimos e a pretensão de que os topônimos estejam intimamente ligados aos valores culturais e sociais das populações portuguesas refletem e perpetuam a importância histórica, entre outros, de fatos, pessoas, eventos e lugares. Cada município possui uma comissão formada por pessoas da região para fazerem os regulamentos de toponímia e numeração de polícia de cada cidade.

Encontramos em Quebec um sistema de normalização da toponímia muito bem elaborado e criterioso, que leva em consideração princípios fundamentais que superam as questões políticas. Isto se deve a própria visão que se tem da toponímia, entendida, na Carta da Língua Francesa, como uma forma de respeitar a identidade dos diferentes grupos étnicos de Quebec. Além de normatizar o uso da toponímia, também é prevista a participação da comunidade, no caso de alteração de nomes de lugar, e a escolha de topônimos que tenha importância significativa de valor cultural ou histórico para a população do local.

No Brasil não possuímos legislação específica para a normalização e a aplicação da toponímia. Pesquisamos as legislações federal, estaduais e municipais a respeito do ato de nomear e descobrimos que existe somente uma Lei Constitucional que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos no Brasil.

A Constituição do Brasil dispõe que é de competência municipal legislar sobre assuntos de interesse local, porém, mesmo nos municípios, a legislação é escassa e pontual. Quando existente diz respeito, especialmente, a antropotopônimos, sendo raras as que estabelecem regras para outras motivações toponímicas. A única proibição encontrada em quase todos os municípios pesquisados foi o de se dar nomes de pessoas vivas. Outro problema flagrante na toponímia brasileira é a constante alteração de nomes, pois os nomes são trocados sem critérios e quase sempre por interesses políticos do momento.

Nas denominações das hidrelétricas no Brasil, nem sempre há justificativa ou histórico sobre os novos topônimos a serem designados, e não há justificativa para a alteração de nomes, em âmbito federal ou estadual.

Verificamos que as leis brasileiras que tratam de questões toponímicas, seja para denominação de lugar, seja para nomeação de hidrelétricas, não apresentam uma normalização satisfatória tanto nos casos de atribuições quanto de alterações de nomes. O mesmo ocorre com as leis municipais que tratam da toponímia. A legislação brasileira sobre os nomes de lugar é escassa, portanto, nos diferentes âmbitos e sobre os diferentes elementos geográficos.

Por não termos encontrado legislação preocupada com o uso da toponímia no Brasil, propomos uma legislação específica para a denominação de hidrelétricas e, também, uma proposta de legislação para denominação de bens e logradouros públicos; essa é a nossa contribuição à sociedade.

Bibliografia

1. Bibliografia básica

ANTUNES, A. M. O nome do rio como referente: estudo contrastivo do rio Tietê e afluentes (séc. XVII-XX). In. *Caderno de Resumos do VI ENAPOL*. São Paulo, 2003.

AYROSA, P. M. da S. *As "entradas*" de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliot - O Barão de Antonina. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 28. São Paulo: 1930.

de São Paulo, vol. 28. São Paulo: 1930.
CARDOSO, A. L. <i>Toponímia brasílica</i> . Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961a.
Amerigenismos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961b (Coleção General Benício: v. 4).
DAUZAT, A. Les noms de personnes. Origine e évolution. Prénoms – Noms de famille – surnoms – pseudonymes. 4. ed. Paris: Libraire Delagrave, 1946.
Les noms de liex. Origine et évolution. Paris: Lib. Delabrave, 1937.
DICK, M. V. P. A. A língua de São Paulo. In. <i>Revista da USP</i> , São Paulo, v. 63, n. 1 p. 36-63, 2004a.
Rede de Conhecimento e Campo Lexical: Hidrônimos e Hidrotopônimos na Onomástica Brasileira. In: Isquerdo & Krieger (org). <i>As Ciências do Léxico</i> - vol. II Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2004b. p.121-130.
Aspectos de etnolingüística: a toponímia carioca e paulistana. Contrastes e confrontos. In. <i>Revista da USP</i> , n. 56. São Paulo: dez/fev 2002-3. pp. 180-191.
Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolingüística da toponímia brasileira. In. <i>Investigações Lingüística e Teoria Literária. Recife</i> , v.13-14. Recife 2001. p.153 – 172.
Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Altas Toponímico do Estado de São Paulo. In. <i>Investigações. Lingüística e Teoria Literária</i> v. 9. Recife: 1999. p. 119-148.

Significação Hiperonimica e Hiponimica nas Praticas Onomasticas. In. <i>Anais</i>
do I Encontro Nacional do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da
ANPOLL. Recife: 1998a. p.41 – 61.
Os nomes como marcadores ideológicos. In. <i>Acta Semiotica et Lingüistica</i> v.7. São Paulo: 1998b. p. 97-122.
<i>A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo</i> . 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996a.
Atlas Toponímico: um estudo de caso. In <i>Acta Semiótica et Lingüística</i> , v.6. São Paulo: 1996b, pp. 27-44.
O Léxico Toponímico: Marcadores e Recorrências Lingüísticas. Um Estudo de Caso: a Toponímia do Maranhão. In. <i>Anais da XLVII Reunião Anual da SBPC</i> , v. II. São Luís: 1995. pp. 338-47.
<i>Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos</i> . 3. ed. São Paulo: USP/FFLCH, 1992.
<i>Motivação toponímica e a realidade brasileira</i> . São Paulo: Arquivo do Estado. 1990.

DRUMOND, C. *Contribuição do Bororo à toponímia brasílica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1965.

DRUMOND, C.; NOGUEIRA, A. R. Estudo toponímico do rio Tietê. In *Separata dos Anais do Museu Paulista*. Tomo XXXI. São Paulo: 1982.

FURTADO, S. S. A *Toponímia e a Cartografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1960.

GONSALVES, D. da L. *Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*. Trabalho apresentado para exame de qualificação – nível de mestrado – Área de Estudos Lingüísticos da UFMS, 2003.

HARTT, C. F. *Notas sobre a lingua geral ou tupi moderno do Amazonas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1937.

LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: ed. Nacional; ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. Semantics. Cambridge: University Press, 1977.

_____. *Novos horizontes em lingüística*. Tradução de Geraldo Cintra. São Paulo: Cultrix, 1976.

MONTEIRO, W. de B. Curso de Direito Civil: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2003.

NÓBREGA, M. *História do Rio Tietê*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

ROMÃO DA SILVA, J. Função e Destino de Utilidade Geográfica da Toponímia. In *Boletim Geográfico – Conselho Nacional de Geografia; IBGE*. Ano XXIV, n° 187. Rio de Janeiro: jul./ago. 1965.

ROCHA, A. A. Do lendário Anhembi ao poluído Tietê. São Paulo: Edusp, 1991.

ROSTAING, C. *Les Noms de lieux*. 7.^a ed. Paris: Presses universitaires de France, 1969.

SALAZAR- QUIJADA, A. *La toponímia en Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela; Faculdad de Ciencias Econômicas y Sociales, 1985.

SAMPAIO, T. O tupí na geographia nacional. 3. ed.. Bahia: Secção graphica da Escola de aprendizes artifices, 1928.

SAPIR, E. Lingüística como ciência: ensaios. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

Stewart, G. R. *Names on the land. A historical account of place-naming in the United States.* New York: Random House, 1945.

TASTEVIN. C. Noms génériques de cours de l'eau dans l'Amérique tropicale. In Récueil de 76 Études de Linguistique, d'Ethnologie, de Science Religieuse, de préhistoire et autres. Viena: 1921.

TAUNAY, A. d'E. Relatos Monçoeiros. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

ULLMANN, S. Semântica. Uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

VASCONCELOS, J. L. *Opusculos*. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

2. Bibliografia complementar

AB'SABER, A. N. A terra paulista. In *Boletim Paulista de Geografia*, 23. São Paulo: 1956.

ADORNO, V. *Tietê: Uma promessa de futuro para as águas do passado*. São Paulo: Texto Arte Gráfica, 1999

AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Brasil 1500: quarenta documentos*. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

ARAÚJO, A. M. Folclore nacional. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

ARAÚJO, M. F. I. Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da grande São Paulo. In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão. Fundação Seade. *Cenários da urbanização paulista: a região administrativa da Grande São Paulo*. São Paulo: Fundação Seade, 1992. p.15-51.

ARAÚJO, M. F. I., DINIZ FILHO, L. L., BESSA, V. C. Principais alterações no espaço urbano da metrópole entre 1970-89. In: SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Planejamento e Gestão. Fundação Seade. *Cenários da urbanização paulista*: a região administrativa da Grande São Paulo. São Paulo: Fundação Seade, 1992. p.143-187.

ARROYO, L. Relação do rio Tietê. São Paulo: Obelisco, 1965.

ATWI, M. B.; ARROJO AGUDO, P. Impacto ambiental de las grandes presas en cursos bajos, deltas y plataformas litorales: el caso de Aswán. In *Anais do II Congresso Ibérico sobre Planeamento e Gestão de Água*. Porto: 2000, pp. 1-15

AZEVEDO, A. de (dir). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. 4 vols. São Paulo: Nacional, 1958.

BELTRÃO, L. Folkcomunicação – um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BERGAMINI, J. *Rio São Francisco, sua história e estórias.* Belo Horizonte: Comunicação, 1976.

BONAFÉ. M. Sistemática Integrada para controle das inundações em Sub-bacias hidrográficas urbanas. Tese de Doutorado. FAU/USP, 2000.

BORGES, P. H. P. Sonhos e nomes: as crianças Guarani. In *Cadernos CEDES*, vol. 22, n.56. Campinas: abr. 2002.

BRANCO, C. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

BRUNO, E. S. *Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira*. Vol. 5. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2002.

CADOGAN, L. *Ayvu Rapyta: Textos míticos de los mbya-guarani del Guaíra*. Assunção: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1992.

CAMPOS, E. A vila de São Paulo do Campo e seus caminhos. In *Revista do Arquivo Municipal*. v. 204. São Paulo: 2006, pp. 11-34.

CASCUDO, L. da C. Lendas brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. de Ouro, 1984.

_____. Contos tradicionais do Brasil. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. Folclore do Brasil. Brasil; Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1967

CORTESÃO, J. (org.). *Jesuítas e Bandeirantes no Guaira (1549-1640)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. 1951.

ELETROPAULO. Vida e Morte do Tietê - a História de um rio em São Paulo. São Paulo: Eletropaulo; Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

FARRET, F. A. *Aproveitamento de Pequenas Fontes de Energia Elétrica*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1999.

FERNANDES, A. de A. *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense, 1997.

GERBER, L. *História da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Labor, 1941.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Monções.* São Paulo: Brasiliense,1990.

IANNI, O. Uma Cidade Antiga. São Paulo: Ática, 1996.

KRAMER, S. N. Os Sumérios. Lisboa: Oficinas Gráficas de Livraria Bertrand, 1977.

LANGENBUCH, J. R. Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Rio Claro: 1968.

LINHARES, T. *Paraná, história, economia, vida social e costumes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

MAFFEI, R. Águas Revoltas: a análise técnica e histórica das enchentes em São Paulo. In *Memória*, a.II, n.5. São Paulo: out/dez, 1989.

MAGALHÃES, B. de. *O café na história, no folclore e nas belas-artes*. São Paulo: Compania Editora Nacional, 1980.

_____. Expansão geográfica do Brasil colonial. Estudos da história do Brasil e história do comércio, industria e agricultura. Rio de Janeiro: Enasa, 1944.

MEDEIROS, C. A. Geografia de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

MELO, L. P. História & Energia: a Light revela São Paulo. Espaços livres de uso público do centro nas fotografias da Light (1899-1920). São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2001.

MONTEIRO, M. Y. A Capitania de São José do Rio Negro. Manaus: 1955.

MORSE, R. *De Comunidade à Metrópole*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da fundação de São Paulo, 1954.

MOURA, G. de A. O Caminho do Paraguay a Santo André da Borda do Campo. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 13. São Paulo: 1908, pp. 167-180.

MÜLLER, A. C. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books, 1996.

NADAI, E.; NEVES, J. História Geral. São Paulo: Saraiva, 1996.

NICOLINI, H. *Tietê* – O *Rio do Esporte*. São Paulo: Phorte Editora, 2001.

OHTAKE, R. O livro do rio Tietê. São Paulo: Editora RO, 1991.

OTERO, E. Origem dos nomes dos países. São Paulo: Editora Panda Books, 2006.

PASSETTI, G. São Paulo, 1831. Cotidiano e Política no ano da Abdicação. In *Klepsidra. Revista Virtual de História*. Ano 2, n.º 9. Agosto-setembro, 2001. [Disponível em http://www.klepsidra.net/klepsidra9/saopaulo1831.html. Acesso em 28 nov. 2007].

PETRONE, P. Aldeamentos paulistas. São Paulo: USP, 1995.

PIEDADE, S. C.; MORAIS, J. L. de. A eletricidade em São Paulo: registros históricos. In *Engenharia*, n. 576. São Paulo: Engenho Editora Técnica Ltda, 2006. pp. 83-8

PONTES, J. A. O Tietê. In *História e energia*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo, 1995.

PRADO Jr., C. *A cidade de São Paula*, geografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REVISTA FURNAS. 1957-1967. Como tudo começou (Edição especial – 50 anos de Furnas). Ano XXXIII, nº 337, fev. 2007.

RIBEIRO, M. L. B. (org.) *Observando o Tietê*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, Núcleo União Pró-Tietê, [s/d].

ROLNIK, R. *A cidade e a lei – legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1997.

SÃO PAULO (Estado). *A água no olhar da história*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1999.

SEVCENKO, N. *Tietê influenciou a formação da cidade*. In Jornal Folha de São Paulo — Caderno Especial "SP450". 25/01/2001 [Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/saopaulo450/artigos-sevcenko.shtml. Acesso em 18 fev. 2005].

SILVA, C. G. Do Anhembi amigo ao Tietê hostil: A transformação do meio em um sistema técnico. In: *Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos Brasileiros*. Goiânia: AGB; UFG, 2004.

SILVEIRA, A. R. da et alli. *História, Hidroelétricas e Bacias Fluviais: Região Metropolitana de São Paulo*. s/d [Disponível no site da Fundação Energia e Saneamento, http://www.fphesp.org.br/13.pdf].

SIOLI, H. The Amazon. Dordrecht (Netherlands): W. Junk Publisher, 1994.

TAUNAY, A. d'E. *História das Bandeiras Paulistas*. Vol. VII. São Paulo: Melhoramentos, 1946.

TUNDISI, J. G. Limnologia e Manejo de Represas. 2 tomos. São Paulo: USP; ACIESP; FAPESP; UNEP, 1988.

USHER, A. P. *Uma História das Invenções Mecânicas*. Campinas: Papirus, 1993.

VAMPRÉ, J. O Tietê na história e na lenda. In *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 15. 22 e 29 de abril de 1934.

VERCOUTTER, J. O Egito Antigo. São Paulo: DIFEL, 1980.

ZMITROWICZ, W. Francisco Prestes Maia. O sonho e a realidade do Plano de Avenidas. In *Revista Cidade*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura; PMSP, 1996. pp. 28-35.

3. Dicionários e enciclopédias

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Curitiba : Editora Positivo, 2004.

FREITAS, A. A. de. *Diccionário histórico, topographico, ethnographico*. São Paulo: Graphica Paulista, 1924.

HASSID, J.-C.; JEANNEAU, G. *Dictionnaire Latin-Français – Prima elementa*. s/d [Disponível em http://www.prima-elementa.fr/].

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. 36 volumes. Rio de Janeiro: Oficinas dos Serviços Gráficos do IBGE, 1957.

4. Documentos oficiais

AZEVEDO MARQUES, M. E. Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo. 2 tomos. São Paulo: Martins, 1952.

BILLINGS, A. W. K. Comentários em torno do aproveitamento hidrelétrico da Serra do Mar. São Paulo, 1947.

BORDEN, H. Os empreendimentos da Light na região Rio-São Paulo. Rio de Janeiro, Bloch, 1953.

PREFEITURA do Município de São Paulo. *Relatório Final da Comissão Especial de Estudos sobre Enchentes.* São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, setembro de 1995. [Mimeogr.]

_____. Actas da Câmara da Villa de São Paulo [de 1592 a 1622]. Vol. 2. São Paulo: Departamento de Cultura, 1915.

5. Relatos de viajantes

BORBA, N. Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 97. Rio de Janeiro: 1876, pp. 65-87.

CHICHORRO, M. da C. de A. C. S. Memória em que se mostra o estado econômico militar e político da Capitania de São Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8/12/1814. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 36. Rio de Janeiro: 1873, pp. 197-232.

CLETO, M. P. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial, 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1977.

DANIEL, Pe. J. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. 2 vol. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

JUZARTE, T. J. *Diário da navegação*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RELATÓRIO do presidente da província Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo. São Paulo: Tipografia Imperial, 1864.

RELATÓRIO preliminar apresentado ao Prefeito da Capital pela comissão nomeada para estudar as causas das inundações da várzea do Tietê. In Revista Engenharia Municipal, 21. São Paulo: abr/jun. 1961.

6. Literatura: romances, poesias e crônicas

CRUZ, A. C. de B. O Paulista: romance histórico. Itu: Ottoni Editora, 2005.

GUZMÁN, R. D. de. La Argentina. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1945.

ANDRADE, C. D. de. *Discurso de Primavera e algumas Sombras*. São Paulo: José Olympio, 1978.

ANDRADE, M. de. Poesias completas. São Paulo: Martins, INL, 1972.

7. Cartografia

ANVILLE, J. B. B. d'. Mapa geral, 1784.

BISTRICHI, C. A. et alii. *Mapa geológico do Estado de São Paulo*; escala 1:500:000. São Paulo: IPT, 1981.

CARVALHO, C. L. de *Carta da Província de S.* Paulo, 1887. (Coleção Museu Paulista)

COMISSÃO Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo. *Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná)*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Cia, 1930.

Demonstração Geographica do curso do rio Tietê desde a cidade de São Paulo, até a confluencia que forma com o rio Ygatemy, e a direção deste até as suas origens, [s/d]. (Coleção Museu Paulista)

HIRNSCHROT, R. Karta da Província de São Paulo augmentada de dados estatísticos e outras correcções resultantes de estudos e melhoramentos recentes, 1875. (Coleção Museu Paulista)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Cana do Brasil*, escala 1:250:000. São Paulo, 1975-6.

INSTITUTO GEOGRAFICO E GEOLÓGIO. Mapa geológico do Estado de São Paulo; escala 1:1000.000. São Paulo, 1974.

LACERDA, F. J. de. Mappa dos Leitos dos Rios Taquary, Cuxiim, Gamapoam, Varador de Gamapoam, Pardo, Paraná, Tietê e Caminho de Terra desde a Freguezia de N. Snra. Mai dos Homens d'Araraytaguaba até á Cidade de S. Paulo, 1788-9. (Coleção Museu Paulista)

MULLER. Parte da Província de São Paulo. Estrada da Capital à Franca, 1864. (Coleção Museu Paulista)

O'LEARY, A. H. Mappa Parcial dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes com indicação de todas as Estradas de Ferro em trafego e em construção. Cidades, Villas, Povoados, Estações e Serras, com as altitudes em referencia ao mar, [s/d]. (Coleção Museu Paulista)

Planta levantada conforme as informações prestadas por João Gonsalvos Peixoto em Março de 1860. (Coleção Museu Paulista)

PONÇANO, W.L. et alii. *Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo.* São Paulo. IPT, s.d.

RATH, C. D. Carta da Provincia de São Paulo, 1877. (Coleção Museu Paulista)

TAUNAY, A. d'E. Coletânea de mapas da cartografia paulista antiga. São Paulo, Melhoramentos,1922.

Viagem do Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria da Cidade de S. Paulo á Praça de N. S. dos Prazeres do Rio Igatimy, 1774. (Coleção Museu Paulista)

Anexos

A. Tietê Antigo

1. Mappa de D. Luis de Cespedes Xeria – 1628 (Taunay: 1922)

Rio de Ayemby

Mboyy

Ytamiriguaçu

Rivera

Riveron

Capibary

yiroy

Sarapiy

equacatu

mbaeiyru

imbaguarigueen

Yacarey

Peray

Enbaery

Camasibuca

Yacarey

Yacarepepi

Rivera grande

Riveron

Yacarey

Paranages el Rio de Laplata

La interpretacion delos dichos Rios

Ayemby – quieredezir Rio de unas aves añimas

Ytamiriguaçu – Rio depiedras chicas y grandes

Mboyry – Rio de La quentas

Rivera - A Royuelo

Capibary – Rio delas capibaras

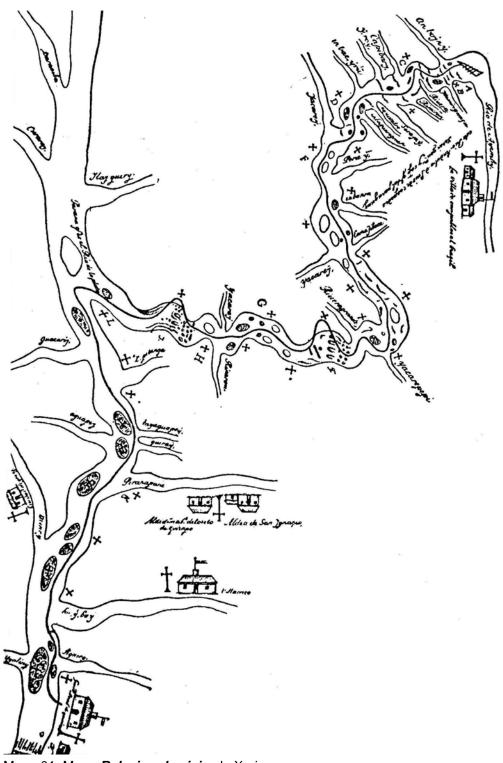
Yroy - Rio Frio

Sarapoy - Rio de um pese llamado sarapo

Yequacatu - Rio sinpeligro

mbaguarigueen - Vomitado deunpasaro

Yacarey – Rio de lagartos piray – Rio de peses mbaeyry – Rio capax dealojamiento Camasboca – Rio de las camajibas de hazenfirechas Yacarepepi – Pestaña de lagarto



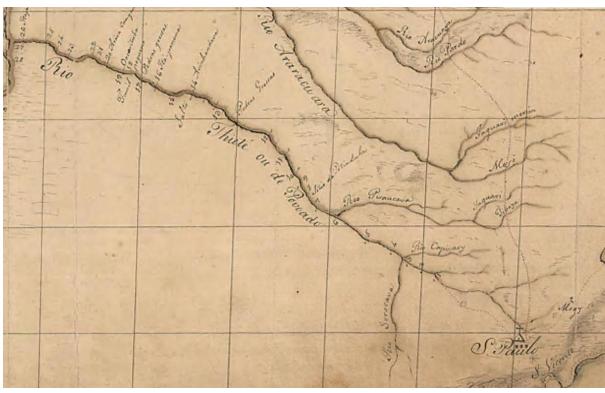
Mapa 01. Mapa *Relacion de viaje*, de Xeria.

2. Notícias Práticas das Minas do Cuiabá e Goiases, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez Às Minas do Cuiabá no ano de 1727 (Taunay: 1981, 101-39)

[rio] Theaté
porto Aritaguaba
Sorocaba
salto Abaremanduaba
[salto] Jurumirim
canal tão estreito, que parece um funil
[salto] Gequitaya
Capibarí
Piracicaba / Paracicaba
[salto] Panhandabá (Avenhandava)
[salto] Araracanguaba
[salto] Itapuyrás
Rio Grande

3. Recopilação de notícias da Capitania de São Paulo em abono dos honrados e beneméritos naturais e povoados da mesma e não vulgar relação da jornada que da sua capital fez no ano de 1751 o Exmo. Conde de Azambuja, passando a governar a capitania de Mato Grosso, o que tudo igualmente se demonstra em duas plantas geográficas, tão raras como curiosas, as quais se podem ver no fim desta (Cleto: 1977, 95-121)

[rio] Tietê
[cachoeira] Abarémanduaba
Sítio Pitunduba
Sítio Avanhadava
Salto do Itapura
Rio Grande



Mapa 02. Detalhe da *Copia do Mappa do Snr. Conde de Azambuja* (Coleção Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

4. Diário de Navegação. De Teotônio José Juzarte (2000) – 1769

Nomes das cachoeiras que passamos neste Rio Tietê

Cachoeira Avaremanduava

Cachoeira Itanhaém

Cachoeira Ixaxeririca

Cachoeira Itagaçava

Cachoeira Pirapora

Cachoeira Bujuiquara

Cachoeira Dianguá

Cachoeira Itapema

Cachoeira Dugarcia

Cachoeira Matias Peres

Cachoeira Itabucava

Cachoeira Ipicu

Cachoeira Putunduva

Cachoeira Ibauru-guaçu

Cachoeira Barueri-mirim

Cachoeira Barueri-guaçu

Cachoeira Guaimicanga

Cachoeira Avanhandava

Cachoeira Bracaé

Cachoeira Itupanema

Cachoeira Yaivapiru

Cachoeira Icacoara-guaçu

Cachoeira Funil

Cachoeira Vacurituba

Cachoeira Araçatuba

Cachoeira Araracanguara-mirim

Cachoeira Araracnaguara-guaçu

Cachoeira Itupeva

Cachoeira Anhangaratá

Cachoeira Itupeva-mirim

Cachoeira Itupiru

Cachoeira Itaipiranga

Cachoeira Itapura-mirim

Cachoeira Itapura-guaçu



Imagem 01. Folha de rosto do *Borrão* do "Diário de Navegação" de Juzarte.



Mapa 03. Folha s./n do *Borrão* do "Diário de Navegação" de Juzarte, na qual se vê o salto de Avanhandava.

5. Viagem do Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria da Cidade de S. Paulo á Praça de N. S. dos Prazeres do Rio Igatimy. Em 3 de Outubro de 1774. (Coleção Museu Paulista)

[povoado] S Paulo

[povoado] Itú

Salto de Itú

[povoado] Porto de Araritaguaba

cor. Acanguera

Cax. Páo Santo 1º.

Cax. Avaremandoava 2º.

Cax. Itagassavamirim 3º.

Cax. Itagassava guassu 4º.

Cax. Pirapora 5º.

Cax. Pilar 6º.

R^{xo} da Forquilha

Itaipava grande

R° Capivari

R. Sorocaba

Rº Orelha d'Anta

Cax. da Pederneira 7º.

[curso d'água] Páo Cavado

[curso d'água] Itapeva

[curso d'água] lacuacatú

Muitas Ilhas

R. Piracicaba

I. Itapeva

D Cerros de Araraquara

R. dos Lençoes

Cax. do Estirão Grande 8º.

Cax. do Potundaba 9º.

Sitio

Cax. Banvaguaçu 10°.

Cax. Baurú-mirim 11º.

Cax. Baurú guaçu 12º.

Cax. de Setubaú 13º.

Cax. das Congonhas 14°.

R. Jaguary

Cax. Guaimicanga 15°.

Cax. Tambau-guaçú 16°.

Cax. da Escaramuça 17º.

R. da Ilha

Cax. Cambayuoca 18º.

R° das Antas

Rº da Praia

Rº Morto de Avanhandava

Rº do Campo

Itaipava

R. Alambary

Cax Avanhandava-mirim 19°.

Salto do Avanhandava

Rº da Bocaina

Cax. da Escaramuça do Gosto 20º.

Rº da Escaramuça

Cax. de Itupanema 21º.

Cax. da Ilha 22º.

Cax. Matto Secco 23º.

Cax. Ondas Grandes 24°.

Cax. Ondas Pequenas 25°.

Cax. Funil Pequeno 26°.

Cax. Funil grande 27°.

Cax. Guaícurytiba 28º.

Cax. 29°.

Cax. Arassatuba 30°.

Cax. Aracangua mirim 31°.

100 Braças de largura

Cax. Araracangua-guaçu 32º.

Cax. Itapeba 33º.

Cax. Vaicurytuba mirim 34°.

Brejo

Brejo

Brejo

Poço Muito Fundo

Cax. Itapira 35°.

Cax. dos 3 Irmaos 36º.

Cax. de Itapura mirim 37º.

Salto de Itapura 38º.

[rio Paraná]



Mapa 04. Detalhe do mapa *Configuraçam dos rios Tieté, Paraná, Igatemi* de José Custódio de Sá e Faria (Coleção Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

6. Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. De Marcelino Pereira Cleto (1977, 25-37) – 1782

rio Tietê [rio] dos Pinheiros rio Grande rio Pequeno

7. Divertimento admirável – para historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso. De Manoel Cardoso de Abreu – 1783 (Cleto: 1977, 63-87)

freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araritaguaba

rio Tietê

[cachoeira] Acanguerauçú

[cachoeira] Acangueramirim

[cachoeira] Jucumirim

[cachoeira] Abarémanduaba

[cachoeira] Xiririca

[cachoeira] Sabaúna

[cachoeira] Itaguaçara

[cachoeira] Pirapora

[cachoeira] Boiuiguara

[cachoeira] Pilões

[cachoeira] Garcia

[cachoeira] Matias Peres

[cachoeira] Itapema

[cachoeira] Pederneiras

[cachoeira] Pau-Cavalo

[cachoeira] Banharão

[cachoeira] Potunduva

[cachoeira] Bauru

[cachoeira] Baririmirim

[cachoeira] Baririguaçu

[cachoeira] Saputuva

[cachoeira] Congonhas

[cachoeira] Guaimicanga

[cachoeira] Uambaí

[cachoeira] Escaramuça

[cachoeira] Tambapiririca

[cachoeira] Cambaiuvoca

[cachoeira] Avanhavamirim

[cachoeira] Avanhandavuçu

[cachoeira] Escaramuça do Gato

[cachoeira] Utupanema

[cachoeira] Mato Seco

[cachoeira] Ondas Grandes

[cachoeira] Ondas Pequenas

[cachoeira] Funil Grande

[cachoeira] Funil Pequeno

[cachoeira] Guacurituvuçu

[cachoeira] Utupeva

[cachoeira] Araracanguavamirim

[cachoeira] Araracanguavuçu

[cachoeira] Guacuritumirim

[cachoeira] Utupiru

[cachoeira] Três Irmãos

[cachoeira] Itapuramirim

[cachoeira] Itapura

8. Mappa dos Leitos dos Rios Taquary, Cuxiim, Gamapoam, Varador de Gamapoam, Pardo, Paraná, Tietê e Caminho de Terra desde a Freguezia de N. Snra. Mai dos Homens d'Araraytaguaba até á Cidade de S. Paulo. Levantada em 1788 e 1789. Por Francisco Jozé de Lacerda. Dr. Astronomo. (Coleção Museu Paulista)

Cidade de S. Paulo

Aldea dos Pinheiros

r. dos Pinheiros

Aldea de Baroeri

Villa d'Itu

Canguera

Jurumirim

Avaramanguara

Itanhae

Tiririca

do Machado

Itagassaba minim

Pirapora minim

Pirapora

Bujuy

dos Pilões

do Garcia

do Mathias Peres

Garcia

Itapema minim

Itapema guasú

Rio Sorocaba

Ribeira da Onça

da Pederneira

Baixio latay

Ribeira d'Icuacatû

da Ilha

Rio Parassicaba

Ribeira da Fazenda

Montes de Araraquera

do Banharom

Ribeira dos Lenções

Estirão Ribeira dos Patos

Putunduba

do Sitio

de Itapuã

do Bauru

Bariri minim

Bariri guassû

Congonha

Rio Jacarépipira minim

Rio Jacarépirira guassû

Itamicanga

Tamba Tiririca

Tambau guassû

Tambaû minim

Cambayuvoca

Rio do Quilombo

do Campo

Avanhandava minim

Salto d'Avanhandava

Rio de S. Jozé

Escaramussa

de Utupanema

da Iha

Mato Seco

Ondas grandes

Ondas peq.nas

Funil grande

Funil peq.no

Vaicurituba

Arassatuba

Araracanguara minim

Araracanguara guassû

Ribeira do Sucury

Itupeva

Vaicurituba minim

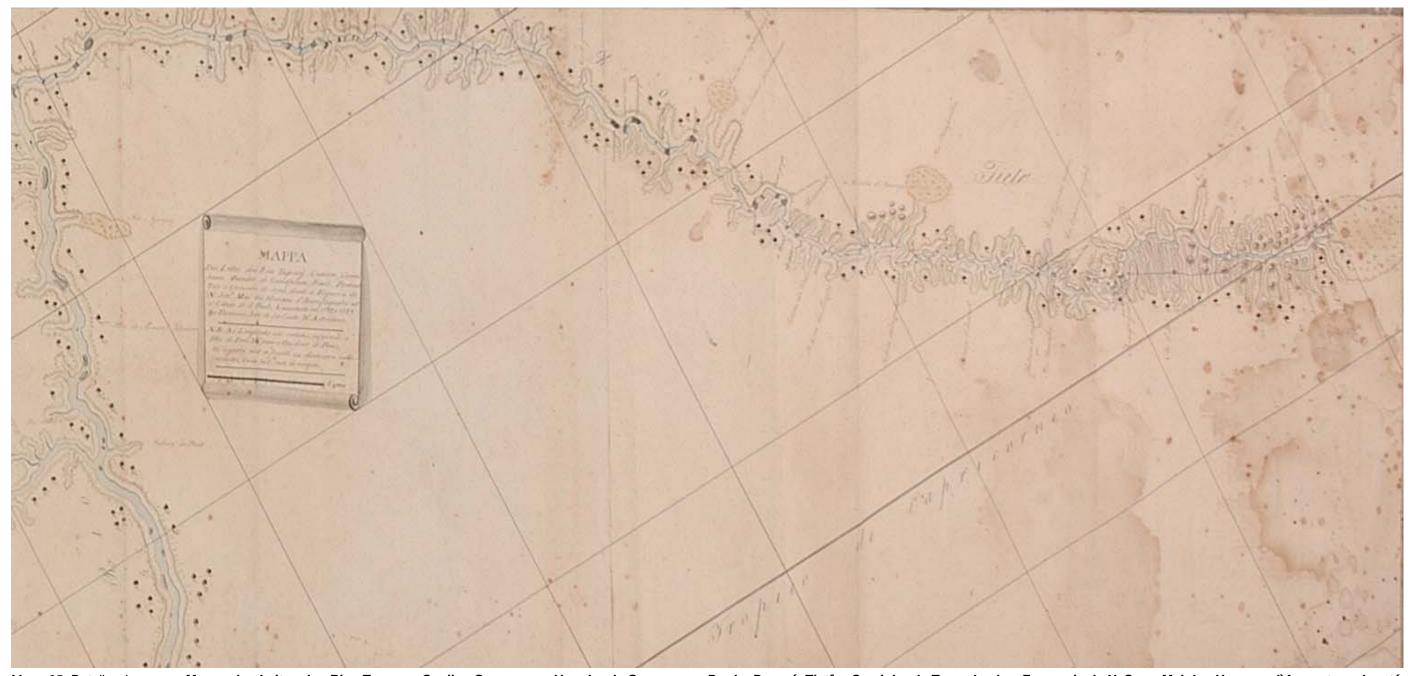
Pirataraca

Itupiru

os 3 Irmaos

Itapura minim

Salto d'Itapura



Mapa 05. Detalhe do mapa . Mappa dos Leitos dos Rios Taquary, Cuxiim, Gamapoam, Varador de Gamapoam, Pardo, Paraná, Tietê e Caminho de Terra desde a Freguezia de N. Snra. Mai dos Homens d'Araraytaguaba até á Cidade de S. Paulo, no qual se vê o percurso do Tietê.

9. Mappa corographico da Capitania de S. Paulo. De Antonio Roiz Montezinho – 1791-1792 (Taunay: 1922)

- R. dos Couros
- R. Pinheiros
- R. Grande
- R. Piqueno
- R. Cutia
- Rio Jundiay
- R. Capivari Guaçu
- R. Capivari mini
- R. Lambary
- R. Sarapuy
- R. Ypané
- R. Sorocabusú
- R. Sorocamini
- R. da Onça
- R. Grande
- R. Ycuacatú
- R. da Fazenda
- Rio Piracicaba
- Rio Jagari
- Rio Tibaia
- R. Itapema
- R. dos Lançoes
- R. dos Patos
- Rib. Potunda
- R. Jacaré Pipira mini
- R. Jacaré Pipira guaçú
- R. do Quilombo
- R. de S. Jozé
- R. do Sucury
- Pirataraca

10. Carta corographica da Capitania de S. Paulo. De João da Costa Ferreira [?] – 1793 (Taunay: 1922)

Rio Jundiay

- R. Capivari Guaçu
- R. Capivari mirim
- R. Lambary
- R. Sarapoy
- R. Sorocaba

Rib^{om} da Fazenda

Rio Piracicaba

Rio Jagari

Rio do Tibaya

Rib^{om} dos Lanções

Rib^{om} dos Patos

Rib. Pontunduba

R. Jacaré Pipira merim

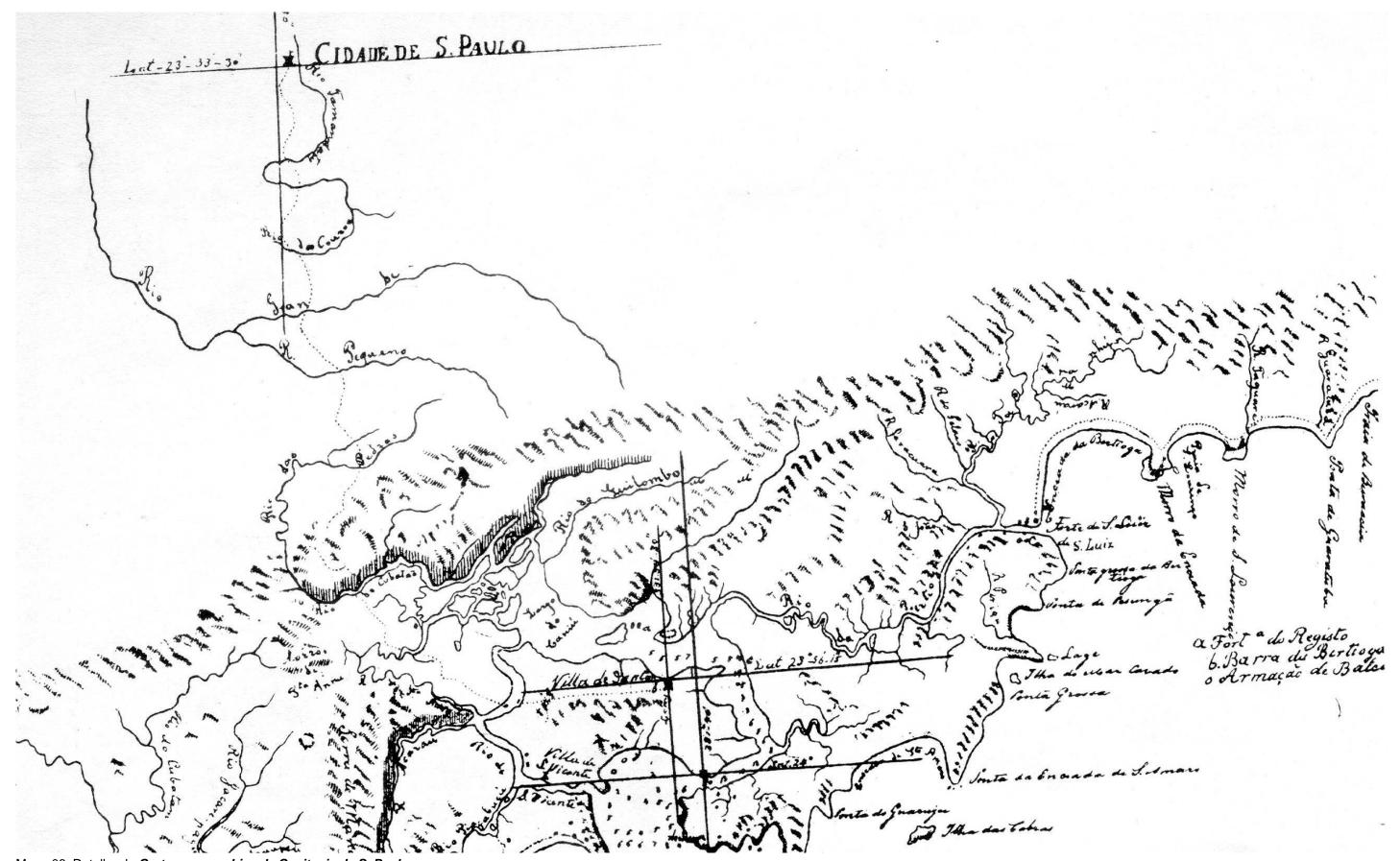
R. Jacaré Pipira guaçú

Rib^{om} do Quilombo

R. de S. José

Rib^{om} do Sucuri

Pirataraca



Mapa 06. Detalhe da Carta corographica da Capitania de S. Paulo.

11. Jornais das viagens pela Capitania de São Paulo. De Martim Francisco Ribeiro de Andrada – 1803 (Cleto: 1977, 145-163)

[córrego] Juqueiri-guassu

[córrego] Juqueiri-mirim

Tietê

rio Pinheiros

Rio Grande

Rio pequeno

Porto-feliz

ilha de Itapeva

Barueri

Penenduva

Bacaetava

Ipanema-merim

cabeceiras do Ipanema

[rio] Sorocaba

12. Mappa corographico da Provincia de S. Paulo. De Daniel Pedro Müller – 1837 (Taunay: 1922)

Rio dos Pinheiros

- R. Juquiri
- C. Aracangua
- R. Capibary

[Sorocaba]

- R. da Onça
- C. Pelouros
- C. Itapema
- C. Pederneiras
- Rio Piracicaba
- C. Banharo
- Rib. dos Lençoes
- Rib. dos Patos
- C. Estivão
- C. Potenduba
- C. Bauru
- C. Bauru guassu
- C. Biriri mirim
- C. Biriri guassu
- C. Sepetuba
- C. Congonhas
- R. Jaguary
- C. Cruamança
- C. Tambá piririca
- C. Escaramuça do Gato
- C. Caioba giboca
- R. Quilombo

Campo

R. Lambari

Campo

Anhandava mirim

Anhandava

- R. S. José
- C. Escaramuça
- C. Itapanema
- C. Peralaruca
- C. Mato Seco
- C. Ondas pequenas
- C. Ondas grandes

- C. Funil pequeno
- C. Funil grande
- C. Guacurimba
- C. Itaguaçava
- C. Araçatuba
- C. Aracanguá mirim
- C. Aracanguai
- C. Itapeva
- R. do Sucury
- C. Bacury mirim
- C. Bacury
- R. Pirataraca
- C. Tupira mirim
- C. Tupera
- C. 3 Irmãos
- C. Itapura mirim
- C. Itapura

13. Planta levantada conforme as informações prestadas por João Gonsalvos Peixoto em Março de 1860. (Coleção Museu Paulista)

[cachoeira] Salto do Avanhandava

[curso d'água] Ferreiro

[curso d'água] S. Jerônimo

[povoado] Arraial do Carmo

[cachoeira] Escaramuça

[curso d'água] Santa Barbara

[cachoeira] Escaramuça

[curso d'água] Palmeiras

[cachoeira] Mato-seco

[povoado] N. S. Machado de Olicçar

[curso d'água] Mato Grosso

[curso d'água] Macauva

[curso d'água] Açoita Cavalo

[cachoeira] Meia legoa

[curso d'água] Tres Irmãos

[curso d'água] Alambary

Nova colonia militar

[curso d'água] Guedes

[cachoeira]Cruz

[curso d'água] Barreiro

[cachoeira]Canal do Inferno

[curso d'água] Engano

[curso d'água] Cachoeira

Alagado do Vacori

[curso d'água] Cruz

[curso d'água] Piratacusú

[cachoeira] Vacuri

[curso d'água] Piratamirim

[curso d'água] Pirataraca

[curso d'água] Dous Córregos

Poção de Pirataraca

[curso d'água] Tamboril

[curso d'água] Barra do Serné

[curso d'água] Água-parada

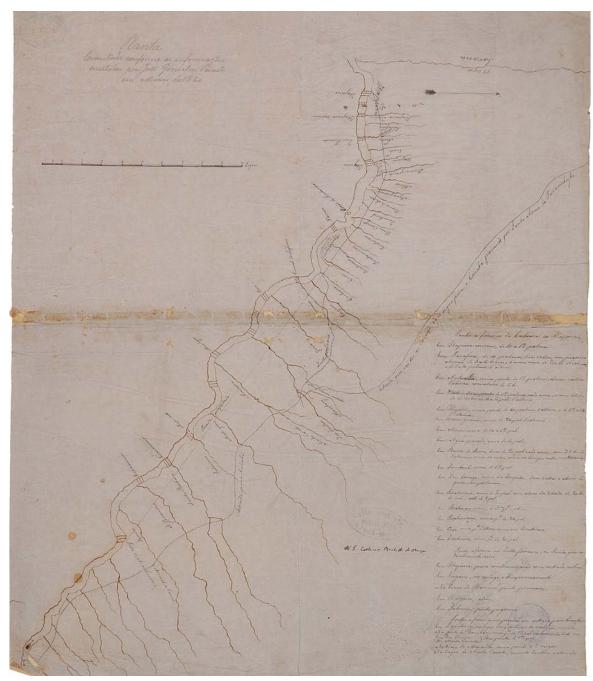
[curso d'água] Barra-Grande

[curso d'água] Alivio

[cachoeira] Itapirú

[curso d'água] Itupirú

[curso d'água] Veado



Mapa 07. Planta levantada conforme as informações prestadas por João Gonsalvos Peixoto em Março de 1860.

14. Parte da Província de São Paulo. Estrada da Capital à Franca, extraída da Carta do Gal. Muller – 1864. (Coleção Museu Paulista)

R. Tietê

Porto Feliz

Indaiatuba

ltu

Bethlem

Campo Largo

Jundiahy

Guapena

R. Juquery

Juquery

R. Sorocaba

Sorocaba

Pirapora

Paranahyba

Araçariguama

Jaraguá

Cotia

Baruiry

Soroca mirim

Soroca guassu

Una

Mboy

Itapecirica

Pinheiros

S. Paulo

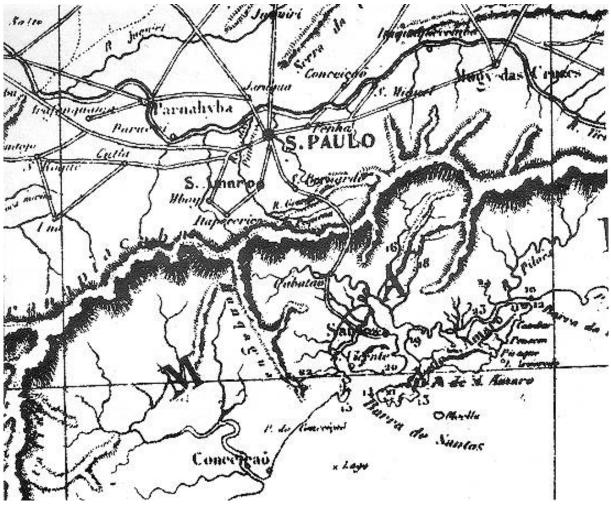
S. Amaro

Penha

S. Miguel

Conceição Itacoaquecetuba

Mogi das Cruzes



Mapa 08. Detalhe da Carta do Gal. Muller.

15. Karta da Província de São Paulo augmentada de dados estatísticos e outras correcções resultantes de estudos e melhoramentos recentes por Robert Hirnschrot, Engenheiro civil, 1875. (Coleção Museu Paulista)

S. Paulo

Rio Penha

Rio Pumandatehy

Rio Grande

Rio Juquery

Parnahyba

Pirapora

Potribu

Rio S. Roque

Rio Jundiahy

Salto

Rio Quiacatinga

Rio Avicunga

Rio Capivary

Rio Sorocaba

Rio feio

Rio Bonito

Rio Peixe

Rio Jaluhy

Rio Capivara

Rio Lenções

Rio dos Patos

Sape

- C. Itapuam
- C. Bauru
- C. Barueri mirim
- C. Barueri guassu
- C. Sape
- C. Congonha

Rio Claro

C. Vomicanga

Rio S. José

Tamburirica

Rio Barra Mansa

Rio Fartura

- C. Matto Secco
- C. Escarumaça
- C. das Ondas

- C. do Funil
- C. Vaicuritiba
- C. Aracanguá
- C. Ytapeva
- C. Vaicuritiba mirim
- Rio Sucury
- C. dos três Irmãos
- C. Itapura mirim
- Salto da Itapura

16. Carta da Provincia de São Paulo organisada por C. D. Rath – 1877. (Coleção Museu Paulista)

- r. da Penha
- r. Tamanduatehy
- r. dos Pinheiros
- r. Mboy
- r. da Cutia

Pirajibú

r. Jundiahy

Salto de Taiey

- r. Passa Tres
- r. Burú
- r. Atuahú
- r. Aracura
- r. dos Moinhos

Salto Grande

r. da Forquilha

Cax. Vaçaroroça

Cax^a Itapema-guassú e mirim

- r. Salgado
- r. de Sorocaba
 - r. d Laranjas
 - r. da Onça
 - r. Halletuya
 - r. Alambary
 - r. Tatuhy
 - r. d Pederneiras
 - r. Estiva
 - r. Iperó
- r. d. Pederneiras
- r. Taquarajé
- r. d'Almeida

Cax^a dos Pellouros

- r. das Conchas
- r. do Peixe
- r. Grande

Rio Piracicaba

- r. Jatahy
- r. Curumbatahy
 - r. Paraiso
- r. Piracicaba mirim

- r. Alambary
 - r. Preto
- r. Tatú
- r. do Toledo
- r. Quilombo
- r. Pigual
- r. Pirapetininga
- r. Jaguary
- r. Atibaia
- r. Jaguary
- r. Jatahy

Cax. Piapema

- r. Tatú
- r. Araquar

Cax. dos Banhares

r. dos Lenções

rio dos Patos

Cax^a Bauru

Rio Bauru

- r. Lambary
- r. Jacarépipira-mirim
 - r. Feijão
 - r. Pinhal
 - r. Coquero
 - r. do Lobo

Cax^a Barueri-mirim

Cax^a Barueri guassú

- r. Jacarépepira-guassu
 - r. das Mortes
 - r. Dobrado
 - r. Monjolinho

Chiburro

Cruzes

R. Claro

Cax^a Vamicanga

- r. dos Porcos
- r. Tambaú

Cax^a do Campo

- r. do Campo
- r. de S. José

Salto d'Avanhandava

r. Febreiras

Cax^a Escaramuça

r. do S. Serestiano

r. da S Barbara

Cax^a do Mato secco

r. da Palmeira

r. do Matto grosso

Cax^a do Matto grosso

r. Macauvas

r. Açouta Cavallos

r. Acambary

r. d 3 Irmãos

Cax^a da Cruz

r. Guedes

Canal do Inferno

r. do Engano

r. da Cruz

r. Parataraca

L. Vacory

Cax^a Vacory

r. dos 2 Corregos

r. do Tamboril

Poço da Parataraca

r. da Barra Grande

r. das Pedras

Cax^a Itaperú

r. d'Anta

Cax^a dos Tres Irmãos

I. Reza

Cax. Itapura-mirim

r. do Parafuso

r. Itapura-mirim

Cax. Itapura

Paraná

17. Carta da Província de S. Paulo – organizada e gravada por Cláudio Lomellino de Carvalho – 1887. (Coleção Museu Paulista)

Rio Pinheiros

Baruery

Parnahyba

Pirapora

Aracaryguama

Potribu

ltu

Salto

Porto Feliz

Tietê

Rio Capivary

Porto do Martins

Rio Piracicaba

Banharão

Porto dos Lenções

Sapé

Rio dos Patos

Rio Lambay

Rio Jacaré pipira mirim

Rio Jacaré pipira guassú

Rio Claro

Cax. Vamicanga

Cax. Tambaú-guassu

Rio dos Porcos

Capelinha das Pedras

Cax. Do Campo

Salto de Avanhandava

Cax. Escaramuça

Cax. Tres Irmãos

Salto Colônia de Itapura

Cax. Urubú Punga

18. Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná) – 1905 (Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo: 1930)

Rio Tieté - corredeiras

Vamicanga

Tambahú

Jatahyseiro

Escaramuça

Esteio Lavrado

Arranca-Rabo

Lage

Avanhandava-Mirim

Avanhandava ácima do Salto

Avanhandava abaixo do Salto

Escaramuça

Macuco

Barreiro

Matto Seco

Ondas Grandes

Ondinhas

Guariba

Funil

Meia Legua

Araçatuba

Aracanguá

Cruzes

Canal do Inferno

Bacury

Travessa Grande

Ilha Seca

Tres Irmãos

Itapura-Mirim

Paredão

Vae-vem

Machado

Rio Tieté – Relação das Ilhas

Vamicanga

Tambahú

Jatahyseiro

Onça

Gatto

Escaramuça

Esteio Lavrado

Limoeiro

Arranca-Rabo

Passarinhos

Cervinho

Campo

Rebojo

Escaramuça

Antas

Macuco

Barreiro

Matto Secco

Ondinhas

Guariba

Funil

Meia Legua

Araçatuba

Aracanguá

Lambary

Cruzes

Inferno

Bacury

Pirataraca

Ilha Seca

Itapura-Mirim

Machado

Afluentes principaes da margem direita do Rio Tieté

Rio Jacaré Grande

Ribeirão dos Porcos

Ribeirão da Onça

Ribeirão Mattosinho

Ribeirão dos Fugidos

Ribeirão do Espirito Santo

Ribeirão das Tres Pontes

Ribeirão do Sucury

Ribeirão Barreiro ou Rio Morto

Ribeirão Cervo Grande

Ribeirão Cervinho

Ribeirão Barra Mansa

Ribeirão dos Bugres

Ribeirão da Fartura

Ribeirão dos Pintos

Ribeirão da Corredeira

Corrego do Guassú

Corrego do Embira

Ribeirão do Ferreiro ou da Officina

Ribeirão São Jeronymo

Ribeirão Santa Barbara

Ribeirão do Matto Grosso

Ribeirão do Macaúba

Ribeirão do Lambary

Ribeirão do Barreiro

Ribeirão do Santissimo

Afluentes principaes da margem esquerda do Rio Tieté

Ribeirão Rio Claro

Corrego da Monção

Corrego Doce

Rio Batalha

Corrego do Sucury

Ribeirão do Cervão

Corrego do Relogio Queimado

Corrego do Macuco

Rio dos Dourados

Ribeirão dos Patos

Ribeirão do Farello

Ribeirão do Lageado

Corrego Congonhas

Ribeirão do Baguassú

Ribeirão do Baixote

Ribeirão das Ondinhas

Corrego Araçatuba

Ribeirão do Aracanguá

Corrego Aracanguá-mirim

Ribeirão Agua Parada

Ribeirão Agua Fria

Ribeirão do Cotovello

Ribeirão Travessa Grande

Ribeirão dos Tres Irmãos

Corrego (acima de Itapura-mirim)

Corrego Itapura-mirim Corrego Itapura Corrego abaixo do Itapura



Mapa 09. Detalhe do mapa Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná).

19. Mappa Parcial dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes com indicação de todas as Estradas de Ferro em trafego e em construção. Cidades, Villas, Povoados, Estações e Serras, com as altitudes em referencia ao mar. Organizado por Arthur H. O Leary – s/data. (Coleção Museu Paulista)

Rio Claro

Rio Parahytinga

Rio Jundiahy

Rio Taiussupeba

Rio Guaio

Rio Baquiruvú

Rio Aricanduva

Rio Tamanduatehy

Rio dos Pinheiros

Rio da Cutia

Rio Baruery

Rio Juquery

Rio de S. Roque

Rio Jundiahy

Salto

Rio Itahim

Porto Feliz

Rio Capivary

Rio Sorocaba

Bairro das Pederneiras

Rio das Conchas

Rio do Peixa

Rio Alambary

Porto Martins

Rio Piracicaba

Porto Cerrito

Dous Córregos

Araquá

Barra Bonita

P. dos Lenções

Ribeiros

Caxoeira

Rio dos Paros

Cax. Da Barra Gde

C. Alambary

C. do Veado

Rib. Bonito

Rio Jacare Pipira

Rio do Jacaré

Cax.

Cax.

Rio do Campo

Cax. do Escaramuça

Rio da Fartura

Rib. das Antas

Bib. do Praya

Rio de S. José

Rio do Prata

Rio Morto do Avanhandava

Rio Alambary

Salto do Avanhandava

Rio da Bocaina

Rio Escaramuça

Rio Camburé Guassu

20. Demonstração Geographica do curso do rio Tietê desde a cidade de São Paulo, até a confluencia que forma com o rio Ygatemy, e a direção deste até as suas origens. s/autor – s/data. (Coleção Museu Paulista)

Cidade de São Paulo

Pinheiros

Cotia

Payol

Ararariguana

Morro do Piterebû

Piterebû

Salto de Itu

Pira pitindý

Vila de Itu

Araritaguaba

Cax. Acanguera

Cax. Abaré menduaba

Cax. Pao Santo

Cax. Ycaguacaba mini

Cax. Ycaguacaba guasú

Cax. Pirapora

Cax. Piloeira

13 de 8bro

R.am da Forquilha

Rio Capivary

Capivary mini

Rio Sorocaba

Cax. das Pederneiras

15 de 8bro

Jacuacatú

16 de 8 bro

Rio Piracicaba

17 de 8bro

R. dos Lensoes

Cax.Petenduba

Cax. Doyhias

18 de 8bro

Cax. Bareiri

19 de 8bro

20 de 8bro

Cax. Bareiri guasú

Cax. Sepetuba

Cax. Congonha

21 de 8bro

Jaguará pipyra

Cax. Guaimicanga

22 de 8bro

Cax. Tambá pererud

Cax. Escaramusa

Cax. Cambá giboca

Antas

R am da Praya

27 de 8bro

Campo

Campo

Ytaipava

Cax. Avanhandava mini

Santo de Avanhandava

Alambari

R am da bocaina

Cambiré guasu

R am da escaramusa

Cax. Ytupanema

25 e 26 de 8bro

Paso Pirataraca

28 de 8bro

Cax. do Mato Seco

Cax. Ondas grandes

Cax. Ondas pequenas

Cax. Funil pequeno

Cax. Funil grande

31 de 8bro

Cax. Guacurituba

Cax. Arasatuba

Cax. Aracangua mini

1º de 9bro

Cax. Aracangua guasû

2 de 9bro

Cax. Vacurity mini

Pouzo 3 de 9bro

Poso Pirataraca

Cax. Ytupirû

7 de 9bro

Cax. 3 Irmaos Cax. Ytapura mini Pouzo 5, 6 de 9bro Salto de Ytapura

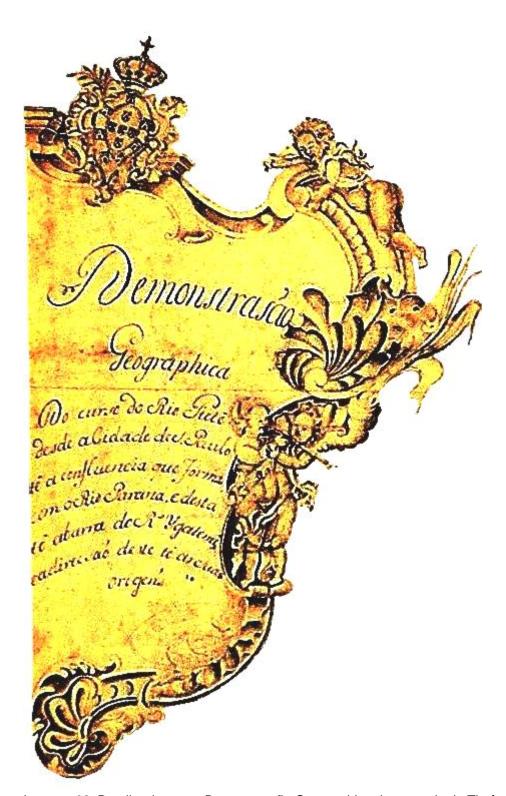
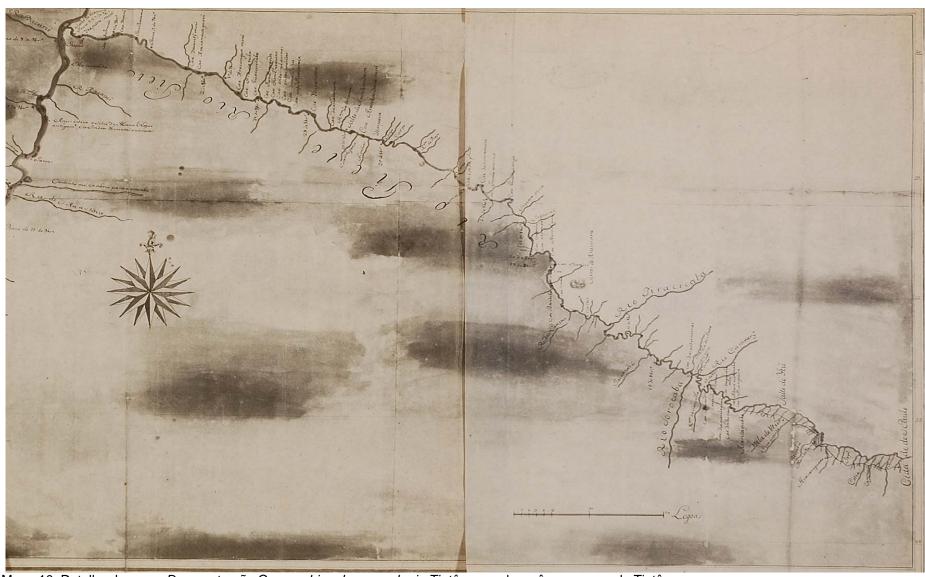
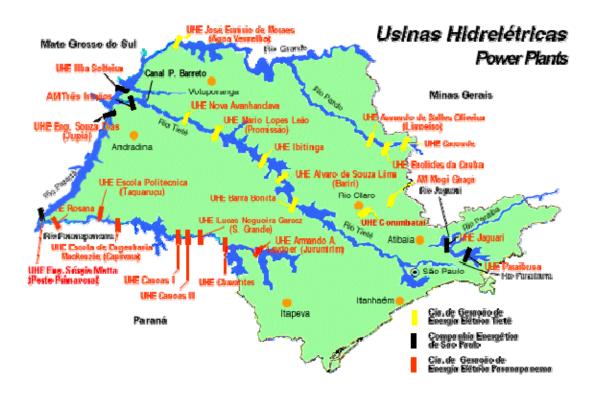


Imagem 02. Detalhe do mapa Demonstração Geographica do curso do rio Tietê.



Mapa 10. Detalhe do mapa *Demonstração Geographica do curso do rio Tietê*, no qual se vê o percurso do Tietê.

B. Tietê de Hoje



Mapa 11. As hidrelétricas do estado de São Paulo (Disponível em <www.ilhasolteira.com.br>. Acesso em 4 jan. 2008)



Fotografia 01. Hidrelétrica de Bariri (Disponível em <www.aestiete.com.br>. Acesso em 4 jan. 2008)



Fotografia 2. Hidrelétrica de Barra Bonita (Disponível em <www.aestiete.com.br>. Acesso em 4 jan. 2008)



Fotografia 03. Hidrelétrica de Ibitinga (Disponível em <www.aestiete.com.br>. Acesso em 4 jan. 2008)



Fotografia 04. Hidrelétrica de Promissão (Disponível em <www.aestiete.com.br>. Acesso em 4 jan. 2008)



Fotografia 05. Hidrelétrica de Nova Avanhandava (Disponível em <www.aestiete.com.br>. Acesso em 4 jan. 2008)

C. Legislação



CM-16

Imagem 03. Parecer emitido pela Comissão de Constitucionalidade da Câmara Municipal de Santo André (folha 01)





CONSULTA/7973/2007/MO

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ – SP At.: Dra. Bianca Melissa Moreno

Consulta-nos a Câmara Municipal de Santo André – SP, conforme o e-mail de 22/10/2007.

A orientação da Consultoria NDJ é no seguinte sentido:

Administração Pública municipal – Denominação de próprios municipais – Matéria de interesse local e de iniciativa concorrente – Lei federal apenas para denominação de municípios – Considerações gerais.

Em resposta objetiva ao que nos foi efetivamente indagado, temos que:

1) Vale ressaltar que existe no âmbito da legislação federal a Lei Complementar nº 1/67 que foi alterada pela Lei Complementar nº 46/84, que trata da criação de Municípios e de sua respectiva denominação (topônimos); essa lei faz algumas restrições para topônimos de Municípios, como, por exemplo, proibir a denominação de nomes de pessoas vivas, de datas e de nomes repetidos ou vexatórios.

Contudo, essa lei vale apenas para denominação de topônimos de Municípios, não valendo, portanto, para as denominações dos próprios municipais (ruas, praças e equipamentos públicos).

2) As leis referentes a denominação de próprios municipais é de interesse local e portanto deve ser legislada por cada ente federado, sendo assim é competente o Município para legislar sobre os topônimos de seus bens. Vale ainda frisar que nesse caso a iniciativa, em nosso entender, é concorrente, ou seja, pode o projeto de lei ser apresentado pelo chefe do Poder Executivo, por um edil ou até mesmo por iniciativa popular.

Frise-se que, embora cada Município possa legislar sobre tal matéria, algumas cautelas devem ser adotadas, como a proibição de dar nomes de pessoas vivas, nomes vexatórios e repetidos devem ser evitados. É prudente que o vernáculo seja observado corretamente e que as pessoas homenageadas sejam de notório conhecimento da comunidade local.

Esse é o nosso entendimento acerca do assunto em tela, sem embargo de eventuais posicionamentos em sentido contrário, que respeitamos.

São Paulo, 25 de outubro de 2007.

Elaboração: (assinado no original) Márcio André de Oliveira OAB/SP 173,788

Aprovação da Consultoria NDJ (assinado no original) Cerdônio Quadros OAB/SP 40.808





Bolet m de Licitações e Contratos

P. Cons. Crspinlano. 344 – 41 e 51 ands. – 01037-908 – São PoulisSP – Feb. (*11) 3225-7000 e DDG: 0600-775-7000 lac: [11] 3225-7001 e-mails: naj@nd.com privendas@ndj.com.br. consultatio@nd.com privendas@ndj.com.br. consultatio@nd.com privendas@ndj.com.br.